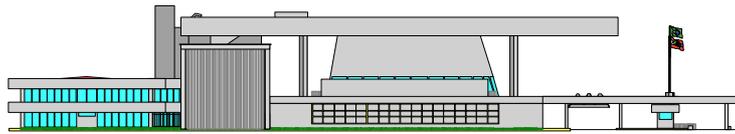


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 13 DE MAIO DE 2009

NÚMERO 6.034

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Serafim Venzon

PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA
Silvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Herneus de Nadal
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO
Pedro Uczai - Presidente
Elizeu Mattos - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Herneus de Nadal
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2034
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 038ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 12/05/2009.....2
Ata da 007ª Sessão Especial da
16ª realizada em 12/05/2009...21

Publicações Diversas

Aviso de Resultado29
Mensagem Governamental
.....29
Portarias31
Projeto de realizada em Lei de
Medida Provisória.....31
Projetos de Lei31
Projeto de Lei Complementar
.....32

PLENÁRIO

ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Cardozo - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Apresenta relatório referente à prestação de contas de 2008 de sua gestão à frente do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA (pela ordem) - Parabeniza o procurador-geral de Justiça pela exposição; pede explicação sobre a ação do MP no sistema carcerário de Santa Catarina.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Parabeniza o procurador-geral de Justiça pelo trabalho; pede esclarecimentos da ação do MP no controle da listagem de cirurgias do SUS.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Cumprimenta o procurador-geral de Justiça pela exposição; solicita cópia do relatório na parte referente à área da saúde.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL (pela ordem) - Cumprimenta o procurador-geral de Justiça e os integrantes do MP pelo trabalho realizado em Santa Catarina.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Informa que a bancada do DEM está à disposição do MP em ações que possam conduzir à defesa do cidadão comum e da legalidade no estado.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Fala da satisfação de acompanhar pela primeira vez o relatório do MP; pede mais informações sobre o combate às drogas.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Cumprimenta o procurador-geral de Justiça pela prestação de contas; pede a criação da secretaria da Criança e do Adolescente em âmbito estadual.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta o procurador-geral de Justiça pela atuação, principalmente no que se refere à defesa do consumidor na venda de frango congelado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Parabeniza o Ministério Público no combate à corrupção, aos abusos dos empréstimos consignados, à defesa da moralidade e do meio ambiente.

DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO (pela ordem) - Cumprimenta o procurador-geral de Justiça pela explicação; indaga acerca da atuação do MP com relação à Lei Maria da Penha ao Código Ambiental aprovado pela Assembleia.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Parabeniza o procurador-geral de Justiça pela forma transparência na atuação; realça a importância do trabalho de orientação aos prefeitos.

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Agradece as manifestações dos parlamentares e responde às indagações.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Apresenta a equipe organizadora da 21ª Festa Nacional do Pinhão, Lages.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito José Telmo Pedro Vieira, de São José.

Partidos Políticos

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Coloca a importância da realização do WTTCC em Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre o Dia do Enfermeiro.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comunica a exclusão da PM do sargento Luciano Luiz de Souza e manifesta seu repúdio à atitude.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Expressa solidariedade ao sargento excluído da PM; condena excesso de SDRs anotada por matéria de jornais.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Informa a presença do sargento Luciano Luiz de Souza na Casa.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Comenta denúncia de fraude na fiscalização do número de passageiros do transporte coletivo em Joinville.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Manifesta preocupação com o consumo crescente de crack em Santa Catarina.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Afirma que a solução da problemática das drogas passa por uma sintonia aproximada entre escola e família.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Despede-se da liderança do governo e deseja sucesso ao novo líder.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (aparte) - Elogia a atuação do deputado Herneus de Nadal na liderança do governo.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Lembra os mais de 70 mil votos obtidos pelo deputado Herneus de Nadal e antecipa a falta que fará ao Parlamento.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à sessão solene a ser realizada em Itaiópolis; tece comentários sobre as melhorias que vêm sendo feitas no Cepon.

Ordem do Dia

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Refere-se às Indicações n.s 0303 e 0304/2009, de sua autoria.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comenta que apresentou PL proibindo a capina química nas rodovias de Santa Catarina.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Manifesta-se contrário à Indicação n. 0306/2009, de autoria da liderança do PP.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Parabeniza a liderança do PP pela Indicação n. 0306/2009.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Solicita permissão para subscrever a Indicação n. 0306/2009.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Rebate a posição do deputado Elizeu Mattos com relação à Indicação n. 0306/2009.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comenta a Indicação n. 0312/2009, de sua autoria.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Registra a presença do sargento Ivan Burgonovo e do cabo Menegaz da Polícia Ambiental de Blumenau e região.

Explicação Pessoal

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Apela aos deputados e ao governo pela aprovação de projeto que abone as faltas dos professores grevistas.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que é preciso dialogar para encontrar solução para os problemas da Educação.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pede anistia aos professores grevistas; enfatiza os problemas da agricultura familiar; comenta rejeição na CCJ de PL de sua autoria que cria o Conseleite.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Elogia o lançamento de produto reciclável de empresa caçadoreense.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pede políticas públicas federais e estaduais de atendimento à agricultura familiar;

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Expressa seu descontentamento com as prioridades do governo do estado em termos de investimento.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Reporta-se à incoerência do governo federal no que diz respeito ao preço dos combustíveis no Brasil.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Critica o aumento dos preços dos combustíveis.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradece ao governador pela instalação de duas novas empresas em Araranguá; ressalta a influência de Luiz Henrique para a realização do 9º WTTCC em Florianópolis.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Externa sua satisfação pelo cumprimento de proposta de sua autoria visando que o estado ajude diretamente os atingidos pelas cheias; pede providências urgentes para a recuperação do porto de Itajaí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Srs. deputados, conforme determina o art. 101 da Constituição do Estado, o procurador-geral de Justiça comparece ao Poder Legislativo para relatar sobre as atividades do Ministério Público.

Neste momento, convido o dr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral de Justiça, para que adentre ao plenário, como também o dr. Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral.

Saudamos, com satisfação, todos os membros do Ministério Público.

Sintam-se bem entre nós!

(Palmas)

Com a palavra o dr. Gercino Gerson Gomes Neto.

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Excelentíssimo senhor deputado Jorginho Mello, presidente da augusta Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor deputado Moacir Sopelsa;

Excelentíssima senhora deputada Ada De Luca;

Excelentíssimo senhor deputado Gelson Merísio;

Senhoras deputadas e senhores deputados;

Senhor corregedor-geral do Ministério Público, doutor Paulo Ricardo da Silva;

Senhor subprocurador-geral para assuntos administrativos, doutor José Eduardo Orofino da Luz Fontes;

Senhora subprocuradora para assuntos jurídicos, doutora Gladys Afonso;

Demais membros do Ministério Público, na pessoa do nosso decano doutor Robson Westphal;

Senhores servidores do Ministério Público;

Senhoras e senhores.

É com satisfação que compareço a esta augusta Casa para prestar contas do segundo ano da nossa gestão e, conseqüentemente, das atividades do Ministério Público do Estado de Santa Catarina no ano de 2008, cumprindo o que determina o art. 101 da Constituição Estadual.

Inicialmente, sr. presidente, agradecemos a v.exa. e aos líderes pela gentileza de concederem este tempo no início desta sessão, para que possamos mostrar sinteticamente a este Parlamento e à sociedade catarinense as atividades do Ministério Público em 2008.

Quero lembrar que, por determinação constitucional, cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme o art. 127 da Constituição Federal.

No que diz respeito a recursos humanos, no ano de 2008 tivemos um decréscimo do número de membros da ordem de 0,59%, em razão do falecimento, por questões de saúde, de dois jovens promotores de Justiça. Quanto ao quadro de servidores, tivemos um aumento de 5,27%, ou seja, passamos de 740 para 779 servidores.

No que diz respeito a recursos orçamentários e financeiros, a nossa participação na receita líquida disponível foi de 3,10%. O valor orçado em 2008 foi de R\$ 240 milhões, aproximadamente, e no ano de 2009 foi de R\$ 254 milhões, com um percentual de acréscimo da ordem de 6,23%.

Na distribuição dos nossos recursos, a maior parcela é de pessoal, com um volume de 82,63%. Com manutenção os gastos representam 17,28% e com investimentos, 0,09%.

Já aproveito para lembrar a v.exas. que a maior parte dos investimentos feitos pelo Ministério Público decorre do nosso Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização, aprovado no ano de 2002. A partir de 2003 tivemos a participação nas verbas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário e em 2008 o valor orçado foi da ordem de R\$ 14,700 milhões, ao passo que para 2009 o valor orçado é de R\$ 17,268 milhões.

Com esses recursos nós temos investido na modernização e no reaparelhamento do Ministério Público; na implantação do nosso sistema de automação; na aquisição de *software* para análise investigativa; na aquisição de *software* para ensino a distância; na ampliação dos *links* de rede de dados; na aquisição de novos computadores e na aquisição de veículos, móveis e equipamentos de maneira geral.

O Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, que decorre da condenação ou das multas aplicadas em sede de ações coletivas ou mesmo de transações, teve um aporte de R\$ 1,433 milhão no ano de 2008 e agora, para 2009, o valor orçado é de R\$ 1,747 milhão.

Utilizamos esses recursos no custeio de pareceres emitidos pela Câmara Técnica de Medicamentos; no custeio de 53 perícias judiciais das mais diversas áreas, que serviram para instrumentalizar os promotores e promotoras de Justiça na sua atividade-fim, no monitoramento ambiental e geoprocessamento; na aquisição de seis viaturas para a Polícia Ambiental; em estudos geológicos na ilha do Campeche e na avaliação da poluição hídrica no esgotamento da ilha de Santa Catarina. Essas foram algumas das atividades em que usamos os recursos desse fundo.

O Fundo do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional tem valores menores. Foram R\$ 91 mil no ano passado e R\$ 39 mil neste ano, porque a partir da fonte 100 nós investimos mais maciçamente, não utilizando recursos desse fundo. Conseqüentemente, o valor investido em aperfeiçoamento funcional é expressivo, mas os recursos vêm da fonte 100.

Com relação ao patrimônio, tivemos uma evolução em veículos de 39 para 42. Na verdade, adquirimos sete veículos, mas alguns se tornaram inservíveis. Ampliamos os equipamentos de informática, de mobília em geral, de utensílios em geral, livros e *softwares* naqueles percentuais que v.exas. podem acompanhar, que são: 7,69%, 19,43%, 9,84%, 8,24% e 2,74%, respectivamente.

As principais atividades realizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça, em 2008, foram a criação de um Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas (CIP), que tem por objetivo buscar informações, gerenciar, analisar, cruzar, proteger, prevenir e difundir as informações de interesse institucional no âmbito da instituição, para fortalecer a atuação dos membros do Ministério Público.

Adquirimos a ferramenta chamada I2, que serve para análise investigativa, cruzamento dos mais diversos dados, desde dados telefônicos até dados financeiros, e é um instrumento precioso para o combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado.

Regionalização da nossa Coordenadoria de Investigações Especiais. Demos o primeiro passo e consolidar-se-á neste ano.

Criação de um Núcleo do Tribunal do Júri, fortalecendo a atuação do promotor e da promotora de Justiça com atuação no plenário do júri. O Ministério Público tem consciência de que a sua maior força e a sua origem é na atuação forte na área criminal e a sua maior bandeira é, sem dúvida, o tribunal do júri e a resposta que tem dado no combate aos crimes contra a vida é significativa. Paralelamente a isso, temos também trabalhado no combate ao crime organizado.

No que diz respeito ao combate à criminalidade, temos atuado no combate a crimes contra a administração pública, no combate aos crimes de sonegação fiscal. Fizemos algumas operações em parceria com as Polícias, utilizando o nosso Centro de Investigações Especiais, dando suporte aos promotores de Justiça das suas respectivas áreas e tivemos algumas atuações, destacando algumas delas como muito importantes:

- Crime contra administração

pública na área de saúde, em Joinville e Florianópolis;

- Combate aos jogos de azar na região de Jaraguá do Sul, que resultaram em prisão, inclusive, de autoridades policiais;
- Corrupção no sistema prisional de São Miguel do Oeste;

▪ Fraude em concursos públicos na operação chamada Operação Gabarito, que resultou no desmantelamento de uma quadrilha que praticou ilícitos no que diz respeito a concursos públicos em quatro municípios do oeste catarinense, dando suporte e atuação aos promotores;

- Fraudes no recolhimento do ICMS no transporte de fumo;
- Tráfico de drogas na região de Chapecó. E

Essas são algumas das ações que tiveram um maior destaque no ano de 2008, notadamente pelo fortalecimento de nosso Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas - Gecoc - e o nosso Centro de Apoio Operacional de Investigações Especiais.

No que diz respeito à prevenção e à repressão na área da sonegação, temos fortalecido significativamente a área de combate à sonegação fiscal. Instalamos, no ano passado, quatro promotorias regionais, totalizando sete promotorias especializadas e com atribuição exclusiva na área - seis regionais e uma para a capital. Estabelecemos com isso uma área de abrangência de 95% do estado de Santa Catarina. Fortalecemos a parceria com o Fisco estadual e entendemos como fundamental o combate à fraude e à sonegação fiscal em razão da função social do tributo. É inaceitável a existência de sonegação, pois o dinheiro sonegado falta para a saúde, falta para a educação, falta para investimentos em infraestrutura, em segurança pública e assim por diante. Em razão disso é que o Ministério Público tem decididamente enfrentado a questão da fraude na área da ordem tributária e a sonegação fiscal.

Na área do consumidor, desenvolvemos uma campanha em parceria com inúmeras instituições.

No combate à pirataria, que está intimamente ligado à questão da fraude e sonegação fiscal, realizamos, em parceria com a Receita Estadual, Receita Federal, Polícia Civil, Militar e Federal, a Operação Tempestade no Deserto, em Balneário Camboriú, resultando na apreensão de R\$ 3 milhões em mercadorias contrabandeadas, sem contar os medicamentos e outros produtos ilícitos produzidos até no próprio território brasileiro.

A nossa campanha "O que você tem a ver com a corrupção?", cuja parceria com a Assembleia Legislativa tem sido significativa em nosso estado, foi fortalecida. E é importante que v.exas. saibam a abrangência da campanha no cenário nacional: todos os Ministérios Públicos do Brasil têm aderido à campanha e buscado parceiros locais, como os Tribunais de Contas, as Assembleias Legislativas e as organizações não-governamentais. Isso resultou na massificação dessa campanha, que agora, inclusive, passa a ser levada para alguns países da África por um organismo das Nações Unidas.

Participamos ainda, nessa área de realização de encontros, de uma parceria com as secretarias de Desenvolvimento Regional, no sentido de orientar gestores públicos municipais, numa parceria com o Tribunal de Contas do Estado, com o Tribunal de Contas da União e com a Controladoria-Geral da União, justamente objetivando a prevenção dos ilícitos.

O Ministério Público tem, a partir da Constituição de 1988, atuado de forma intensa e cada vez mais intensa na prevenção, através de campanhas esclarecedoras, de reuniões de trabalho, visando justamente tirar dúvidas, alertar, no caso específico, os administradores públicos dos riscos da tomada de decisões em desacordo com a legislação.

Ampliamos o suporte às promotorias para apuração de irregularidades em licitações, processos seletivos e concursos. Instauramos 93 procedimentos de investigação criminal contra agentes com foro especial, através do Grupo Especial de Apoio ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça. E no ano passado oferecemos 40 ações penais perante o Tribunal de Justiça, muitas delas já recebidas as denúncias e outras aguardando o seu recebimento.

Na área de parcerias institucionais, o Ministério Público tem buscado sobremaneira essas parcerias. Podemos destacar o Programa Jovem Aprendiz, no qual, em parceria com a Celesc, 5% das vagas são destinadas a adolescentes que vivem em abrigos ou para programas de educação e formação.

Firmamos também parceria com a Acat na questão das sacolas plásticas, visando à conscientização para o não-uso de sacolas plásticas como meio de proteger e preservar o meio ambiente.

Criamos, em parceria com a Associação Catarinense de Medicina, uma câmara técnica para subsidiar o promotor naquelas ações em que há necessidade da demanda por medicamentos especializados para que o promotor e a promotora de Justiça tenham segurança de que aquele medicamento muitas vezes de custo elevado é realmente imprescindível à saúde da criança ou do idoso.

Fiscalização de internações psiquiátricas involuntárias: desde que se iniciou o processo antimanicomial no Brasil, o Ministério Público tem a obrigação de atuar na fiscalização. Nós temos um sistema informatizado que agiliza e ampliamos essa estrutura no ano passado.

O intercâmbio com o Procon/SC possibilita a troca de informações entre os órgãos de defesa do consumidor, para que maus fornecedores possam ser responsabilizados civil e criminalmente. Prevê ainda ações preventivas.

Estabelecemos parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina e com dez universidades do sistema Acafe, que envolve ainda a Polícia Ambiental e o Instituto Geral de Perícias, no objetivo da coleta de amostras d'água em todo o estado de Santa Catarina, visando à qualidade e à prevenção da poluição dos recursos hídricos. Paralelamente a isso, editamos um manual da coleta de água para facilitar a atuação dos policiais ambientais.

Instalamos 19 promotorias de Justiça, sendo 14 no interior do estado e

cinco na capital. Com a extinção da entrância intermediária, aprovada por v.exas. através da Lei Complementar n. 416/2008, foram reclassificadas para a entrância final as promotorias de Justiça de várias comarcas. Redistribuímos as atribuições entre 23 promotorias de Justiça no seio das respectivas comarcas, dando assim uma melhor distribuição de atribuições, facilitando o atendimento da sociedade.

Fizemos uma revisão e atualização nos procedimentos de elaboração do nosso Plano Geral de Atuação, que passou a contar com um fórum eletrônico e um portal para que os promotores possam, a partir deles, definir as prioridades para a instituição no ano seguinte. De 2007 para 2008 já inovamos indo ao interior, trabalhando diretamente com os promotores e agora, de uma forma mais prática e economizando recursos públicos, estabelecemos a ferramenta através do uso da internet, que é o portal do Plano Geral de Atuação.

Ampliamos o quadro de servidores efetivos, criamos uma comissão de estudos, que está em pleno desenvolvimento, para efetuar uma revisão do plano de cargos, carreira e vencimentos dos nossos servidores.

Implementamos, após aprovação por esta augusta Assembleia Legislativa, o nosso Diário Oficial Eletrônico, certificado digitalmente, com acesso gratuito e irrestrito na internet, substituindo a versão impressa das publicações oficiais. Dessa providência resultou uma economia expressiva de recursos e de tempo, pois às 19h da noite anterior ele já vem publicado com circulação óbvia no dia seguinte, valendo para o dia seguinte.

O Sistema de Formação e Gestão, chamado SIG-MPSC, está sendo finalizado. O trabalho foi iniciado em 2006, já passou pela nossa primeira gestão e o grande passo agora é a integração com o sistema do Poder Judiciário. Estamos caminhando para isso, pois já há um projeto piloto em Blumenau e junto com o Judiciário poderemos transformar, efetivamente, o processo em eletrônico e não apenas num peticionamento eletrônico.

Modernizamos o parque de informática, instalando 550 novos computadores que haviam sido adquiridos em 2007; modernizamos o sistema de acompanhamento de medicamentos através de banco de dados interativo; iniciamos um projeto para a implantação de telefonia IP nas maiores comarcas e partindo da Procuradoria-Geral, visando à economia de recursos públicos; adquirimos e implementamos a ferramenta de ensino a distância e reuniões por videoconferência. Isso vai possibilitar reuniões a distância, treinamento dos nossos servidores, evitando os riscos e os custos do deslocamento.

Estabelecemos ainda uma parceria forte, no ano passado, com a Procuradoria Regional Eleitoral e corremos o estado inteiro capacitando promotores, juizes, servidores dos cartórios eleitorais e, na parte da tarde, os candidatos e partidos políticos, atendendo mais de mil pessoas em 12 seminários, visando prevenir ilícitos nas eleições de 2008. Temos certeza do sucesso dessa experiência.

Lançamos também a campanha educativa "Direção + Álcool é Crime", visando conscientizar a nossa população do uso nocivo do álcool aliado à direção de veículos automotores.

Na questão do combate ao nepotismo, cada vez mais todos nós tomamos consciência de que se trata de um processo evolutivo na sociedade brasileira e catarinense, em especial. A questão do impedimento da nomeação de parentes tem sido uma marca, uma parceria que tem sido estabelecida com a grande maioria dos Poderes Executivos e Legislativos Municipais. Da mesma forma na esfera estadual.

Lançamos a Coleção Suporte Técnico-Jurídico para os promotores de Justiça. Iniciamos com o *Guia do Saneamento Básico - Perguntas e Respostas* e com o e o *Manual do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude*.

Eu tenho certeza absoluta de que nos próximos anos teremos que enfrentar definitivamente a questão do saneamento básico em Santa Catarina. Não é mais possível que sejamos o vice-campeão de trás para frente em saneamento básico. Perdemos apenas para o estado do Piauí. Os instrumentos estão à nossa disposição, existem recursos e precisamos de vez impulsionar o trabalho todos os municípios e estado para um programa sério de saneamento básico em Santa Catarina.

Criamos um portal no YouTube e um canal do Ministério Público de Santa Catarina. Agora tivemos a grata de satisfação de ver que o Supremo Tribunal Federal está indo na linha em que já vimos trabalhando há um ano. Hoje o YouTube - creio que todos sabem que é a ferramenta da internet mais utilizada pela população infanto-juvenil e de jovens adultos - é um meio extraordinário para a transmissão de informação para a parcela da juventude que não assiste mais a jornais, que não lê a mídia impressa, mas que busca suas informações em um canal ágil que é essa ferramenta que vimos utilizando.

Lançamos um vídeo *O Seu Direito*, dividido em quatro partes e agora; na sexta-feira faremos o lançamento oficial do nosso segundo vídeo institucional, também via canal YouTube.

O Colégio de Procuradores de Justiça realiza atividades através de sessões mensais. Temos, em média, 12 reuniões. Em 2007 tivemos quatro extraordinárias e em 2008 tivemos duas reuniões extraordinárias. Nessas reuniões são discutidas as prioridades institucionais, questões orçamentárias, revisão de processo em grau de recurso do procurador-geral de Justiça e do seu grupo especial de apoio e atuação mensal.

O Conselho Superior do Ministério Público, um órgão composto pelo procurador-geral e pelo corregedor, como membros natos, e mais setes membros, dois escolhidos pelo Colégio de Procuradores e cinco pelos promotores de Justiça, atua notadamente na movimentação da carreira dos membros do Ministério Público e na análise dos procedimentos de interesses difusos e coletivos, notadamente quando o promotor propõe o arquivamento do procedimento administrativo instaurado;

homologa os arquivamentos e os ajustamentos de conduta feitos pelos promotores de Justiça, ou analisa em grau de recurso aqueles procedimentos arquivados em que a parte se insurgiu.

Tivemos um incremento, no ano passado, da ordem de 26,71%, saltando de 1.718 para 2.177 procedimentos.

Quanto aos editais da movimentação da carreira, tivemos um pulo de 2007 para 2009, da ordem de 45%. Significa o quê? Significa a movimentação horizontal, que são as remoções que ocorrem quando há vaga na comarca ou a promoção que vem na sequência. Foram 115 editais, 115 consultas numa agilização significativa da carreira.

A Corregedoria-Geral do Ministério Público, em 2007, realizou 126 inspeções em promotorias; em ano de 2008, realizou 67 inspeções. Isso significa dizer as v.exas. que quase 60% das promotorias de Justiça do estado de Santa Catarina foram inspecionadas, num período em apenas de dois anos, demonstrando a nossa atuação no sentido de uma correção preventiva, visando dirimir dúvidas, corrigir eventualmente e sanar algumas irregularidades, orientando os promotores e as promotoras de Justiça quando necessário.

Os processos administrativos instaurados quando há uma situação que demanda uma investigação mais séria, caíram de cinco para quatro.

As atividades das procuradorias de Justiça no estado de Santa Catarina dividem-se em procuradorias cíveis e procuradorias criminais.

Os processos distribuídos tiveram um aumento de 7,92%, foram de 22.565 para 24.354. Esses processos são originários do Tribunal de Justiça do Segundo Grau de Jurisdição, onde atuam os procuradores de Justiça.

Os pareceres exarados subiram de 22.468 para 24.519, sendo que é importante destacar que houve um incremento significativo na área criminal da ordem de 18,9%.

No que diz respeito ao Ministério Público, posso afirmar-lhes que foi nossa opção, entre as prioridades, o fortalecimento da atuação das promotorias criminais. Isso fez com que um maior número de processos chegasse ao Segundo Grau, com maior número de recursos, tanto do Ministério Público quanto da defesa, o que representou um aumento da ordem de 18,9%.

Os pareceres exarados também cresceram na mesma proporção, demonstrando um não acúmulo de serviço em gabinete.

Na procuradoria de Justiça cível, vejam v.exas. que o índice se elevou apenas 1,36%, significando que chegou ao Segundo Grau um número bem menor em relação aos processos criminais.

Os pareceres exarados aumentaram na ordem de 3,34%, diminuindo um pequeno passivo que havia.

A Coordenadoria de Recursos é o órgão do Ministério Público que serve para defesa das suas teses institucionais, recorrendo para os tribunais superiores para defender as teses institucionais do Ministério Público não acolhidas pelo

Segundo Grau do Poder Judiciário catarinense. Esses processos distribuídos envolvem todo o tipo de recurso das partes, e houve um decréscimo.

Com relação aos pareceres exarados, da mesma forma houve uma diminuição.

Agora, tivemos um aumento significativo de recursos do Ministério Público para o Terceiro Grau: STJ e STF, aumentando na ordem de 14,58%, visando à defesa institucional das nossas teses.

Atividades das promotorias de Justiça:

- No Tribunal do Júri tivemos menos sessões no ano de 2008 em comparação com 2007, ou seja, uma redução na ordem de 16,43%. Houve uma redução também do número de condenados, mas a proporção é a mesma em relação ao ano anterior.

- Denúncias oferecidas (ações penais de natureza diversa), da ordem de 5,21%.

- Denúncias oferecidas na área da ordem tributária: houve um acréscimo de 14,1%, notadamente com as promotorias regionais, aumentando de 831 para 949.

- Denúncias oferecidas na área ambiental: houve um aumento de 8,9%.

- Denúncias oferecidas na área do consumidor: tivemos uma diminuição 9,9%, caindo de 202 para 182.

- Denúncias oferecidas com relação a crimes contra idosos: houve um acréscimo da ordem de 57,58%.

- Denúncias oferecidas na área da moralidade administrativa: de 71 para 42 denúncias oferecidas.

- Transações penais: tivemos uma redução 2,38%, ou seja, de 16.984 para 16.579. São os crimes de menor potencial ofensivo.

- Na área cível, no atendimento do cidadão, nos gabinetes dos promotores de Justiça tivemos um acréscimo de 6,34%. No ano de 2007 foram 60.557 pessoas, chegando no ano passado a 64.400.

- Inquéritos civis instaurados/recebidos: ampliamos em 15%, nas mais diversas áreas de atuação dos interesses difusos e coletivos.

- Ações civis públicas ajuizadas: redução de 3,33%, de 1.082 para 1.046.

- Ações civis públicas ajuizadas na área ambiental: de 226 para 281.

- Ações civis públicas ajuizadas na área do consumidor: de 70 para 81 ações.

- Ações civis públicas ajuizadas na área da moralidade administrativa: de 246 para 251, um aumento de 2,03%.

- Ações civis públicas ajuizadas na área dos direitos dos idosos: nós tivemos um *boom* em 2007, com 109 ações, reduzidas para 68.

- Ações civis públicas ajuizadas na área de pessoas com deficiência: aumentamos de 14 para 18.

Ações civis públicas de acesso à saúde: aumentamos de 286 para 266.

Deixamos de ajuizar ações no que diz respeito a medicamentos, em razão da interpretação que tem sido dada de que é uma atribuição da Justiça Federal o julgamento da demanda por envolver interesse da União também. Tão logo o STJ se defina pela competência, penso eu que no futuro

deva voltar ao Ministério Público estadual com mais intensidade. Mas com a câmara temática que criamos em parceria com a ACM, a ACM frutificou.

- Ações civis públicas na área de fiscalização de fundações: de 31 para duas ações ajuizadas, uma queda significativa.

- Na área de controle de constitucionalidade: 75 ações, em 2007, 43 ações em 2008.

- Ações ajuizadas diretamente pelos promotores de Justiça: aumentaram de 18 para 33, um acréscimo de 83,33%. As anteriores eram pelo nosso Centro de Controle de Constitucionalidade.

- Termos de Ajustamento de Conduta de maneira geral: 784, em 2007, e 648 no ano passado, uma queda de 17,34%.

- Termos de Ajustamento de Conduta (direitos dos idosos): de 22 para 15 ações.

- Termos de Ajustamento de Conduta (direitos das pessoas com deficiência): de 18 para 12.

- Termos de Ajustamento de Conduta (moralidade administrativa): de 139 ações para 43 ações. Em 2007 nós tivemos um *boom* no que diz respeito às transações envolvendo a questão do nepotismo.

- Termos de Ajustamento de Conduta: em 2008 houve um aumento de 10% na área de meio ambiente.

- Termos de Ajustamento de Conduta na área de consumidor: houve uma queda de 226 ações para 173 ações.

- Termos de Ajustamento de Conduta na área de acesso à saúde: de 50 ações para 11 ações.

- Termos de Ajustamento de Conduta (fiscalização de fundações): um e um.

Área Infância e Juventude:

- Ações Cíveis Públicas Ajuizadas: de 144 para 154.

- Ações de proteção à infância: de 490 aumentou para 492 ações.

- Termos de Ajustamento de Conduta: caiu de 54 para 47.

- Crimes praticados contra crianças e adolescentes: segundo dados estatísticos, houve uma redução de 754 para 642, o que são crimes denunciados, questões que vão à denúncia e não casos menos graves ou que não chegam ao nosso conhecimento. Nós sabemos que é bem subnotificado o abuso. A violência contra crianças é expressiva, mas é subnotificada no Brasil inteiro.

- Notificação de Atos Infracionais: houve um acréscimo de 3,30%, de 19.444 para 20.085.

- Representações por atos infracionais graves: redução de 2.390 para 2.275.

- Atos infracionais representados por tráfico: houve um acréscimo de 18,46%.

Aqui é importante destacar, srs. deputados e sr. presidente, que a chaga que assola a nossa sociedade, e notadamente a infância-adolescência brasileira, é a droga. A drogadição está devastando a nossa juventude e precisamos unir forças para enfrentar, de alguma forma diferente do que temos agido atualmente, a questão da drogadição na nossa população infanto-juvenil.

- Atos infracionais por furto: houve uma queda.

- Atos infracionais representados por homicídio: elevação de 11,59%.

Atividades dos Centros de Apoio Operacional:

Na área da moralidade administrativa há uma maior integração com o Tribunal de Contas, com a Assembleia Legislativa e com os demais poderes, tanto estaduais quanto municipais, visando à prevenção de irregularidades. Fizemos treinamento na área de licitações, fiscalização de licitações em municípios, Termo de Ajustamento de Conduta, ações cautelares inominadas. Tivemos uma atuação sempre significativa nessa área, bem como a fiscalização em concursos públicos.

Centro de Apoio Operacional Criminal: fortalecimento da nossa atuação através de grupos. Temos os grupos de combate ao tráfico de drogas; compartilhamento de dados, com ampliação ao acesso de informações aos promotores; Programas de Execução Regular da Pena e Controle Externo da Atividade Policial.

Fizemos um grande seminário, muito bom, para todos os promotores: *Júri: Teoria e Prática*.

Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária:

Redução das fraudes fiscais:

Recebemos, durante quatro anos, 4.920 notificações que foram julgadas pelo Conselho de Contribuintes; 1.610 foram remetidas às promotorias visando à recuperação de R\$ 830,2 milhões sonegados.

Apoio a 949 ações penais que buscamos reverter aos cofres públicos R\$ 112,4 milhões, valor significativo que causa tantos danos à sociedade, especialmente à infância-adolescência, pela falta de recursos na saúde e na educação.

Centros de Apoio Operacional da Infância e Juventude:

Programa de Combate à Evasão Escolar; Programa DNA; Programa de Assessoria Psicológica; Programa Rede Piá, que foi a implantação de uma rede em que os equipamentos apreendidos do jogo ilegal são transformados em ferramentas pedagógicas para crianças e adolescentes da rede pública; Disque-denúncia nacional contra a violência e a exploração sexual infanto-juvenil. Lançamos um portal de desaparecidos, um portal sobre adoção, um *Manual do Promotor de Justiça da Infância e da Juventude*, uma das nossas prioridades e, sem dúvida, a prioridade de todos os poderes constituídos. E se não é, deveria ser, por comando constitucional.

Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente:

Realizamos o Seminário do Saneamento e 109 inquéritos civis foram instaurados.

Na questão do saneamento, repiso, é fundamental a junção de esforços para o enfrentamento dessa questão. Lançamos um guia de saneamento básico, um manual de fácil utilização tanto para membros quanto para gestores públicos.

Combatemos a Farra do Boi.

Na questão de reflorestamento, fizemos um Ajustamento de Conduta com a Klabin, que envolveu 400 fazendas, R\$ 6

milhões que foram repassados ao Fundo de Reaparelhamento. Criamos um grupo de trabalho e estudo em parceria com os demais órgãos, na questão as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Na orizicultura, realizamos a amostragem, através de 72 propriedades, para ver se os ajustamentos de conduta estavam sendo cumpridos. Na fruticultura também, e da mesma forma renovamos o compromisso com os suinocultores.

Centro de Apoio Operacional do Consumidor:

O Programa de Proteção Jurídico-Sanitária dos Consumidores de Produtos de Origem Animal tem-se fortalecido. Lançamos um manual com dez dicas para que os cidadãos, notadamente os mais velhos, não caiam em armadilhas na questão dos financiamentos. E aí é bom destacar que lançamos uma ferramenta na nossa página que facilita o cálculo pelo consumidor. Ele acessa a página do Ministério Público e facilita o cálculo dos juros, quando ele quer antecipar o pagamento de uma dívida que tem juros embutidos. E essa página foi acessada 3.468 vezes por pessoas diferentes. Quer dizer, acessada 14 mil vezes, por 3.468 IPs diferentes, significando que milhares de pessoas têm utilizado a ferramenta. E isso resulta numa diminuição de ações contra empresários, porque o consumidor esclarecido, quando vai negociar, ele vai mostrar os seus direitos, faz com que ele tenha os seus direitos reconhecidos, diminuindo significativamente as demandas.

Programa Combustível Legal: fizemos, em conjunto com diversos parceiros, 330 amostras de combustível visando ver a qualidade do produto.

Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade: fiscalização de fabricantes e lojas de materiais de construção.

Programa que desenvolvemos na questão do frango com água no gelo congelado. Isso é significativo, senhores, e resultou num trabalho em nível federal para a prevenção do excesso de água nesse tipo de alimentos no Brasil inteiro. Não havia uma regra estabelecida para essa questão da utilização da água juntamente com o frango e assim por diante.

Centro de Apoio Operacional da Cidadania e Fundações:

Programa de Fiscalização das Internações Psiquiátricas Involuntárias; Programa de Cadastramento e Prestação de Contas das Fundações. No ano passado, 110 fundações efetuaram prestações de contas ao Ministério Público.

Prevenção à dengue. Tivemos uma participação com a secretaria da Saúde, visando à prevenção na área da dengue. Felizmente ainda não temos casos autóctones, mas focos de *Aedes Aegypti* sabemos nós que temos muitos e a prevenção é fundamental nessa área.

Conselhos Municipais de Entorpecentes. Temos feito levantamento, vendo quais estão em atividades e quais estão desatualizados.

Publicações de listas de espera de cirurgia.

Lançamos um manual da legislação básica no SUS, que pode ser acessado da nossa página. Elaboramos

também material de suporte para os promotores junto às secretarias de Saúde sobre o princípio ativo dos medicamentos.

Centro de Apoio Operacional do Controle de Constitucionalidade:

Lançamos o Programa de Efetividade das Adins, porque não basta o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, é necessário que ela tenha efetividade.

Programa de Controle de Normas Relativas à Admissão de Pessoal sem Concurso Público.

Programa de Intensificação do Controle de Constitucionalidade de Leis e Atos Normativos Estaduais e Municipais. É uma das missões institucionais do Ministério Público.

Ajuizamento, no ano passado, como falei, de 43 Ações Diretas de Inconstitucionalidade e duas representações ao procurador-geral da República.

Centro de Apoio Operacional de Informações e Pesquisas:

Atuação na área de inteligência e o cruzamento e gerenciamento de informações.

Centro de Apoio Operacional Cível Eleitoral:

Campanha de orientação - divulgação da campanha "Voto Não Tem Preço, Tem Consequência", uma campanha nacional que incorporamos às nossas atribuições.

Realização de seminários regionais, aos quais já me referi.

Bem, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, de forma sucinta, são essas as realizações do Ministério Público, das suas atribuições, a desincumbência da sua missão institucional pelos seus procuradores, promotores de Justiça, pela sua procuradoria-geral e órgãos de administração superior.

Agradeço a atenção e estou à disposição de v.exa., sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Algum dos srs. deputados deseja fazer alguma manifestação?

O Sr. Deputado Lício Mauro da Silveira - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Lício Mauro da Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Eu quero parabenizá-lo pela sua exposição e, como consequência, todo o Ministério Público, porque essa não é só uma obrigação constitucional, mas, sim, o relato de um serviço que v.exas. vêm desenvolvendo com muito esmero para a nossa sociedade.

Eu, infelizmente, não tive condições de assistir ao total da explanação, porque estava, junto com a bancada, no almoço das terças-feiras. Mas algumas coisas deixaram-me curioso, principalmente nos aspectos sociais que os senhores estão trabalhando, como a parte do treinamento de pessoal em convênio com a Celesc. Eu gostaria de saber que tipo de curso é dado lá e para que tipo de ensino, ou seja, se é dado para ensino fundamental ou ensino médio, ou se é pelos problemas sociais, por área de risco que acontecem.

Gostaria também de saber se há alguma coisa preparada, não tive condições

de verificar pelo seu relatório, para que os cegos também tenham acesso a essas atividades que os senhores vêm desenvolvendo.

Em terceiro lugar, gostaria de saber ainda se está havendo mais aproximação entre o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e o Executivo, no que toca às delegacias, para assistência imediata de muitos problemas que temos no sistema carcerário do estado de Santa Catarina.

Vi, muitas vezes, que não há integração. O juiz atua de uma forma independente, o Ministério Público de outra e os delegados também. Mas vi municípios em que isso se congrega bem, encaixa-se bem e, conseqüentemente, as coisas fluem de uma forma mais rápida e qualitativa.

Gostaria de saber também - apesar de ter curiosidade sobre outras coisas, mas o tempo é curto - sobre o Projeto Sim que o Ministério Público está desenvolvendo. Por que os senhores não se integram também com o Tribunal de Contas e com o Judiciário? Acredito que ficaria bem mais significativo se os senhores complementassem com o sistema do Tribunal de Contas, pois assim se fecharia o ciclo com mais quantidade e qualidade nas informações.

Por último, eu gostaria de visitá-los nesta semana ou na outra para poder tomar mais conhecimento sobre as ações que os senhores estão desenvolvendo.

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Pois não! V.Exa. está convidado, assim como os demais deputados. Só uma ligação e teremos o prazer de recebê-los.

Sr. presidente, eu penso que poderia responder tudo no final. Acho que é melhor, até para não atrapalhar demais.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A sra. deputada Professora Odete de Jesus vai-se manifestar agora e no final o dr. Gercino fará as suas considerações atendendo as colocações dos deputados.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Obrigada, sr. presidente.

Dr. Gercino, parabéns pela sua exposição. V.Exa. colocou toda a atuação do Ministério Público, eu estava muito atenta e fiz algumas anotações.

Fiquei curiosa sobre a atuação do Ministério Público quanto ao controle da listagem das cirurgias do SUS. Então, gostaria que v.exa., se pudesse, esclarecesse como isso acontece e se essa listagem está andando, está-se movimentando, porque nós sabemos que dinheiro para a Saúde existe, e não é pouco, mas a coisa às vezes fica meio emperrada.

No mais, fiquei feliz pela atuação de v.exas. e parabenizo-o pelo brilhante trabalho que o Ministério Público desenvolve. Inclusive, a Assembleia Legislativa tem uma parceria na campanha, que é referência nacional: "O que tem você a ver com a corrupção?"

Muito obrigada!

O sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Inicialmente, queria cumprimentá-lo pelo relatório. E queria pedir-lhe, dr. Gercino, que, se possível, fornecesse uma cópia do item 4.1 do relatório, que se refere à área da saúde, pois, como colocou a deputada Professora Odete de Jesus, os relatórios que v.exa. apresentou não condizem com a realidade das necessidades da população de Santa Catarina e do Brasil. Ainda hoje, no gabinete, um cidadão veio procurar-me dizendo que necessita fazer uma cirurgia no calcanhar. Ele já está há dois anos encostado, segundo me disse. O INSS já lhe pagou R\$ 17.800,00 em dois anos. No entanto, o material pós-operatório de que ele precisa custa R\$ 5.400,00 e o SUS não dá.

Por último, com relação à prevenção do uso de drogas entre a juventude, fato que, com certeza, deixa os pais bem como a sociedade atormentados, gostaria de ter acesso a essa parte do relatório, se for possível.

Por fim, quero parabenizá-lo e colocar-me à disposição. Ficamos contente em saber que essas ações são implementadas e que vêm ao conhecimento público. Em comparação com tantas outras cartilhas que são colocadas no mercado desnecessariamente, essa deveria chegar às mãos da sociedade com mais rapidez, porque ainda existe por parte da sociedade, aquela parcela que tem menos acesso à informação, certo medo de se pronunciar a respeito do Ministério Público.

Então, é importante colocar isso para as camadas menos favorecidas, para aquelas que não têm acesso à internet, que não têm recursos para comprar diariamente um jornal, para as escolas, onde, quem sabe, os professores poderiam repassar as informações aos alunos.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Dr. Gercino, quero cumprimentá-lo e cumprimentar todos os integrantes do Ministério Público pelo trabalho eficaz que vem sendo realizado em todo o nosso estado de Santa Catarina.

A instituição, com certeza, por muitas e muitas vezes, é a última instância em que o nosso cidadão busca refúgio, busca apoio para ver garantidos os seus direitos, para ver garantida a sua condição de exercer na plenitude a cidadania.

Por isso, quero cumprimentá-los pelo trabalho que vêm realizando e desejar que continuem assim, sempre preocupados com todos os segmentos, cumprindo o que estabelece a nossa Carta Maior, a nossa Constituição, e, mais do que isso, com muito denodo, com muito esforço, com muita determinação, alcançando todas as partes do nosso estado e procurando dar abrigo a todos aqueles que os procuram.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Dr. Gercino, cumprimentando v.exa., saúdo o Ministério Público catari-

nense por sua atuação destacada cumprindo seu papel constitucional e pela aproximação que vem tendo com a sociedade e com o cidadão, sobretudo aquele com menos condição intelectual, financeira e educacional.

O Ministério Público catarinense dá exemplo ao Brasil quando apresenta ações de atendimento direto ao cidadão, quando se aproxima da sociedade, como, por exemplo, com essa grande campanha: "O que você tem a ver com a corrupção?", que contou com o apoio desta Casa. Foi muito bonito ver, na avenida Beira-Mar Norte, crianças e adolescentes, através de uma iniciativa do Ministério Público, tendo acesso à formação pública também, o que poderá conduzir a um futuro melhor para o nosso país.

Então, em nome da bancada do Democratas, cumprimento v.exa. que se notabilizou, durante a sua carreira, pela defesa dos direitos da criança e do adolescente. E quero dizer que a nossa bancada está à disposição do Ministério Público do estado em ações que possam conduzir à defesa do cidadão comum, do cidadão de bem, e da legalidade do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Quero cumprimentar o dr. Gercino Gomes Neto aqui presente, também o Ministério Público Estadual, e dizer da satisfação de, pela primeira vez, acompanhar nesta Casa o relatório do Ministério Público e de matar a saudade, dr. Gercino, dos velhos tempos, em Blumenau, quando v.exa. desempenhava a missão de promotor da infância e da juventude e nós exercíamos a missão de secretário municipal da Criança e do Adolescente.

Eu apenas gostaria de aliar-me ao discurso do deputado José Natal e, pelo mesmo viés, se possível, que v.exa. declinasse um pouco mais sobre a questão desta bandeira tão necessária de combate às drogas e sobre a parceria que podemos desenvolver para, de uma forma ou de outra, atenuar esse mal do século.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, que, em primeiro lugar, cumprimentar o dr. Gercino pela bonita explanação de prestação de contas, e, em seu nome, cumprimentar todos os procuradores e promotores aqui presentes.

Quero dizer, dr. Gercino, que conheço a sua trajetória de vida e a sua preocupação com a criança e com o adolescente. Assustou-me que o número de denúncias tenha caído. Para nós isso é preocupante. Se não estão fazendo denúncias é porque, quando a fazem, nada acontece para proteger a família, a criança e o adolescente. Então, nós temos que estar atentos a essa queda de denúncias, acho que é um dado alarmante.

Outra questão, dr. Gercino, importante também, que v.exa. mencionou, é a drogadição. Esta Casa tem responsabilidade sobre a questão e nós entramos com um projeto de lei tratando desse assunto na Casa.

V.Exa. deve ter conhecimento dessa problemática, que prejudica o indivíduo que é o usuário, depois acaba com a família e por fim - já estamos vivenciando isso - degrada a nossa sociedade.

Precisamos destinar um percentual do Fundo Social para ser investido, sim, na recuperação do usuário da droga, pois ele não pode ficar numa penitenciária, tem que ser tratado para recuperar-se e não ficar pior do que antes.

Eu estou aguardando - esta é uma idéia de v.exa., discutida com seus colegas - para que possamos criar, em âmbito estadual, aquilo que introduzimos na cidade de Blumenau e que infelizmente não existe mais, a secretaria da Criança e do Adolescente. Se não atuarmos nessa área, não iremos recuperar ninguém e teremos uma sociedade cada vez pior. V.Exa. preconizou isso num congresso que ocorreu em São José, no último ano, quando discutíamos o assunto com os conselhos tutelares.

Quero dar outra dica, não sei se entendi bem a colocação, com relação às dez sugestões alertando a população sobre os empréstimos. Gostaria também de alertar sobre os cartões de crédito que estão chegando à casa das pessoas, que estão pegando as pessoas desprevenidas, pois elas utilizam esses cartões e depois também as famílias ficam reféns das dívidas que, como v.exa. sabe, ficam muito altas. Isso tem ocorrido, inclusive, com pessoas de sanidade mental duvidosa, que estão utilizando esses cartões e as famílias estão sofrendo.

No mais, sr. procurador, parabéns pela explanação.

Muito obrigada, sr. presidente!

O sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Também quero cumprimentar o procurador-geral de Justiça, dr. Gercino, e em seu nome cumprimentar todo o Ministério Público do estado de Santa Catarina.

Quero parabenizar v.exa. pelo relatório que traz a esta Casa. Ative-me a alguns aspectos, pois v.exa. falou com muita clareza da situação que existe em relação à saúde, à educação. Mas quero ater-me principalmente à referência que fez à existência de água no frango congelado.

O nosso produtor, dr. Gercino, ganha, em média, R\$ 0,40 ou R\$ 0,50 pelo frango que produz, de 2kg, de 1,5kg ou de 1kg. Há indústrias - e graças a Deus podemos dizer que as indústrias de Santa Catarina são sérias na sua grande maioria - que agregam 20%, 30% de água em 2kg de frango. Quer dizer, isso dá um lucro muito maior do que aquele que tem o nosso produtor.

Então, o Ministério Público está de parabéns por essa ação, como está de

parabéns em função dos termos de ajustamento de conduta com os nossos produtores de arroz, de suínos e em todas as suas atividades.

Assim, além de cumprimentá-lo, desejo que a instituição continue sendo esse exemplo para toda Santa Catarina.

Obrigado!

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Obrigado!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Dr. Gercino, gostaria de cumprimentar v.exa., parabenizando-o e todo o Ministério Público pelo relatório e pelo trabalho que tem feito. Temos acompanhado o seu trabalho e, inclusive, falado nesta tribuna a respeito de questões que preocupam a sociedade brasileira e, em especial, a catarinense.

Mas quero parabenizar o Ministério Público no combate à corrupção, no combate aos abusos dos empréstimos consignados, na defesa da moralidade, na defesa importante e necessária do meio ambiente. Sou da tese de que é necessário fortalecer o Ministério Público para que possa cada vez mais trabalhar e intervir com mais força na salvaguarda do estado democrático de direito que, em nosso entendimento, anda bastante ameaçado na sociedade atual.

Muito obrigado!

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Cardozinho - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Cardozinho.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARDOZINHO - Sr. presidente, quero também cumprimentar o dr. Gercino aqui representando o Ministério Público Estadual, bem como todos os que estão apreciando a prestação de contas conforme preceitua a Constituição.

Talvez tenha passado despercebido, mas não vi qualquer referência à atuação do Ministério Público com relação à Lei Maria da Penha, que protege as mulheres vítimas de violência. Gostaria que v.exa. explanasse o que está ocorrendo e a abrangência em nosso estado.

Quero concordar com v.exa. sobre a questão do consumo de drogas na adolescência em nosso estado. Eu, como diretor do presídio de Joinville, que tem 600 detentos, converso diariamente com os presos e sei que o consumo de drogas já começa na adolescência. Hoje, 70% da população carcerária na cidade de Joinville têm de 18 a 40 anos e 80% dessa população começou com drogas na adolescência, em função da situação familiar.

Então, acho que a preocupação com as drogas é grande. A Assembleia e o

Poder Judiciário têm que combater não o doente, o dependente da droga, mas o grande traficante.

Também quero perguntar, no caso do novo Código Ambiental aprovado por esta Assembleia, como ficariam as Adins do Ministério Público Estadual, com relação à proteção dos pequenos colonos da nossa região?

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, dr. Gercino, inicialmente, gostaria de parabenizá-lo e todo o Ministério Público pela forma transparente, aberta, na execução desse trabalho tão importante para a sociedade catarinense e brasileira.

Além dos vários aspectos aqui colocados, eu gostaria de mencionar outro, extremamente importante e que vivenciei quando fui prefeito do município de Guaraciaba por duas vezes. Refiro-me à questão da orientação aos prefeitos, porque muitas e muitas vezes nossos prefeitos erram, fazem alguns encaminhamentos equivocados por falta de domínio e conhecimento do setor.

Nesse sentido, quero realçar a importância do trabalho de orientação. Quem sabe, dessa forma não possamos evitar muitos equívocos. Vamos evitá-los com o trabalho de orientação, que é preventivo. Os prefeitos, muitas vezes, não fazem isso porque querem, com toda certeza, mas até pela inexperiência e pela falta de conhecimento.

Parabéns pelo trabalho extremamente importante, pois, com certeza, dessa forma vamos construir uma sociedade mais participativa, aberta, transparente, e a cidadania, sem dúvida nenhuma, vai ser realçada à luz de todo esse trabalho.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Dr. Gercino, por um questão regimental, v.exa. tem mais dez minutos para as suas considerações finais.

O SR. PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA (Gercino Gerson Gomes Neto) - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, inicialmente, agradeço as manifestações de v.exas., em nome do Ministério Público catarinense e em meu nome.

Gostaria de dizer a v.exas. que em breve estaremos encaminhando este relatório encadernado para cada um dos senhores. Ele também estará disponível no nosso portal, na internet.

Deputados, gostaria de dizer que o SIG, esse nosso sistema, num segundo momento vai abranger o Tribunal de Contas. Hoje nós temos uma forte parceria. Nós já temos acesso ao *e-Sfinge*, que é o programa do Tribunal de Contas.

E já emendando, deputado Pedro Baldissera, quero dizer que está ocorrendo no estado inteiro um conjunto de seminários do Tribunal de Contas. O nosso coordenador, dr. Ricardo Paladino, tem acompanhado esses seminários, falado em nome do Ministério Público, e esses semi-

nários visam, justamente, à prevenção, evitando que o administrador acabe cometendo equívocos.

Sabemos, que os administradores muitas vezes se envolvem numa situação que ofende a Lei de Responsabilidade Fiscal ou a Lei de Improbidade Administrativa por desconhecimento. E há até um dispositivo, o art. 11, que trata justamente daquelas questões que não envolvem dolo.

Quanto à questão dos deficientes visuais, os cegos, vou levar à consideração da nossa equipe a sua sugestão. Não temos uma previsão, mas vou levar a sugestão no sentido de implantar um sistema que possibilite aos deficientes visuais o acesso a essas informações.

Com relação ao convênio com a Celesc, é no sentido de que 5% dos jovens, adolescentes, que atuam no programa social de bolsa de trabalho sejam oriundos de abrigos que estão institucionalizados. E aí há uma indicação do Ministério Público para que aqueles adolescentes possam participar.

Confesso a v.exa. que não tenho mais detalhes sobre o programa, mas naquela visita que nos fará vamos fornecer-lhe todos os subsídios.

Com relação à listagem de cirurgias, o Ministério Público tem expedido recomendações aos gestores municipais e estaduais para que mantenham e divulguem a lista.

Na verdade, deputado José Natal, quando fiz referência ao número de ações na área da saúde, eu não quis dizer que houve ou não melhora. É histórica a situação da saúde no estado, com listas de espera; são dezenas de anos. Eu mesmo, quando promotor da infância, ajuizei uma ação, em 2000, para que fossem realizadas três mil cirurgias represadas de crianças e adolescentes. A ação foi extinta e quatro anos depois é que ganhamos essa ação no Superior Tribunal de Justiça. Ela retornou e, lamentavelmente, a liminar voltou a ser cassada pelo Tribunal de Justiça e a situação ainda persiste.

Houve avanços significativos, é inegável, na área da saúde, mas muito há que se fazer, muito há que se ver, muito há que se investir. Eu mesmo posso dar um testemunho da qualidade dos hospitais regionais, pois meu irmão faleceu, em dezembro do ano passado, no Hospital Regional de São José, numa UTI de excelente qualidade. Eu estive, no último final de semana, visitando a minha sogra que está internada no Hospital Regional de Rio do Sul, numa UTI também de excelente qualidade.

Então há, sim, ambientes de excelência na estrutura do estado, mas há gargalos e eles precisam ser enfrentados, não há dúvida alguma quanto a isso. E são sérios!

Com relação à queda do número de denúncias, deputada Ana Paula Lima, creio também, assim como v.exa., que a fragilidade do sistema da rede de proteção leva a uma intimidação do denunciante e, consequentemente, a um menor número de denúncias. Há dados do Unicef de alguns anos atrás que apontam 18 mil casos por dia de violência contra a criança no Brasil, algo significativamente expressivo!

Com relação a cartões de crédito, já há no Código de Defesa do Consumidor uma proibição. E eu confesso a v.exa. que eu já andei recebendo alguns também sem pedir. No entanto, vamos adotar uma campanha de esclarecimento à população nessa área, a exemplo do que é feito.

No que diz respeito, finalmente, à lei Maria da Penha, estamos trabalhando com ela juntamente com grupos de estudos, recorrendo para firmar posição institucional do Ministério Público na área de atuação.

Penso que devo ter esgotado todos os temas. Faltou um?

(O deputado Lício Mauro da Silveira faz uma pergunta fora do microfone.)

Esse é o próximo passo! O primeiro passo é integrar Judiciário e Ministério Público, em razão dos nossos processos tramitarem perante o Judiciário. Num próximo passo, a integração com o Tribunal de Contas e com a Procuradoria-Geral do Estado será fundamental. E, diga-se de passagem, o primeiro estado da federação em que o Judiciário e o Ministério Público firmaram um convênio para a integração foi o estado de Santa Catarina. Fomos pioneiros nessa questão.

Agradeço a todas as senhoras e senhores, agradeço à Mesa Diretora e coloco o Ministério Público à disposição.

Estamos com as portas abertas na Procuradoria-Geral e em breve encaminharemos o relatório de gestão em *e-mail* e impresso. Nós não nos habituamos somente com o *e-mail* eletrônico, o papel ainda faz falta quando não o temos à mão, mas tão logo seja impresso, encaminhá-lo-emos a v.exas.

Agradeço mais uma vez, desejando aos senhores uma boa semana.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência cumprimenta o Ministério Público de Santa Catarina aqui representado pelo dr. Gercino Gerson Gomes Neto, procurador-geral, bem como pelo dr. Paulo Ricardo da Silva, corregedor-geral, e suspende a sessão por cinco minutos para que possamos acompanhar os dignos representantes do Ministério Público.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Joares Ponticelli, v.exa. está com a palavra, pela ordem, para encaminhar mais um evento que está fora da nossa pauta, que é a apresentação da Festa do Pinhão.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, sr. presidente.

Conforme proposição já apresentada na semana passada, estão conosco o prefeito Renato Nunes de Oliveira, o Renatinho, do município de Lages, e toda a equipe organizadora da 21ª Festa Nacional do Pinhão, bem como a rainha e as princesas da festa, a quem pedimos para adentrarem ao plenário, ao mesmo tempo em que convidamos todos para participar da referida festa, que acontecerá entre os dias 4 e 14 de junho, na cidade de Lages.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência informa aos srs. líderes que esse espaço que avançaremos no horário dos Partidos Políticos será compensado e a Ordem do Dia começará, pontualmente, às 16h35.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu quero registrar, com muito orgulho, a presença, nesta Casa, do atual vice-prefeito de São José, Telmo Pedro Vieira, que é membro do Conselho Estadual de Educação e que esteve tratando de assuntos inerentes à educação naquela pasta e com os deputados.

Por isso, quero fazer o registro da presença, neste Poder, do sr. Telmo Pedro Vieira, vice-prefeito da minha querida São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência suspende a presente sessão e convida o prefeito de Lages, Renato Nunes de Oliveira, bem como o deputado Joares Ponticelli, para fazerem a apresentação a partir deste momento.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se concordam que retomemos a sessão no horário dos Partidos Políticos.

(Os líderes aquiescem.)

Com a aquiescência dos srs. líderes, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Marcos Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, coincidentemente o assunto que me disponho a discorrer na tribuna no dia de hoje, ocupando o espaço do meu partido, o PSDB, diz respeito exatamente ao turismo.

Assistimos aqui a uma bela apresentação do início de uma das maiores festas populares de Santa Catarina, que é a já tradicional Festa Nacional do Pinhão.

Santa Catarina sediará, a partir de quinta-feira, deputado Herneus de Nadal, ao 9º Congresso do Conselho Mundial de Viagens e Turismo, mas conhecido como WTTC, evento extremamente importante para Santa Catarina.

A primeira edição ocorreu em Vancouver, no Canadá; depois foi para Paris, na França; para Vilamoura, em Portugal; para Doha, no Qatar; para Nova Deli, na Índia; para Washington, nos Estados Unidos; para Lisboa, em Portugal, e o oitavo congresso aconteceu em Dubai, nos Emirados Árabes, no ano passado.

Fiz questão de mencionar as cidades que sediaram as oito primeiras edições para fazer o registro de que Santa Catarina aparece cada vez mais e melhor no mapa mundial do turismo. O governo do estado, por intermédio do governador Luiz Henrique da Silveira e de seu vice Leonel Pavan, trazem para Santa Catarina nada

mais nada menos do que o maior congresso de turismo do planeta.

Pela primeira vez o WTTC se realiza na América Latina, mais precisamente na nossa capital. A capital de todos os catarinenses foi escolhida por sua diversidade e seu potencial de crescimento. Mas a capital catarinense também é o terceiro maior centro de turismo no país e movimentou, na temporada passada, cerca de US\$ 1,5 bilhão. Com a realização do evento do WTTC, Santa Catarina ganha notoriedade e publicidade mundial.

Boa parte do recurso, que é da ordem de R\$ 6,5 milhões, que o governo do estado está investindo na realização do WTTC será compensada pela mídia internacional. De outra parte, o conselho do WTTC investiu cerca de US\$ 3,6 milhões em publicidade mundial. Com isso, Florianópolis está no *Newsweek International* e a *BBC World* está veiculando um comercial mundial com imagens de Florianópolis.

Mas o principal ganho será atrair grandes investimentos, será atrair investidores, será atrair os grandes empresários mundiais para Florianópolis, para Santa Catarina. A ideia do WTTC é apresentar oportunidades no estado para alguns dos maiores investidores privados do turismo mundial.

Na programação do evento, que se encerrará no domingo, constam diversos *tours* com participantes do congresso. E um deles é dividido em pelo menos três roteiros pelo estado de Santa Catarina.

Será um congresso de alto padrão. Esse evento, sr. presidente, sras. e srs. deputados, contará com mais de 700 participantes, com os mais importantes empresários da rede hoteleira, da aviação aérea, da rede terrestre de transportes. Na oportunidade, serão apresentados 37 projetos aos participantes. Os investimentos na área somam R\$ 12 bilhões, que incluem, além de outros, marinas para 700 barcos, *eco-resorts* em praias paradisíacas, campos de golfe e complexos turístico-imobiliários de alto padrão.

Será anexado ao dossiê um levantamento do impacto econômico e da geração de empregos do turismo de Santa Catarina.

Os dados obtidos por economistas de Oxford, através de um método de contabilidade desenvolvido pelo WTTC, a Conta Satélite de Turismo, são os mais confiáveis já divulgados por Santa Catarina para dimensionar o setor. Com custo de US\$ 200 mil, o levantamento foi pago por patrocinadores.

Do evento também participarão dirigentes das maiores cadeias de hotéis do mundo inteiro; executivos de bandeiras como Marriott, Accor, Carlson e Punta Cana participarão do painel Parcerias Reais: Energizando Economias. No total estarão presentes no encontro nove cadeias hoteleiras conhecidas no mundo inteiro. A vinda dessas bandeiras internacionais da hotelaria mundial para Santa Catarina é uma das grandes aspirações de todos nós, catarinenses.

A principal missão do WTTC é promover a importância econômica do setor turístico. Durante o congresso que estará sendo realizado na nossa capital, a capital

de todos os catarinenses, a entidade vai divulgar um relatório a respeito do impacto do turismo na economia de Santa Catarina, com uma avaliação que mostrará o potencial de crescimento e de atração de investimentos em nosso estado.

Muitas das ações voltadas à organização e ao embelezamento de Florianópolis ficarão para benefício da cidade, como, por exemplo, o principal pavilhão que foi construído para abrigar o evento no Costão do Santinho, denominado Pavilhão Tuguá, que teve um investimento de R\$ 3 milhões, bancado pelo próprio empresário Fernando Marcondes de Mattos, do Costão do Santinho.

Está de parabéns Santa Catarina. Está de parabéns a sua gente, que vê o turismo como uma das suas principais atividades econômicas. E o nosso estado é um estado que tem uma diversidade turística das mais importantes de todo o país. Temos o turismo de praia profissional, o turismo rural também profissional, o turismo de águas termais, o turismo de compra, o turismo da terceira idade, o turismo de negócios. E Santa Catarina tem-se despontado efetivamente no contexto mundial por ser um excelente destino turístico.

Está de parabéns, sobretudo, o jornal *Diário Catarinense*, que no domingo passado estampou uma matéria de quatro páginas acerca do WTTC e da sua importância para Santa Catarina.

Parabéns, Santa Catarina, mas parabéns, sobretudo, a todos os catarinenses que apostam no estado como destino turístico importante.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, sra. deputada Professora Odete de Jesus, srs. deputados, quero pedir licença ao meu partido para falar acerca de um tema muito importante e que deve ser divulgado.

(Passa a ler.)

"Hoje, 12 de maio, é o Dia da Enfermeira e do Enfermeiro. Nesta data, abrimos a 70ª Semana Brasileira de Enfermagem, que irá até o dia 20 de maio (Dia dos Técnicos e Técnicas de Enfermagem).

Ainda hoje, às 19h, estaremos realizando, neste plenário, sessão especial em comemoração aos 40 anos do Curso de Enfermagem da UFSC. E aproveito a oportunidade para convidar todos os deputados e deputadas e a população que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital para comparecerem também.

É importante lembrar que nos anos 20 surgiu a Aben, Associação Brasileira de Enfermagem, a primeira e então a única entidade da nossa classe no Brasil. Em Santa Catarina essa entidade é presidida, atualmente, pela enfermeira Helga Regina Bresciani.

Nessas oito décadas de atuação, a Aben foi responsável por grandes con-

quistas. Assessorou na elaboração dos currículos e na criação dos cursos de Enfermagem em nosso país. Elaborou a primeira lei que regulamentou o exercício da Enfermagem em 1955. Também contribuiu para o estabelecimento do Código de Ética da nossa profissão. Aprovou a lei da criação dos Conselhos Regionais e do Conselho Federal de Enfermagem. Enfim, no seu longo histórico de ações, a Aben se firmou como entidade atuante e participativa em diferentes instâncias, sempre buscando o aprimoramento e os avanços necessários na enfermagem e na saúde como um todo. Por isso, é uma honra para nós estarmos aqui, representando a categoria dos profissionais de Enfermagem no estado de Santa Catarina.

Hoje, felizmente, em Santa Catarina temos a grata satisfação de ter ao lado da Aben o Coren - Conselho Regional de Enfermagem -, presidido pela doutora enfermeira Denise de Pires e Pires, que construiu um mandato ao lado da nossa categoria, fazendo dele um instrumento de luta pelo reconhecimento da nossa profissão.

Porém na Enfermagem convivemos com a falta de condições para exercer o nosso papel, infelizmente, deputada Professora Odete de Jesus, como os professores, com baixos salários e falta de valorização de nossa profissão.

No nosso mandato temo-nos dedicado às lutas mais pontuais do interesse da classe da Enfermagem. Como exemplo, temos o nosso posicionamento intransigente na campanha do "não" ao ato médico em Santa Catarina, que permitiu a ampliação do debate no Senado Federal, em 2005, com a realização de uma grande audiência pública nesta Casa, com a participação de muitos estudantes, de muitos profissionais da área de Enfermagem. Na oportunidade, conseguimos mobilizar as profissionais da Enfermagem, auxiliares, técnicos e enfermeiras, bem como lideranças por outras 14 profissões ameaçadas por essa regulamentação.

Tivemos a oficialização de uma moção, através da qual os deputados catarinenses declararam ser contra o ato médico e em defesa dos princípios básicos da interdisciplinaridade e do multiprofissionalismo do SUS.

De concreto, temos muito orgulho em ter participado de forma efetiva na aprovação da Lei Complementar n. 301/2005, que desde outubro de 2005 garante aos profissionais da Saúde vinculados ao estado a acumulação de dois cargos públicos, o que anteriormente não era possível. Outra luta exitosa foi a redução da jornada de trabalho para seis horas diárias também na rede estadual, com o plano de carreira da secretaria de Saúde aprovado em 2006. Essa medida harmoniza a situação dos servidores catarinenses à legislação trabalhista, encerrando de forma vitoriosa uma das mais antigas lutas das profissionais de Enfermagem.

Mas também nos estamos mobilizando junto à Associação Brasileira de Enfermagem e ao Coren, subseção de Santa Catarina, com relação à luta pelas 30 horas semanais para todos os profissionais da Enfermagem do nosso estado e também

do Brasil. Acompanhamos de perto a tramitação do projeto no Congresso Nacional e daqui por diante estaremos empenhadas na necessária mobilização em defesa da recomposição dos quadros de enfermagem.

Por exemplo, sra. deputada e srs. deputados, nos hospitais da Grande Florianópolis e de outras regiões do estado, com todo o respeito aos avanços que houve na Saúde, ainda há falta desses profissionais, na área hospitalar principalmente, o que acarreta um prejuízo muito grande tanto para o usuário do Sistema Único de Saúde, quanto para os profissionais que atuam nessa área, que têm que fazer hora extra desgastando-se cada vez mais.

Sabemos que há carência de pessoal, assim como nos demais serviços da rede pública. E quando falamos nessas lutas, gostaríamos de deixar registrada a grande importância que a organização também da categoria significa para poderemos alcançar nossas metas.

Nossa categoria está em evolução, porque estamos fazendo política, não politicagem, mas política. E quando falo em política, srs. parlamentares, não é somente a política partidária, mas a política das associações como a da Aben, Associação Brasileira de Enfermagem, as políticas travadas no Sindicato da Saúde, a do Conselho Regional de Enfermagem, que também estão tratando não só das melhores condições de salários, mas também das melhores condições de trabalho.

Nessa 70ª Semana Brasileira de Enfermagem o lema é 'Enfermagem vale a vida'. E clamamos aos dirigentes da Saúde de nosso estado que reconheçam o trabalho e a importância desses profissionais que são o centro da atenção da população brasileira.

Quero dar os parabéns à Associação Brasileira de Enfermagem de Santa Catarina, ao Conselho Regional de Enfermagem, aos sindicatos da área de saúde, deputado Sargento Amauri Soares, e em especial a todas as enfermeiras, aos enfermeiros, aos técnicos, às técnicas e aos auxiliares de enfermagem que exercem com responsabilidade, trabalho e carinho essa profissão que precisa ainda ser muito valorizada, porque o bom serviço dos profissionais na área de saúde, principalmente as enfermeiras, os enfermeiros e toda a categoria, precisa ser reconhecido, valorizado.

Era isso, sr. presidente."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, no começo da tarde de hoje, por volta das 15h, o sargento Luciano Luiz de Souza esteve no quartel para entregar a sua farda, o seu coturno, sapatos, as insígnias e, inclusive, as medalhas de honra ao mérito que recebeu ao

longo de 30 anos de bons serviços prestados à Polícia Militar e à população catarinense, sempre com excepcional comportamento, com mais de dez elogios, com medalha de honra ao mérito de terceira e segunda categorias, esta última por ter comandado o policiamento ostensivo na região de Barreiros por dois anos e meio.

Ele foi excluído da Polícia Militar devido às manifestações reivindicatórias no mês de dezembro, com base em indícios, porque não existe nenhum elemento concreto, nenhuma prova concreta da sua participação em algum ato que possibilitasse a sua exclusão. Inclusive, o próprio Conselho de Disciplina, os três oficiais que presidiram, concluiu por unanimidade que não seria caso de exclusão. Mas o comandante-geral, coronel Eliésio Rodrigues, avocou a responsabilidade para si e caneteou, essa é a expressão, pela exclusão desse grande companheiro.

Ninguém poderia esperar uma situação como essa, especialmente no caso do sargento Souza, porque o seu processo não tem - como em nenhum processo que seja feito com coerência, com correção processual - como o responsabilizar por algum ato de gravidade naquela manifestação do mês de dezembro.

Dessa forma, não há como não concluirmos que são medidas de caráter político, já que todos os encaminhamentos, todos os levantamentos processuais não apresentaram provas que pudessem levar à exclusão. Não existe outra coisa a se concluir a não ser que essa atitude pretensamente administrativa do comandante-geral da Polícia Militar seja uma atitude eivada de definição política. E nesse sentido o governador do estado tem uma grande responsabilidade, senão a principal.

No terceiro ano do segundo mandato governo Luiz Henrique, praças da Polícia Militar estão sendo excluídos por reivindicarem aqueles direitos que o governo já deveria ter cumprido há três, quatro, cinco anos. Portanto, é evidente que essa mácula vai ficar na carreira política do governador Luiz Henrique.

Democracia é bom. E liberdade é bom em qualquer tempo. Não adianta homenagear aqueles que lutaram contra a ditadura no passado. É preciso ter coerência no respeito aos princípios constitucionais e ao estado democrático de direito em todos os tempos. E o governador Luiz Henrique, neste momento de sua trajetória política, está negando aquilo que tem dito ao longo de sua história, de sua trajetória.

A exclusão do sargento Souza, assim como outras tantas medidas arbitrárias que estão tomando, denuncia a necessidade dos poderes constituídos refletirem sobre esse assunto. O estado democrático de direito, como eu falava antes para o dr. Gercino, está sendo afetado em nosso estado, quando princípios constitucionais elementares são desrespeitados. O direito à ampla defesa - não julgar ninguém previamente, não condenar sem provas que não deixem dúvidas - na Polícia Militar de Santa Catarina está sendo esquecido. E aí perguntam por que a segurança vai mal em nosso estado. Por muitos outros motivos, mas também por que a prioridade é

perseguir policiais honestos e não trabalhar para a sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Srs. deputados, sras. deputadas, deputado Kennedy Nunes, não sei por onde começar. Mas tenho aqui o relatório do Tribunal de Contas e várias manchetes de jornais que passarei a ler.

"Para onde vai o seu dinheiro?"

"Santa Catarina é campeã no número de secretarias";

"Blumenau: a estrutura policial conta com 38 viaturas, mas apenas oito estariam funcionando regularmente";

"Camboriú: prefeito rebate críticas do secretário estadual de Segurança";

"Perigo na SC-401";

"Retrato da seca no oeste";

"Cassação de prefeitos deve entrar na pauta";

"Seis servidores são indiciados."

É evidente que durante o tempo de que dispomos não vai ser possível falar de todas essas matérias. Mas quero, deputado Sargento Amauri Soares, endossar, em nome da nossa bancada, a sua manifestação com relação ao que está acontecendo na Polícia Militar, em especial com a falta de democracia, principalmente com o policial militar - e parece-me que é sargento - que foi desrespeitado depois de um julgamento disciplinar militar que praticamente o absolveu.

A nossa bancada já fez, nesta Casa, uma indicação, que deve estar entrando senão hoje, mas certamente amanhã, no sentido de ser solidária especialmente com esse caso, porque é evidente que v.exa. tem razão quando fala da situação da segurança em Santa Catarina, especialmente quando não se dá condições para a Polícia Militar trabalhar, quando não se dá aquilo que é de direito e que foi aprovado nesta Casa, que é a Lei n. 254.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Gostaria de agradecer o empenho de v.exa. e da bancada do seu partido em solidariedade ao nosso companheiro. Inclusive, eu me esqueci de registrar que ele está presente nesta Casa, assim como o seu irmão, que também é policial militar.

Queremos, então, agradecer todo esse apoio da bancada do Partido Progressista, o seu partido, e toda a solidariedade dada a esse companheiro, porque, com certeza, cometeu-se uma grande injustiça a qual pretendemos, e acreditamos que iremos, reverter junto ao Poder Judiciário.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado pela cooperação, deputado Sargento Amauri Soares.

Para concluir, queremos dizer, mais uma vez, que reafirmamos o nosso compromisso de defender a democracia, a disciplina, o respeito, mas, acima de tudo, aquilo que já havia sido manifestado pela comissão em relação ao caso.

Nós, há alguns anos, estamos aqui nos manifestando e dizendo que esse modelo de excesso de secretarias de Desenvolvimento Regional tem comprometido a gestão do estado. Demorou, mas chegou a haver repercussão nacional e mais uma vez há 57 secretários no estado, enquanto a média nacional, deputado Kennedy Nunes, é de apenas 22 secretarias. E não são apenas os secretários, deputado Lício Mauro da Silveira, são as estruturas das secretarias de Desenvolvimento Regional. É que esse modelo privilegia a estrutura partidária e, por conta disso, deputado Kennedy Nunes...

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Na sequência vou-lhe conceder um aparte.

Mas, apenas para registrar a atual situação da segurança no estado, vejam que há manifestações nos jornais de hoje sobre Blumenau, Camboriú, Balneário Camboriú e Joinville, onde não é diferente. E por que está acontecendo isso? Não há prioridade do dinheiro público para investimentos na Segurança, na Saúde e na Educação. Obviamente que se não há prioridade, a tendência só pode ser aumentar a manifestação principalmente da violência. E aí não há como culpar as Polícias Militar e Civil, se não há uma gestão eficiente por parte do governo.

Mas concedo um aparte a v.exa., deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Silvio Dreveck, meu nobre líder, eu acabo de receber o jornal *Gazeta de Joinville*, que traz uma manchete sobre o que está acontecendo naquela cidade - e, pelo que vejo, parece que está acontecendo em outros municípios: "Descoberto esquema entre prefeitura e empresas de ônibus". E a matéria feita pela reportagem da equipe *Gazeta de Joinville* relata que foi descoberto, até pelo nosso secretário Nelson Trigo, que a prefeitura não tem nenhum controle de fiscalização sobre o número de passageiros urbanos daquele município. Ou seja, os números que a empresa diz ter são os que valem, desrespeitando leis e o próprio contrato, que diz que a fiscalização deve ser feita pela própria prefeitura.

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Deputado Kennedy Nunes, mas é no atual governo ou no governo anterior, esse esquema que v.exa. diz estar no jornal?

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Começou com o governo Luiz Henrique e foi pelo de Tebaldi. Agora se denunciou.

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Mas o jornal está dizendo que é o governo do PT.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Não! Leia a matéria, deputado, porque ela diz que o governo do então prefeito Luiz Henrique desmantelou. A fiscalização foi mantida durante o governo do PSDB, deputado Marcos Vieira, e agora o governo do PT

descobre a farsa e denuncia. Se vai continuar isso ou não, é outro problema.

Agora, eu quero aqui relatar que começou, sim, deputado Marcos Vieira, no governo do Luiz Henrique prefeito, e foi feita durante os seis anos no governo do PSDB essa farsa, esse crime, que é não fiscalizar o número de passageiros em Joinville.

E pergunto aqui para todos os que nos estão assistindo em Santa Catarina: será que nas outras cidades há essa fiscalização da prefeitura em cima das empresas que fazem o transporte coletivo urbano? Será que existe a fiscalização da prefeitura no número de passageiros, o que interfere diretamente na planilha e na elaboração dos custos?

Obrigado pelo aparte, deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Deputado, é evidente que, como disse, as matérias são muitas e não vou concluir o meu pronunciamento.

Mas, como eu estava falando sobre segurança, quero apenas registrar ainda que o jornalista Moacir Pereira afirmou que em Blumenau, além da falta de estrutura de veículos, não há manutenção, não há recursos.

(Passa a ler.)

"[...]Em Balneário Camboriú, o clima de intranquilidade é muito maior e mais grave", diz a nota. "A média de homicídios era de um a dois casos por ano. E a maioria, por tráfico de drogas. Este ano, só nos primeiros quatro meses, foram 12 homicídios.[...]"[sic]

Então, a situação está-se agravando, srs. deputados, e é preciso que o governo tenha uma ação mais rígida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, o que me traz à tribuna, hoje, é um tema que é de conhecimento de todos, mas que começa, em Santa Catarina, a tomar proporções de epidemia, não poupando nem os pequenos municípios, que é o consumo do crack.

As drogas em geral nos preocupam, mas um dado em especial chamou a minha atenção nesta semana, ao ver que 60% das internações pagas pelo SUS em relação a tratamento de dependentes químicos referem-se ao tratamento do crack.

O crack é uma droga que, durante muito tempo, esteve associada aos grandes centros como São Paulo, com a sua conhecida "Craclândia", como Rio de Janeiro, que agora já convive também com uma epidemia do consumo dessa droga, mas que chegou a Santa Catarina já há muito tempo, inicialmente pelos centros maiores, como a Grande Florianópolis, Joinville e Blumenau, e agora, de maneira assustadora, chega já aos pequenos municípios rurais de Santa Catarina.

Digo isso porque os dados da Polícia Militar dão conta de que mais de 90% dos homicídios praticados, hoje, em

Santa Catarina têm relação direta com o consumo e abuso de drogas. Mas em relação ao crack o problema é especial, já que essa é a droga cujo consumo mais cresce, primeiro pelo preço - é uma droga barata, de acesso fácil -; segundo por se tratar de um entorpecente com elevado potencial destruidor de vidas. Por conta disso é que é hora de Santa Catarina dar atenção especial a esse problema.

Deputado Ismael dos Santos, a prefeitura do Rio de Janeiro instituiu recentemente, através do seu novo prefeito, uma secretaria especial de combate ao crack, por identificar essa como a droga que vem destruindo o maior número de vidas e causando o maior impacto social e de violência na cidade do Rio de Janeiro. E aqui não é diferente do Rio de Janeiro, no que toca ao consumo de crack e os seus maléficos resultados sociais.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Ouço em aparte o deputado Ismael dos Santos, que eu sei que tem uma luta de muitos anos em relação ao combate ao uso de drogas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, permita aliar-me ao seu discurso. De fato, nós precisamos, mais do que nunca, inserir o Poder Público nessa questão do combate às drogas em Santa Catarina.

Eu ouvia, recentemente, o relato, por exemplo, da delegacia regional de Blumenau. Só nessa cidade, e são dados oficiais, há cinco mil consumidores de crack. Eu multiplicaria essa quantidade por três, no mínimo, e isso em todo o estado de Santa Catarina.

Agora, eu gostaria apenas, deputado, para enriquecer o seu discurso, de dizer que a solução da problemática das drogas passa, necessariamente, por uma sintonia aproximada entre escola e família. É com esse casamento escola e família que nós vamos poder garantir um futuro melhor para as próximas gerações no combate às drogas.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Não tenha dúvida! O que a Polícia faz, hoje, em Santa Catarina, com as apreensões que se sucedem, é enxugar gelo. Enquanto não tivermos uma política integrada de combate ao uso de drogas que tenha a família no papel central, não vamos chegar a lugar algum.

Mas o combate ao uso e abuso de drogas, em especial ao uso e abuso do crack, não está, hoje, no centro das políticas públicas não apenas aqui no estado, mas em nível nacional. É a grande chaga da nossa era, é o grande motor da violência urbana e também rural nesse momento, mas não se vê falar sobre esse assunto e muito menos uma ação que seja mais integrada.

Digo isso porque sei que no Hospital Infantil Joana de Gusmão há uma ala para tratamento de crianças dependentes químicas. E mais do que devido à cola de sapateiro, as crianças dependentes químicas estão lá em recuperação do crack. Nós temos crianças, deputado Ismael dos

Santos, de nove, dez e onze anos que, neste momento, lá no Hospital Infantil Joana de Gusmão, estão sendo tratadas para recuperar-se do vício do crack. E assusta-me saber que municípios pequenos do interior, como Alfredo Wagner, aqui na região da Grande Florianópolis, já contam com pontos de venda do crack, já contam com filhos de agricultores que fumam crack e vão para a roça trabalhar. Ou seja, não se trata mais de um problema urbano, mas de um problema epidêmico que ataca todo o Brasil, e não é diferente em Santa Catarina.

O problema do crack merece uma atenção especial. Nós teremos, hoje, uma audiência pública em Blumenau cobrando segurança. Nós temos aqui, hoje, uma grande sensação de insegurança também na região da Grande Florianópolis. A Polícia age, o estado investe, mas é enxugar gelo enquanto não houver de fato uma reversão no número, infelizmente, crescente de dependentes químicos.

Trago isso aqui, srs. deputados, porque este Poder, como a Casa do Povo que é, tem que repercutir e ecoar os grandes problemas sociais. Eu, sinceramente, não aguento mais debater aqui no meu gabinete, na Assembleia, e ser parado nas ruas quase que diariamente por mães desesperadas que se veem absolutamente impotentes ante a destruição da vida dos seus filhos, mães que se sentem sozinhas nessa grande luta que é enfrentar o traficante e a droga.

Não adianta, meus amigos, construir milhares e milhões de cadeias; não adianta encher cada esquina com um policial sugando o motor da criminalidade, que é o crack, que é a droga, se não for combatido. Quem não estiver no centro...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Cesar Souza Júnior.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal, por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, assomo à tribuna nesta tarde para, mais uma vez, manifestar o agradecimento à confiança que me foi delegada pelo governo Luiz Henrique da Silveira para que exercesse, no primeiro mandato do governador e agora também no segundo mandato, por um espaço de tempo considerável, a liderança do governo nesta Casa, que cessa, que se encerra, através de acordo já firmado na data de hoje.

E ao fazê-lo, sr. presidente e srs. deputados, quero também manifestar o agradecimento pela compreensão dos líderes, tanto da Situação como da Oposição, e de todos os parlamentares, que por inúmeras vezes, através do diálogo e através do entendimento, possibilitaram-nos fazer com que tivéssemos a condição de aperfeiçoar, de melhorar projetos, matérias importantes em favor de nossa sociedade que tramitaram no Parlamento catarinense.

Quero também, nesta oportunidade, aproveitar o ensejo para desejar ao

novo líder, deputado Elizeu Mattos, que ora assume essa função e essa tarefa muitas vezes extremamente espinhosa - mas com certeza sempre gratificante, pelo grau de resultado que se alcança, pela convivência e pelo entendimento dentro do Parlamento -, um trabalho exitoso, um trabalho profícuo, um trabalho que possa atender a expectativa do governador, do vice-governador, do Poder Executivo e também de todos os srs. parlamentares.

O deputado tem o perfil exato, perfeito, para manter entendimento, diálogo e negociação política de altíssimo nível para que possamos fazer no Parlamento aquilo que sempre foi praticado: a convergência de opiniões e de ideias divergentes para que elas se transformem num meio legal para viabilizar o atendimento de nossa sociedade através de instrumentos que, quando produzem a eficácia, quando produzem o seu resultado, o seu objetivo lá junto do nosso cidadão, possam atender as demandas, as expectativas de toda nossa sociedade.

Desta forma, deputado Elizeu Mattos, desejo-lhe um trabalho exitoso, extremamente realizador. Reitero e renovo a todos os srs. líderes a confiança, que sempre nos foi depositada, no entendimento, na palavra empenhada, para que pudéssemos levar adiante, conduzir à frente a liderança do governo nesta Casa.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Antes de encerrar, com a permissão do deputado Antônio Aguiar, que me cede mais alguns instantes, quero, com satisfação, ouvir a manifestação do deputado Cesar Souza Júnior.

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Deputado Herneus de Nadal, quero cumprimentar v.exa. por essa grande contribuição que prestou não ao governo, mas ao estado de Santa Catarina, exercendo a liderança do governo nesta Casa, logicamente com a sua grande experiência neste Parlamento, dos anos de líder, mas, sobretudo, pelo seu temperamento democrático, conciliador, ameno, cortês e, sobretudo, amigo.

Tenho certeza de que v.exa. deixa agora essa função para exercer um cargo de não menos importância e responsabilidade, mas deixa para a nossa convivência o deputado Elizeu Mattos, que também tem predicados, qualidades para, na esteira do que vinha fazendo v.exa., fazer um trabalho que é muito importante, o trabalho de articulação entre as bancadas, um trabalho, sobretudo, em prol do estado catarinense.

Eu tenho certeza de que a sua passagem na liderança coroou com chave de ouro os seus anos exitosos neste Parlamento.

Parabéns a v.exa.!

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado, agradeço a manifestação de v.exa., mas, com certeza, o que fala é a bondade de coração, é a sua forma sempre gentil e cortês de se portar e de se conduzir neste Parlamento. Agradeço a v.exa. a cooperação que sempre me foi dada para que levasse adiante a minha missão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Deputado Serafim Venzon, ouço v.exa. com muita satisfação.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Herneus de Nadal, como anunciado, v.exa. foi o deputado que chegou com o maior número de votos nesta legislatura, ou seja, mais de 72 mil votos. Certamente isso traduz a simpatia que tem especialmente dos seus eleitores.

Mas posso assegurar a v.exa. que essa mesma simpatia têm-lhe também os outros 39 deputados desta Casa por tudo aquilo que fez, especialmente como líder do governo, tempo em que pude conhecê-lo mais de perto, quando tão bem fez a intermediação entre as ações desta Casa e os projetos, as intenções do Poder Executivo.

Eu queria dizer-lhe que esse bom trato, essa boa relação com os deputados, todos nós percebemos, e a saudade que certamente os seus eleitores sentirão, nós desta Casa também sentiremos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Muito obrigado, deputado!

Agradeço a sua manifestação, e com certeza quem nos possibilita este momento positivo na Assembleia Legislativa, de contato com o governo, os deputados e a sociedade, são os nossos líderes partidários, são os nossos deputados. E v.exa., com certeza, está inserido nesse contexto com grande destaque.

Por isso, agradeço a v.exa. toda a contribuição que sempre nos deu para que conduzíssemos, todos juntos, a liderança do governo neste Parlamento.

Deputado Antônio Aguiar, sei que v.exa. deseja utilizar a tribuna, então eu agradeço a oportunidade. Não restou muito tempo, mas agradeço a sua compreensão.

Agradeço a todos os senhores e senhoras que sempre contribuíram para que conseguíssemos levar adiante a liderança do governo nesta Casa, fazendo a ligação com a sociedade, com os parlamentares, para que pudéssemos ser úteis a Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, com a palavra, o sr. deputado Antônio Aguiar, pelos minutos restantes.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, gostaria de endossar as palavras do ex-líder do governo, Herneus de Nadal, que se prepara para outra empreitada na sua vida, ser conselheiro do Tribunal de Contas. Sem dúvida nenhuma, v.exa. vai deixar saudade, deputado Herneus de Nadal.

Gostaríamos de dizer ao povo catarinense, principalmente do planalto norte, que na cidade de Itaiópolis, no sábado, será realizada a primeira sessão solene da história do município. Temos certeza de que, com a presença do embaixador polonês e da consulesa polonesa, essa homenagem à cultura polonesa será de grande valor a esse povo que se instalou nos idos de 1890/1891 em nossa região.

Santa Catarina possui, sim, mais de 400 mil poloneses. Portanto, trata-se de

uma comunidade importante que produz riqueza e condições para que seu povo, sua raça, sua índole se mostrem de maneira diferente em nosso estado.

Tenho, neste momento, sem dúvida nenhuma, a importante missão de convidar todos os poloneses para que prestemos essa homenagem àqueles que realmente vieram habitar o estado de Santa Catarina.

Gostaríamos de saudar o prefeito Hélio César Wendt, de Itaiópolis, assim como o vice-prefeito Alfeo Schneider, que tão bem receberam a incumbência de organizar, juntamente com a Assembleia Legislativa, essa grande homenagem à cultura polonesa.

Temos que falar também da Saúde. Hoje, pela manhã, em Florianópolis, houve a inauguração do Cepon, uma unidade que está atendendo o estado de Santa Catarina. O Cepon, hoje, completa um investimento de mais de R\$ 13,5 milhões. Esse investimento realizado pelo governador Luiz Henrique da Silveira faz com que o Cepon tenha um aparelho de tomografia computadorizada, um aparelho de ultrassonografia especializado e, na área de oncologia, a radioterapia e a quimioterapia, podendo atender milhares de doentes portadores de câncer.

O câncer hoje, em Santa Catarina, atinge 18 mil pessoas por ano. Ou seja, em nosso estado, 18 mil pessoas contraíram câncer neste ano, das quais sete mil foram acometidas por câncer de pele.

Por isso, comungo com a indicação do presidente da Casa, deputado Jorginho Mello, em que o protetor solar faz parte, sim, da prevenção do câncer de pele. Queremos que o governo Luiz Henrique da Silveira, juntamente com o secretário Dado Cherem, com a diretora-geral Carmem Zanotto, façam a prevenção do câncer de pele através do uso de protetor solar. Inclusive, como deputado estadual já apresentei projeto de lei nesse sentido e ele significa a compreensão, o carinho, a capacidade, a inteligência de cuidar dos portadores de câncer. Temos a certeza de que o número de portadores de câncer de pele diminuirá com a prevenção, que deve ser feita com o protetor solar. Para isso, as medidas a serem tomadas pela secretaria da Saúde são as preventivas, como o uso do protetor solar.

A importância do Cepon para o estado de Santa Catarina é das maiores. Os Drs. Cláudio e Marcos afirmaram durante a inauguração que novas alas cirúrgicas, novos leitos hospitalares, bem como novos leitos de UTI continuarão a ser construídos.

Está de parabéns a Saúde por ter inaugurado essa importante obra do Cepon. Pessoas que não acreditavam na...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0047/2009.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Essa foi a única matéria passível de deliberação, uma vez que não precisa de fórum qualificado. As demais matérias que necessitam de quórum qualificado ficarão para a pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0298/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello, também subscrita pelo deputado Antônio Aguiar; 0299/2009, 0300/2009, 0301/2009, 0302/2009 e 0303/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, temos na região um problema sério. Apresentamos uma indicação, na semana passada, sobre a região de Jaraguá do Sul, pois há uma reclamação generalizada das empresas, das prefeituras, das lideranças sobre a má qualidade da energia elétrica.

Então, quero reforçar esse pedido à Celesc para que intervenha o mais rápido possível na região, porque se está comprometendo de fato o processo produtivo na região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência comunica ainda que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0304/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch...

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Não seria nem o nosso papel, como deputado, fazer isso aqui, deputado Silvio Dreveck, uma vez que há um conjunto de secretários de Desenvolvimento Regional.

Agora, fomos para Concórdia neste final de semana, deputado Gelson Merísio, que preside esta sessão, e estamos passando por meio de trilhas! Não que eu não seja favorável à questão ambiental, mas as rodovias estão-se tornando perigosas por falta de limpeza no seu entorno, já que as capoeiras estão entrando nas pistas. E isso acontece praticamente em todas as rodovias estaduais de toda a região oeste. Eu sei que em outras regiões há esse problema também, colocando em risco a vida dos motoristas.

Muito obrigado.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, endossando as palavras do eminente deputado Dirceu Dresch, eu quero dizer que há um projeto de minha autoria que será votado em primeiro turno, provavelmente amanhã, que dispõe sobre a proibição em todo território do estado de Santa Catarina da capina química nas áreas que relaciona.

Então, deputado Dirceu Dresch, esse projeto é quase na mesma linha.

Quero parabenizar v.exa. pela indicação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência comunica também que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0306/2009, de autoria da liderança do PP.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não conheço o sargento Luciano Luiz de Souza, mas acho que nesse assunto não nos deveríamos intrometer, pois é da competência exclusiva da Polícia Militar. Não tenho nada a favor ou contra, mas acho que é um assunto interno da Polícia Militar do estado de Santa Catarina.

Portanto, deputado Sargento Amauri Soares, fico até constrangido em me manifestar, porque se trata de assunto interno da Polícia Militar. Poderíamos até conversar com o comando da Polícia, mas quanto à indicação o meu encaminhamento é contrário, tanto que fico constrangido em deliberar sobre um assunto interno da Polícia Militar.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu queria parabenizar a bancada do PP pela iniciativa.

Há duas ou três semanas tivemos a iniciativa, em nosso gabinete, de encaminhar um ofício assinado por nós a todos os srs. deputados falando dessa situação e pedindo apoio.

De forma que a iniciativa da bancada do PP dá respaldo e deixa-nos satisfeito. E queremos registrar que a Polícia Militar é uma instituição pública do estado de Santa Catarina. Portanto, esta Assembleia Legislativa, como Poder Legislativo, tem autonomia para votar qualquer indicação relativa a qualquer instituição pública estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência esclarece que não haverá votação da indicação. A indicação será encaminhada, sem necessidade de votação.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, a nossa bancada quer pedir permissão à bancada do PP para assinar esta indicação, porque achamos um absurdo o que está acontecendo no estado de Santa Catarina e o que está acontecendo com a Polícia Militar neste momento.

Quem manda na Polícia Militar, quem dirige a Polícia Militar é o Executivo e quanto ao que está acontecendo lá, não temos dúvida de que precisa haver a intervenção do governador. Por incrível que pareça, na semana passada eu ouvi o gover-

nador falando que é contra a ditadura. Foi quando o ministro do Meio Ambiente deu aquela declaração, com a qual, inclusive, eu não concordei.

Então, o que está acontecendo aqui com a Polícia Militar é de fato um ato de ditadura militar, que rechaçamos, que sempre fomos contrário. Achamos que essa perseguição não deve continuar. Por isso nós apoiamos a indicação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Na verdade, eu entendo de forma contrária ao deputado Elizeu Mattos, quando diz que não temos nada a ver com as questões internas da Polícia Militar. Não, o Regimento Interno passa por aqui, as questões da Polícia Militar passam por aqui. Esta é a Casa do Povo, onde essas coisas têm que repercutir.

E, só para lembrar, a punição que o segundo-sargento Luciano Luiz de Souza levou foi por conta da reivindicação de aumento de salário feita no final do ano passado.

Então, isso tem que passar por esta Casa, sim. Quem determina e fixa os valores a serem pagos a Polícia Militar é o governo, ou seja, o Poder Executivo, a quem nós temos a função de fiscalizar. Ainda bem, como v.exa. lembrou, que essa indicação não precisa de votação. Portanto, o deputado Elizeu Mattos só colocou a sua posição. Mas nós continuamos com a nossa posição e acolhemos a assinatura da bancada do PT na indicação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, na verdade não conhecemos o assunto, mas o deputado Sargento Amauri Soares explicou-me e para o deputado Antônio Aguiar. Então, nós não nos posicionamos nem contra nem a favor por falta de conhecimento de um assunto *interna corporis* da Polícia Militar.

Portanto, retire o que falei. Eu não pedi, em momento algum, votação e retire o que falei. Podem continuar. E se fosse por votação, a indicação poderia ser votada, sem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Feito o registro, comunicamos que serão enviadas ainda as Indicações n.s.: 0305/2009 e 0311/2009, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0312/2009, de autoria da deputada Professora Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, estou inscrita em Explicação Pessoal em primeiro lugar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - V.Exa. será a primeira oradora a falar.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Eu irei complementar a minha fala dentro dos meus dez minutos, porque quero ponderar muito e chamar a atenção do sr. governador Luiz Henrique da Silveira, no sentido de que ele analise, pondere e negocie com o sindicato.

Eu, ao assistir, hoje, à reunião da comissão de Constituição e Justiça - não pude estar presente naquela reunião porque estava atendendo algumas pessoas, senão estaria lá pedindo a palavra ao presidente -, senti um grande descaso.

Eu quero parabenizar a bancada do PT, que teve coragem para elaborar esse projeto, mas sinto que não é de iniciativa desta Casa e sim de indicação do governo do estado.

Então, na minha fala de dez minutos eu irei pronunciar-me para defender os meus colegas professores que estão ralando! Temos que parar um pouco e dar a devida importância ao Magistério, porque os professores estão preparando a base, formando o caráter das crianças, estão trabalhando com seres humanos.

Quero parabenizar, mais uma vez, a bancada do PT e estar unida a ela para chamar a atenção do sr. governador do estado. Eu sei que ele está ocupado, mas a sua assessoria está-nos acompanhando.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu pedi a palavra, pela ordem, para registrar a presença, nesta Casa, do sargento Ivan Burgonovo e do cabo Menegaz da Polícia Ambiental de Blumenau e região.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro.

A Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s.: 0558/2009, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0559/2009 e 0560/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0561/2009, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0562/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0563/2009 e 0564/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0565/2009 e 0566/2009, de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira; 0567/2009, de autoria do deputado Silvio Dreveck; 0568/2009 e 0569/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; 0570/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0571/2009, 0572/2009, 0573/2009 e 0574/2009, de autoria do deputado Dagomar Carneiro.

As moções também necessitam de deliberação e ficam inclusas automaticamente na pauta da Ordem do Dia de amanhã, bem como os pedidos de informação.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a deputada Professora Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, para não

tomar muito tempo, porque disponho somente de dez minutos, eu gostaria de informar que estive hoje acompanhando a comissão de Constituição e Justiça no meu gabinete e fiquei bastante aborrecida porque não obtivemos votos suficientes para aprovação do projeto de lei de autoria da bancada do PT. Mas tenho certeza de que ela irá lutar para que esse projeto venha a plenário, para que possamos deliberar sobre ele.

Os professores estiveram em greve do dia 5 ao dia 19 de março e estão sendo penalizados duas vezes. Em primeiro lugar, porque levam faltas injustificadas e não recebem seus salários no final do mês. Em segundo lugar, porque essas faltas irão para sua ficha funcional e terão que ser repostas no final de carreira quando da aposentadoria.

A bancada do Partido dos Trabalhadores entrou com o projeto para que essas faltas sejam abonadas, extintas, para que não prejudiquem os professores. Por isso eu os parabenizei.

Eu não faço parte da comissão de Constituição e de Justiça, mas quero afirmar que se eu estivesse na reunião defenderia os meus colegas, porque quem atua em sala de aula - eu já atuei por muitos anos - sabe como é. Eu trabalhei numa escola do interior, em Matos Costa, e não foi fácil! Eu participei há muitos anos de uma greve, eu fui uma das grevistas da época, mas nós repusemos as aulas, deputadas Ada De Luca e Ana Paula Lima, e não tivemos problemas. Então, é preciso que haja negociação.

As crianças perderam, o professor foi obrigado a parar para chamar a atenção do governador, porque às vezes, para acontecer alguma coisa, há necessidade de se chamar a atenção, mas eu estou aqui para defender os colegas!

Tenho certeza de que a assessoria do governador Luiz Henrique da Silveira está-nos acompanhando, irá pensar um pouquinho melhor para retirar as faltas dos professores, porque será fatal para as suas fichas funcionais.

Eu quero pedir a atenção do líder do governo, nosso colega Elizeu Mattos, no sentido de que leve ao governo do estado uma proposta nossa, já que o projeto tem vício de origem e não pode ser de autoria deste Parlamento. Mas que venha então um projeto do sr. governador para abonar as faltas desses professores!

Sr. presidente e srs. deputados, o professor já ganha pouco e se forem descontadas do seu salário essas faltas, o que é que ele vai comer no final do mês?!

Para o professor ministrar uma aula, para poder trabalhar em paz, tem que estar tranquilo. Existem professores que não conseguem dormir em paz à noite porque estão com dívidas, porque tiveram de usar o seu cheque especial, porque têm contas a pagar, porque têm o aluguel para pagar, porque têm que pagar o material escolar dos filhos.

Então, eu gostaria da atenção do líder do governo, deputado Elizeu Mattos, no sentido de levar a defesa desta deputada professora, que tem experiência na rede pública estadual, porque nela atuou durante muito tempo, deputada Ana Paula Lima. O

professor, por exemplo, da escola do interior faz o papel de merendeiro. Eu mesma cortei muitas vezes os cabelos dos meus alunos, pois os pais não tinham condições. Eu cortava principalmente os que vinham com piolhos. Eu cortei muitos cabelos de crianças. Muitas vezes o professor tem de fazer o papel da mãe, do pai!

Por isso quero chamar a atenção dos meus colegas. Eu tenho certeza de que estou sensibilizando os corações de v.exas. Nós precisamos, de uma vez por todas, perdoar as faltas desses professores!

Claro que nunca é bom uma greve. O presidente Lula salientou, em vários pronunciamentos, que a greve deveria ser legalizada. A greve não é boa para ninguém! Não é boa para o professor, não é boa para os pais e é péssima para os alunos!

Nós sabemos dos rumores que correm na Grande Florianópolis sobre a greve dos ônibus! A minha secretária, que trabalha na minha casa, falou que amanhã não sabia se iria trabalhar. Mas eu falei a ela que eu tinha que trabalhar e que ela precisaria vir.

Então paira uma dúvida sobre essa greve dos ônibus! Por quê? O prefeito da capital também tem que parar um pouquinho e pensar em negociar com o sindicato dos motoristas e dos cobradores de ônibus! Sentar à mesa de negociação e negociar, porque a população está sofrendo! Pairam dúvidas com relação a isso!

Nós não queremos, então, greve. É claro que não queremos greve! Ninguém quer greve, o professor não quer greve. O professor à vezes entra em greve e fica angustiado porque não sabe o que vai acontecer, mas é a sua defesa! Já aconteceu a greve, é passado, e nós não podemos ficar olhando para trás, ficar vivendo de passado! Nós temos que viver o presente e o futuro.

Deputado Manoel Mota, v.exa. é um grande líder aqui dentro e tem muito poder nas negociações junto ao governo do estado. Por isso nos ajude. É um apelo que faço em nome de muitos professores, unindo-me à bancada do Partido dos Trabalhadores. Peça que v.exas. entendam. Eu sei que não é muito boa a advertência que estou fazendo, não é muito bom esse apelo que estou fazendo, mas estou aqui em defesa daquele que está gemendo, daquele que está sofrendo, que está angustiado, que está aflito!

Então, vamos sentar, vamos conversar para nos entender.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputada Professora Odete de Jesus, v.exa., que já foi professora e hoje é parlamentar, está coberta de razão. É preciso discutir, é preciso dialogar, é preciso encontrar saídas e soluções. E nós temos que admitir que, como parlamentares, temos muito a ver com a educação de Santa Catarina.

Por isso temos que analisar, temos que encontrar caminhos e soluções para que tudo ande de acordo com aquilo que todos querem, e é isso que v.exa. também deseja.

Parabéns, deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aqui, em poucas palavras, reforçar o pronunciamento da deputada Professora Odete de Jesus referente ao acontecido pela manhã na comissão de Constituição e Justiça.

Eu e a deputada Ana Paula Lima, juntamente com os demais deputados que votaram favoravelmente à anistia dos professores - os do PP e o deputado Sargento Amauri Soares -, entendemos que esta Casa tem, sim, que se pronunciar e tem o dever e a prerrogativa constitucional de anistiar uma categoria tão importante como a dos professores da rede estadual de ensino. Já vimos isso em outros momentos nesta Casa, como também em nível nacional, quando o Congresso Nacional se posicionou e anistiou categorias de trabalhadores prejudicadas e perseguidas injustamente por governos.

Nesse sentido, vamos votar aqui o projeto, vamos entrar com recurso, deputada Professora Odete de Jesus, neste plenário, nesta semana ou na semana que vem, para que de fato se faça justiça. É uma questão importante, como a questão de que tratávamos, há poucos minutos, que é a dos policiais militares, que sempre cumpriram um papel estratégico em Santa Catarina colocando suas vidas em risco ao defender a população catarinense, o estado. Mas no momento em que sentem a necessidade de fazer uma mobilização através de uma greve, que ninguém gosta de fazer, são punidos exemplarmente.

Por isso vamos retomar esse tema nos próximos dias e esperamos que os próprios deputados da base do governo do estado apoiem essa iniciativa que é muito justa para os trabalhadores do serviço público da educação do nosso estado.

Mas eu quero deixar registrado que amanhã chegará à capital um grande número de agricultores familiares que seguem o seguinte lema: Agricultura Familiar: a mão que alimenta a nação. Com esse lema virão à capital fazer as suas reivindicações e ver se conseguem uma audiência com o governador do estado para discutir essas reivindicações.

A agricultura familiar ocupa 40% da terra em nosso estado e produz a absoluta maioria dos produtos que são consumidos aqui, no Brasil e, inclusive, fora dele, pois são exportados os seguintes produtos: cebola, suíno, maçã, fumo, frango, banana, arroz, alho, trigo, leite, milho e feijão. Infelizmente, o que estamos vendo é um investimento muito baixo, chega a ser até uma ofensa.

No último Plano Plurianual foram aprovados 0,10% de investimentos na agricultura do estado de Santa Catarina. Isso é lamentável para um governo que sempre fala que a agricultura familiar é prioridade. Mas com esse investimento não há como desenvolver essa atividade tão importante, deputado Pedro Baldissera.

O nosso povo é muito aguerrido, deputado Silvio Dreveck, o nosso povo é de muita luta, porque com esse pouco apoio que tem do estado ele faz, de fato, um verdadeiro milagre. E estamos vendo um investimento muito grande, extraordinário, para grandes empresários, através do Prodec, além de tantos outros programas, mas não estamos vendo investimentos na agricultura familiar. E essa é a cobrança que os agricultores do nosso estado estão fazendo.

Quanto à questão de ausência de políticas públicas sérias que coloquem recursos à disposição das entidades, é preciso que se destinem, no mínimo, 5% do Orçamento do estado para esse setor tão importante para Santa Catarina. Ai, sim, dará para fazer políticas. Agora, com 0,10% do Orçamento do nosso estado é impossível fazer uma política séria de investimento. O resto é discurso!

Está cada vez mais séria em nosso estado a questão das políticas ambientais; portanto, os agricultores estão reivindicando que de fato seja implantada em Santa Catarina a política de compensação ambiental, porque eles querem proteger o meio ambiente, mas não conseguem fazê-lo nas pequenas áreas, porque existem dificuldades. Então, se eles receberem o pagamento pelo serviço ambiental, eles podem proteger e também produzir em suas terras. Essa é uma necessidade concreta que os agricultores estão trazendo.

Anunciam o Troca-Troca, um programa do estado que hoje, mesmo pequeno, tem um custo para os agricultores devolverem e está difícil porque eles perderam a safra. Então, eles necessitam de uma linha de crédito subsidiada pelo estado para a construção de cisternas e o que temos hoje é um recurso do Pronaf do qual o governo do estado paga a contrapartida: os 2% a 3% de juros. Realmente, é um programa importante, mas que precisa ser ampliado. O estado precisa destinar recursos do Orçamento para ampliar esse programa e não dispor apenas dos recursos do governo federal, porque o agricultor precisa ter a ampliação dos recursos para a construção de cisternas, que é uma grande alternativa para a armazenagem de água em nosso estado. Inclusive, essa é outra reivindicação muito justa dos agricultores.

Além das questões estaduais, há um debate em Brasília e o que se espera, no mínimo, deputado Manoel Mota, é que o governador receba as lideranças. E esta Casa precisa ajudar. Nós, deputados, precisamos intervir no sentido de que o governador receba as lideranças da agricultura familiar para discutir e dar o encaminhamento concreto à pauta de reivindicações desse setor tão importante para a economia catarinense.

Além do baixo orçamento que temos na agricultura, temos acompanhado, através da prestação de contas do estado, que em termos de habitação rural, só para citar um exemplo, tivemos, em 2004, 148 casas construídas no estado de Santa Catarina; em 2005 tivemos 328; em 2006 tivemos 309, e em 2007 tivemos 458. Mas grande parte das construções se deu com recurso federal mais a contrapartida do

estado. Isso demonstra que os recursos para investimento são muito pequenos.

Hoje pela manhã, estivemos na comissão de Constituição e Justiça e constatamos que um projeto de lei de nossa autoria, que dispõe sobre a política estadual de produção de lácteos e constitui o Conselho Estadual do Leite, Conleite, foi rejeitado pela maioria, principalmente a base do governo do estado. Isso muito nos entristeceu, porque com esse projeto poderíamos levar segurança para os produtores de leite, no sentido de uma política pública, uma política de estado e um conselho que pudesse representar essa categoria tão importante. Nesse conselho poderiam estar o estado, a Epagri, a Cidasc, as entidades, para discutir, de fato, uma política segura para o futuro dos nossos produtores de leite. Infelizmente, esse projeto não foi aprovado na comissão, mas vamos fazer um recurso para discuti-lo em plenário, para que continue tramitando, no sentido de dar uma tranquilidade maior aos nossos agricultores.

Então, era esse, sras. deputadas, srs. deputados e todos que nos acompanham pela TVAL, o registro que eu queria fazer hoje. Há necessidade de um investimento maior na agricultura familiar, principalmente porque eles precisam da mão, do aporte da política pública estadual para continuar produzindo, a fim de que a juventude e os agricultores continuem no meio rural. Isso dará segurança de um futuro e não trará a juventude e as famílias para a cidade, evitando a litoralização, porque as pessoas estão vindo para os grandes centros, para a capital, onde não há trabalho, o que é um prejuízo para a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, aproveitando este momento quero registrar aqui um novo produto. Não sou menino de propaganda, mas vale a pena porque é um produto genuinamente catarinense e caçadoreense, que foi produzido por uma empresa de Caçador observando todos os critérios legais de higiene e contaminação.

Há uma vantagem muito grande, por isso exibo esse produto, porque ele é lavável. Pode ser usado cinco vezes e é reciclável, e isso vai economizar mais de 2,6 milhões de árvores/ano para a fabricação do produto.

É mais uma fábrica que vem colaborar com a economia brasileira respeitando o meio ambiente e evitando a derrubada de árvores para a fabricação do produto. Nós distribuímos um exemplar para cada deputado, para a imprensa e para os que nos visitaram, para que façam um teste. É uma empresa caçadoreense, catarinense e nacional. É mais uma tecnologia que vem associar-se a tantas outras. E Santa Catarina está provando para o Brasil que é capaz de inovar e renovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Feito o registro do

deputado Reno Caramori, quero parabenizar a empresa caçadoreense. No momento em que se discute o novo Código Ambiental de Santa Catarina é bom ter produtos que preservem a mata catarinense.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, eu trago novamente a preocupação dos nossos agricultores e agricultoras do oeste catarinense. Já são 113 os municípios que decretaram situação de emergência. Temos no estado 293 municípios e 113 deles decretaram situação de emergência, o que é um número expressivo. Esses municípios têm como base econômica a agricultura familiar, a agricultura camponesa, além, é claro, das cooperativas. E é nesses municípios que se produz a maior parte da alimentação e uma grande parte de produtos que são exportados para outros estados e outros países.

Vivemos essa situação extremamente dramática que envolve, além das famílias do campo, as famílias da cidade, porque é uma cadeia, e uma coisa vai puxando a outra.

Eu estou acompanhando em vários momentos várias situações, debates e preocupações de que se tem que produzir, produzir e produzir, em detrimento de uma série de outras coisas. Eu fico perguntando-me: aos agricultores que produzem, produzem, trabalham, produzem e que nada sobra, o que vamos dizer? Esse foi o discurso também na questão do próprio Código Ambiental, se vai acabar com a nossa agricultura ou não. O que está acabando com a nossa agricultura é o custo/produção, porque não sobra mais nada para os nossos agricultores.

Se existem três hectares, um a mais ou um a menos não vai fazer diferença nenhuma no final do ano ou no final da safra para os nossos pequenos agricultores. Estamos errando o foco, a direção do debate e da discussão. Estamos errando, porque o que temos que debater no estado e no país é uma política de preço para os produtores da roça, do campo. É isso que está faltando, porque não temos uma política de preços. Não se garante nada.

Srs. deputados, passa ano e mais ano e principalmente agora, neste momento, em toda a região oeste, parte do Paraná e do Rio Grande do Sul acontece a estiagem. Mas Santa Catarina, especificamente, viveu, nos últimos dez anos, sete estiagens que abalaram e mexeram com a estrutura da agricultura familiar. Foram sete estiagens em dez anos!

É claro que o nosso pequeno agricultor a cada ano que passa vai empobrecendo e vai encontrando maiores dificuldades para permanecer na terra, na sua atividade. E quais consequências vamos ter com a saída desses agricultores da roça? Vão engrossar os grandes centros urbanos - e haja estrutura para dar dignidade e condições de vida para essa população. Portanto, é emergencial uma política que possa criar programas para fazer com que o homem de campo permaneça em sua atividade.

E aqui o deputado Dirceu fazia menção à mobilização que vai acontecer durante esta semana, coordenada pela Tetraf/Sul. Na semana que vem, outros movimentos sociais vão estar nessa grande mobilização; são vários movimentos sociais ligados à agricultura, diferentes sindicatos que se estão unindo em defesa dos nossos agricultores familiares, camponeses, em nosso estado.

Aqui estivemos em vários momentos fazendo reflexão, debatendo, discutindo, apontando. Inclusive, sentamos com o governo federal porque é preciso que haja políticas em nível nacional; é preciso que haja políticas em nível de governo estadual também. Não dá mais para que o estado invista apenas 0,10% do Orçamento na agricultura, quando, na verdade, isso representa um quarto do que é investido em propaganda e publicidade em Santa Catarina.

Não dá mais para viver essas contradições. A sociedade não aguenta mais essa malversação do recurso público. Não adianta falarmos em produtividade, quando o estado, que deveria ser a ponte de sustentação, não investe basicamente nada. No ano, na agricultura, estão alocados e garantidos em torno de R\$ 60 milhões, enquanto que em publicidade a previsão é entre R\$ 40 milhões e R\$ 250 milhões.

No setor que gera emprego, renda, gera dignidade, condições de vida, que gera inclusão social, no campo, que sacia a fome, mata a fome de milhões e milhões de pessoas, os incentivos são quase zero.

Não que a publicidade e a propaganda não sejam necessárias; não que o governo não precise. O estado precisa de publicidade, precisa de propaganda. Agora, quando percebemos um abismo grande entre um setor e outro não dá para nenhum cidadão aceitar essa contradição que viola a dignidade e a vida dos seres humanos na sociedade em que vivemos.

Portanto, temos um papel extremamente importante. O Parlamento tem esse papel. Nós nos empenhamos, tentamos buscar, viabilizar recursos, neste momento, no ministério da Integração Nacional. E pontuei isso, na última quinta-feira, nesta tribuna. O governo Lula, na tarde de ontem, anunciou que enviará uma medida provisória contemplando recursos para a estiagem, no sul do nosso país, e contemplando recursos para a região do Amazonas e para o nordeste por causa das cheias.

Mas sabemos que isso não basta, simplesmente serve para custear um pouco as grandes dificuldades que os municípios estão enfrentando neste momento, porque a corda estoura lá no prefeito, lá no município, lá na ponta. É ele que tem que dar respostas, porque ele está próximo, e é lá que o cidadão e a cidadã procuram a fim de que o prefeito dê conta do recado. Se está faltando água, batem na prefeitura. Claro que ela tem a sua parcela de responsabilidade, mas não é só o poder público local, tem que haver o compromisso e as parcerias do governo do estado, do governo federal possibilitando que os agricultores viabilizem as suas atividades.

Estamos encaminhando, deputado Manoel Mota, um novo pedido para que

conseguamos uma bolsa estiagem para os nossos agricultores, independentemente se fizeram financiamentos, Pronaf/custeio, investimentos ou não, para que se garanta, pelo menos, uma renda mínima, dignidade e possibilidade de viver na sua terra, no seu local de trabalho.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito, em Explicação Pessoal, é o deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, deputado Padre Pedro Baldissera, há pouco ouvimos o deputado Dirceu Dresch fazer um pronunciamento relatando a realidade catarinense, em especial, da nossa agricultura. S.Exa. acaba de fazer um relato da maior profundidade acerca dos destinos dos recursos públicos e da falta de políticas públicas para o agricultor e para as áreas mais necessitadas e primordiais.

Deputado Reno Caramori, estou vindo pela terceira vez a esta tribuna com o relatório do Tribunal de Contas, intitulado: "Para onde vai o seu dinheiro?" E Santa Catarina aumentou a sua receita, nos últimos cinco anos, de R\$ 6 bilhões anuais, aproximadamente, para próximo de R\$ 14 bilhões. Portanto, é o estado que mais cresceu e que mais aumentou a sua receita, até pela economia, que é conduzida pelos nossos empreendedores e que têm na classe trabalhadora uma mão-de-obra eficiente e qualificada que dá exemplo não só para o Brasil.

O que eu não entendo, srs. deputados e sr. presidente, é o modelo de gestão que o governo do estado tem praticado, que não prioriza investimentos. E v.exa. relatava, desta tribuna, que as prefeituras têm dificuldades, e de fato têm porque é lá que o cidadão bate à porta do prefeito, do vereador, dos secretários pedindo serviços de saúde, de educação e de habitação, enfim, qualidade de vida de um modo geral.

Quando vemos neste relatório que o estado deixou de investir R\$ 288 milhões em Educação - e não é o deputado que está falando, está aqui relatado -, vemos que não cumpriu os 25% previstos na Constituição, como não cumpriu os 12% previstos para a Saúde, aliado ao dinheiro que não foi para os municípios, na ordem de R\$ 60 milhões nos últimos três anos, e que foi para os fundos! Nada contra os fundos, se o dinheiro fosse bem aplicado. E aí a minha crítica construtiva: só nesses três itens falamos de, aproximadamente, de R\$ 500 milhões que deixaram de ir para a Saúde, para a Educação e para os municípios.

Ao mesmo tempo, deputado Reno Caramori, quando o governo do estado prioriza o *show* do Mundo *Pop*, em Joinville, com R\$ 1,2 milhão; quando prioriza o Desafio das Estrelas, da Fórmula 1, aqui em Florianópolis, com aproximadamente R\$ 2 milhões; e quando uma artista catarinense teve o privilégio de levar mais R\$ 500 mil, indagamos: que modelo de gestão é esse?! Das secretarias de Desenvolvimento Regional, que consomem, aproximadamente, R\$ 150 milhões por ano? Esse é o modelo de gestão que o catarinense quer?

Eu não acredito porque se fosse assim não estaríamos vendo em jornais notícias dando conta de que a segurança é um caos em Santa Catarina!

Relato, mais uma vez, o episódio de Blumenau, o episódio de Balneário Camboriú. E até a prefeita diz o seguinte - e não tive a oportunidade de ler anteriormente, mas agora vou fazê-lo:

(Passa a ler.)

"Prefeita rebate críticas do Secretário Estadual de Segurança

Camboriú - Surpresa com as declarações do Secretário Estadual de Segurança, Ronaldo Benedet, a Prefeita de Camboriú Luzia Coppi Mathias rebateu na manhã da última sexta-feira, dia 8, a afirmação do chefe da segurança do Estado, quando disse no *Jornal de Santa Catarina*, na página 22, edição nº 11.587, que 'Balneário Camboriú possui a mais completa estrutura da Polícia Militar de Santa Catarina, de acordo com a proporção demográfica, mas que registra altos índices de violência por conta da 'cultura de drogas' e das 'mazelas sociais do município de Camboriú'.

Segundo a prefeita, é inadmissível que uma autoridade pretenda justificar a própria incompetência alegando que Camboriú é terra de bandidos."

Ora, srs. deputados e sras. deputadas, uma autoridade estadual colocar essas palavras agressivas ao nosso belíssimo município de Camboriú. A prefeita tem toda razão.

E a matéria vai mais longe:

(Continua lendo.)

"Primeiramente, porque o município sempre foi parceiro do estado na questão segurança, doando, inclusive, dois terrenos nobres para construção da sede da Polícia Militar e outro para a Delegacia Civil. Só que até agora nada foi feito.

"Enquanto estamos sofrendo com a falta de imóvel para construir casas aos desabrigados da enchente, pois doamos ao Estado nossas melhores áreas, o Secretário de Estado da Segurança tem a capacidade de ofender a nossa comunidade em geral, afirmando que a culpa da insegurança em Balneário Camboriú é nossa. Cumpra a sua parte construindo a delegacia central, a do distrito de Monte Alegre e a sede da Polícia Militar, disponibilizando homens para o trabalho, porque nós estamos fazendo além das nossas atribuições, pois se a Delegacia Civil ainda funciona é graças aos servidores cedidos pela prefeitura[...]".[sic]

Srs. deputados, volto a reafirmar o que já disse tantas vezes nesta tribuna, ou seja, que esse modelo de gestão não prioriza o cidadão catarinense. Se não fosse assim, não seríamos apenas nós, deputados de Oposição, que estaríamos falando, mas essa é a manifestação da sociedade, através das lideranças, como a nossa prefeita de Camboriú e como tantos outros prefeitos, vereadores e a própria sociedade, que não veem investimentos na segurança e na política agrícola, como disse o deputado Padre Pedro Baldissera, e isso é uma verdade. Precisamos ter uma política de incentivo, de apoio, principalmente, ao pequeno agricultor, para que ele possa permanecer na agricultura, gerando renda e emprego.

De fato, não é prioritário, porque um exemplo temos lá no planalto norte catarinense, onde até hoje não houve investimento na cooperativa de fruticultura, pois não têm R\$ 2 milhões para comprar uma classificadora de maçã e uma câmara fria, mas têm R\$ 2 milhões para o Desafio das Estrelas, em Florianópolis.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente e srs. deputados, cumprimentando também os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero voltar a um assunto extremamente importante para todos os brasileiros.

Por diversas vezes, já ocupei a tribuna desta Casa e fiz questão de destacar a incoerência do governo federal no que diz respeito ao preço dos combustíveis no Brasil inteiro.

Imagem v.exas. que no ano passado, em 2008, deputado Reno Caramori, o preço internacional do barril do petróleo chegou à casa dos US\$ 150. Evidentemente, e não seria de outra forma, internamente os preços dos combustíveis também tiveram que aumentar. Aumentou o preço da gasolina, do óleo diesel, do gás. No ano de 2009 houve uma acomodação no preço internacional do petróleo, o preço do barril despencou e veio para cerca de US\$ 40, US\$ 50. Mas acontece que o consumidor brasileiro, que vem pagando o preço da gasolina, do óleo e do gás calculado no preço do barril de 2008, não teve o preço do combustível reduzido. E pior, segundo reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, deputado presidente Dagomar Carneiro, apesar de cair o preço internacional do barril de petróleo, o que fez a Petrobras? Escute essa, deputado Reno Caramori:

(Passa a ler.)

"O preço do barril caiu de US\$ 150 para US\$ 40, US\$ 50, mas agora, no mês de abril, o preço do petróleo subiu 14,49%, mas a Petrobras tentou omitir essa informação da população brasileira."

Uma empresa pública, a maior empresa do país, a maior estatal do Brasil aumenta o preço do óleo diesel e omite da população! Mas tem a sua razão de ser. É que, na verdade, deputado Reno Caramori, houve uma queda no consumo do gás. Segundo a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado, o consumo de gás natural caiu 32,48% em março, ante o mesmo período do ano passado.

Caiu por quê, Deputado Manoel Mota? Exatamente pelo preço alto! E a Petrobras está dando um *by-pass* na população brasileira: aumenta o preço do óleo diesel para que as pessoas deixem de comprá-lo e voltem a consumir o gás canalizado. Não sou eu que estou dizendo isso, deputado Reno Caramori, são os jornais do país inteiro.

O ministro Edison Lobão ainda diz assim: "Governo avalia corte na gasolina". Bonita a manchete, não é? Mas, no

subtítulo, sabem o que diz o ministro? "Equipe econômica defende queda do preço para distribuidor, mas não para consumidor". Está aqui no jornal, e não sou eu que estou dizendo!

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - E como é que o agricultor vai sobreviver com o seu trator com o diesel a esse preço?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - E o deputado Padre Pedro Baldissera, que me antecedeu, ocupou esta tribuna, fez toda aquela encenação dizendo que tivemos sete estiagens consecutivas, uma atrás da outra, criticou o governo do estado, e eu pergunto: quando custa o óleo diesel para o agricultor?

O Sr. Deputado Manoel Mota (Intervindo) - O preço do óleo diesel no Brasil é o mais caro do mundo!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Deputado Manoel Mota, v.exa. tem a palavra, com certeza absoluta, para a sua intervenção.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputado Marcos Vieira. E alguma coisa me chamou a atenção, quando o eminente deputado Padre Pedro Baldissera falou que o agricultor não tem tranquilidade porque não há preço mínimo do produto.

Para exemplificar, vou falar do preço da saca de arroz. Para o agricultor sobreviver, ele precisa vendê-la por R\$ 27,00. Hoje o preço da saca deve estar em torno de R\$ 32,00 ou R\$ 33,00, mas no ano retrasado chegou a custar R\$ 15,00, quebrando quase todos os agricultores. O que funciona nesse caso é a lei da oferta e da procura. Mas se é assim, para que governo? Daí não precisa governo para ninguém!

Portanto, o que é preciso? Que o governo federal estabeleça o preço mínimo do produto e faça o agricultor ver luz no fim do túnel, sabendo que vai plantar e poderá colher com algum lucro para sua sobrevivência. Ele não pode ficar nessa amargura de saber que se a safra for boa, o preço vai lá embaixo, e se ela for ruim, ganha algum dinheiro.

Então, não adianta o deputado Padre Pedro Baldissera vir com esses discursos porque confunde o agricultor e ele precisa ser tratado com carinho e atenção, porque ele é um grande produtor!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Imagine, deputado Manoel Mota, o golpe que estão dando na população. Apesar de o preço do barril internacional cair de US\$ 150 para US\$ 40, aumentaram o preço do óleo diesel em 14% e não divulgaram para a população, a fim de que ela volte a usar o gás canalizado.

E aí o ministro Edson Lobão diz que o preço da gasolina pode cair. Mas não é para o consumidor, é para o distribuidor! E para o consumidor permanece o mesmo valor?

Chama-me a atenção e solta-me a curiosidade de fazer uma pesquisa mais aprofundada, deputado Serafim Venzon. E vejamos o que diz a manchete da *Folha de S.Paulo*: "Governo federal quer usar a gasolina para aumentar a arrecadação". E hoje, no *Bom Dia Brasil*, o segundo grande golpe da Petrobras: mudaram o esquema da

base de cálculo do imposto e a Petrobras deixou de arrecadar para a União R\$ 4 bilhões de impostos, deputado Reno Caramori, numa fraude à Receita Federal. E vai o presidente da Petrobras descaradamente dizer que é legal, quando o Tribunal de Contas da União diz ser completamente ilegal, descabido e que tem que efetivamente recolher! O presidente da Petrobras, deputado Dagomar Carneiro, vai para os jornais e diz que a decisão sobre o preço dos combustíveis é política e econômica.

Ora, onde está a lei da oferta e da procura? Aumentou o preço do barril, aumenta o preço do combustível! Baixou o preço internacional do barril, baixa o preço do combustível interno, na bomba, direto ao consumidor! Na hora em que formos na bomba, no posto de gasolina colocar álcool, gasolina, óleo diesel, o preço tem que baixar! Estão mentindo para a população, e para alguns não mentem; não mentem para a ONG petista lá da Bahia, que recebeu R\$ 6,6 milhões da Petrobras.

(Passa a ler.)

"A ONG petista Aanor - Associação de Apoio e Assessoria a Organizações Sociais do Nordeste - recebeu R\$ 6,6 milhões da Petrobras desde 2005 por meio de contratos fechados com a estatal[...]. O montante vai além do patrocínio de festas de São João no interior da Bahia." [sic]

São R\$ 500 milhões para construir a megassede em Vitória, Espírito Santo. O PT tem que vir aqui, deputado Dagomar Carneiro, mas é para cobrar do governo federal, como nós estamos cobrando, a queda do preço do combustível internamente! É isso que ele tem que dizer. PT, venha aqui cobrar do governo federal a queda do preço dos combustíveis...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, é muito importante que a sociedade tenha conhecimento de alguns pontos que são fundamentais para o nosso estado.

Quero, neste instante, fazer algumas considerações que entendo de fundamental importância para um homem que tem uma visão e que planeja a sua vida para buscar os resultados com a competência que Deus lhe deu, que é o governador Luiz Henrique da Silveira, de Santa Catarina, que teve a visão de planejar para que nós pudéssemos ser o estado mais competitivo do Brasil. E hoje nós somos realmente o estado mais competitivo do Brasil, com empresas buscando instalar-se aqui como nunca aconteceu em nossa história.

Foram aproximadamente R\$ 20 bilhões de investimentos, nesses últimos anos em que o estado foi administrado pelo governador Luiz Henrique da Silveira, a fim de gerar emprego, gerar renda, melhorar o comércio e buscar resultado real. Foi isso o que o governador Luiz Henrique da Silveira planejou.

Aprovamos o Prodec como uma maneira de atrair empresas para investir em Santa Catarina. Quando aprovamos o Pró-Emprego, as coisas ganharam outra dimensão e empresas do mundo procuraram Santa Catarina para fazer os seus investimentos no estado.

Uma empresa que vai fazer um investimento para produzir 120 mil toneladas de aço por mês, precisa de 200ha de terra para sua implantação, mas ainda não conseguiu porque não é fácil encontrar 200ha de terra. Vejam o tamanho da empresa, vejam a sua importância para Santa Catarina. Então, é preciso reconhecer a visão do governador Luiz Henrique da Silveira, que está trabalhando para que isso aconteça.

Eu venho lutando pela BR-101, pela serra do Faxinal, pela serra da Rocinha, por obras, e sentia necessidade de lutar também pela geração de emprego e renda porque isso dá dignidade à família, dá esperança e alegria aos pais, que sentam à mesa e veem o conforto dos seus filhos, porque emprego dá tudo isso.

Pedimos ao governador que viabilizasse duas empresas para Araranguá e ele, sorrindo, disse: "Como é que não vou ajudar o meu líder, que luta tanto por mim na Assembleia Legislativa?"

Posso dizer, caro presidente, que a primeira empresa já está instalada em Araranguá. Já cobriram 25 mil m² de obra e agora estão instalando os maquinários, os equipamentos e o forno. A empresa vai gerar mil empregos e R\$ 200 milhões em faturamento por ano. O produto que embarcava no Rio Grande do Sul para exportação vem para o porto de Imbituba, em Santa Catarina. E estamos a um passo da instalação da segunda empresa, que vai construir 8ha de telhado. Acho que só de automóvel será possível andar dentro da empresa, porque a pé vai ser difícil. A empresa terá 80 mil m², gerará dois mil empregos e terá um faturamento de R\$ 500 milhões por ano.

O que elas queriam? Terreno? Não! Infraestrutura? Não! Financiamento? Não! Elas queriam aquilo que outros estados não estão podendo dar, ou seja, o recurso de exportação retido, a Lei Kandir, que o governo federal não cumpre religiosamente fazendo sua programação de exportação para trazer dólares para o Brasil, e os estados são penalizados. Mas o governo de Santa Catarina está cumprindo e por isso as empresas estão vindo para cá. Assim, vamos proporcionar à minha terra três mil empregos e R\$ 700 milhões de faturamento.

Isso significa dizer que nós temos um governo comprometido com a sociedade; que nós temos um governo que tem competência de sobra para planejar o crescimento de Santa Catarina; que nós temos um governo que orgulha o povo catarinense pelos investimentos realizados por toda Santa Catarina. Isso é real, verdadeiro.

A minha região está recebendo duas obras que vão levar o estado para o pico no turismo. A serra do Faxinal vai propiciar acesso à cidade dos cânions. Itaimbezinho é a maior beleza natural de Santa Catarina, do Brasil, do mundo. Não há no mundo beleza mais natural do que a

cidade dos cânions, Praia Grande, do que Itaimbezinho, na divisa com o Rio Grande do Sul.

A obra está no meio da serra e agora vai ser licitada a estrada da serra da Rocinha. Então, a região vai para o pico no turismo. Por que Santa Catarina é o estado que está mais preparado para receber o turista? Porque o governador Luiz Henrique da Silveira viaja para o exterior e mostra o potencial de Santa Catarina para o mundo inteiro. Por isso, a partir de quinta-feira, vamos ter o maior encontro de turismo da América Latina. Nunca, em nenhum momento, houve um encontro de turismo como o que vai acontecer. O WTTC é um evento que conta com a presença dos maiores empresários do mundo de turismo. E quem trouxe? O governador Luiz Henrique da Silveira. A RBS estará presente e será um momento ímpar para mostrar o potencial do estado para o mundo. Vão fazer um programa para trazer o turista e vender para o mundo inteiro o nosso potencial.

Então, quero aqui cumprimentar o governador Luiz Henrique da Silveira que proporciona a realização de grandes eventos que trazem divisas para Santa Catarina, que geram emprego e renda, porque turismo é uma indústria sem chaminé, ele não polui.

Mesmo com a crise mundial, o estado de Santa Catarina superou tudo e conseguiu reunir os maiores empresários de turismo do mundo. Por isso, a partir de quinta-feira, com certeza, Santa Catarina marcará lugar no mundo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até seis minutos, em função do horário regimental.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quero saudar as sras. deputadas, os srs. deputados, os catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital.

Assomo à tribuna para colocar o contentamento que tive, deputado Dagomar Carneiro, ao acompanhar as máquinas trabalhando pela manhã, ao raiar do dia, porque esta Assembleia, há um mês, mais ou menos, através de uma iniciativa de minha autoria, autorizou o governo do estado a investir dinheiro do Tesouro para atender diretamente as pessoas que foram atingidas pela enchente, para tirar uma barreira, para acertar uma estrada, enfim, para fazer um serviço que aparentemente é particular, mas que é decorrente da enchente do ano passado. Esta Assembleia acatou a indicação e sei que muitos vereadores também estão passando essa autorização aos prefeitos.

Existia o seguinte entendimento: se a estrada que dá acesso à casa é particular, cada um que se vire como puder. Essa era a resposta, infelizmente, que muitas pessoas ouviam quando iam pedir apoio. Mas o governo do estado, através de iniciativa aprovada por todos os parlamentares, além de ajudar o município a recuperar as estradas estaduais que foram danificadas e além de ajudar a recuperar as cidades, o que seria uma atribuição do município, ainda está destinando verbas para atender diretamente as pessoas. E

hoje tive a grata satisfação de acompanhar uma patrulha mecanizada que estava retirando barreiras, permitindo que cinco famílias pudessem retornar tranquilamente às suas casas.

Mas preocupa-me, sr. presidente, uma visita que fiz a Itajai, especialmente ao porto de Itajai, que é responsável por, pelo menos, 90% da economia de Itajai e de Navegantes.

Saúdo aqui o meu amigo, prefeito Jandir Bellini; saúdo o prefeito Roberto Carlos, de Navegantes; o prefeito Evandro Eredes, de Penha, e os prefeitos do entorno do canal do rio Itajai-Açu.

Grande parte da economia daquela região depende do funcionamento dos portos. Os mais conhecidos são: o porto de Itajai, que tinha quatro berços, e o porto de Navegantes, que também tinha quatro ou cinco berços, com praticamente 1.000m de área de atracamento. Mas além deles existem ainda: o terminal Trocadeiro, o Teport, o Brazkarne e o antigo porto da Dalquímica. Praticamente, há um complexo

portuário, pois vários portos usam o canal, e além desses que citei existem diversos portos pesqueiros que nem citamos aqui, pois o canal inteiro, na verdade, é um grande berço de atracação de navios e de barcos de pesca. Então, 90% da economia dependem do funcionamento desse canal.

Deputado Manoel Mota, o que isso significa? Significa que se fecharem os dois portos principais ou todos esses portos citados, todos irão embora: o juiz, o mecânico, o doutor, as oficinas de automóveis, os vendedores, enfim, acaba a economia.

Ora, precisamos recuperar urgentemente o canal. Quanto àquela licitação que foi feita para desassorear o canal em 14m, o resultado foi apenas 10m desassoreados. A empresa diz que limpou até 14m de profundidade, mas veio mais uma enchente e colocou mais 3m de lama, lama esta que está lá fundo impedindo que atraiquem navios de maior calado.

Hoje, o porto de Itajai está parcialmente, estragado, digamos, mas há dois

berços funcionando. Então, um pouco funciona. Do outro lado há o porto de Navegantes, e se o canal estiver totalmente desassoreado, obra que pode ser feita com relativa rapidez, desde que haja desembarço burocrático, ele beneficiará os dois portos.

Então, a solução do porto de Itajai é uma necessidade do estado de Santa Catarina, pois Itajai é quem primeiro sente, mas a economia de catarinense já está sentindo os reflexos também, que vai atingir todos. Por isso, essa é uma causa de governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, em homenagem aos 40 anos do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 007ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 12 DE MAIO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

HOMENAGEM AOS 40 ANOS DO CURSO DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC

PROPOSIÇÃO DEPUTADA ANA PAULA LIMA
SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Ressalta a importância da profissão e a qualidade do curso de Enfermagem da UFSC.

DENISE PIRES DE PIRES - Revela que a Enfermagem é uma profissão de extrema relevância para área da saúde e que há no estado 38 mil enfermeiros, sendo 300 mestres e 40 doutores.

HELGA REGINA BRESCIANI - Afirma que os profissionais da área vêm acompanhando o desenvolvimento das tecnologias e conquistando credibilidade perante a sociedade.

ANGELA MARIA ALVAREZ - Expressa seus votos de que a parceria profissional continue para o bem da saúde da população.

GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE - Fala da importância das lutas da categoria tanto em Santa Catarina como no Brasil.

HENRIQUE MANOEL PRISCO PARAÍSO - Resgata a criação do Departamento de Enfermagem em janeiro de 1969, desenvolvendo atividades didáticas agregadas à Faculdade de Medicina.

ELOITA PEREIRA NEVES - Enfatiza que o Curso de Enfermagem vem conseguindo consolidar o reconhecimento da comunidade acadêmica, destacando-se pela dedicação, lutas, compromisso e empreendedorismo do corpo docente.

EVANGELIA KOTZIAS ATHERINO DOS SANTOS - Agradece à homenagem da Alesc e discorre sobre os 40 anos do Departamento de Enfermagem da UFSC.

YARA MARIA RAUH MÜLLER - Em nome do reitor da UFSC, parabeniza o Departamento

de Enfermagem pelo trabalho e a Alesc pela homenagem.

CARMEM EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO - Destaca o grande número de enfermeiros na equipe da secretaria da Saúde e elogia a UFSC que comemora os 40 anos do seu Departamento de Enfermagem.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhora enfermeira Carmem Emília Bonfá Zanotto, diretora-geral da secretaria de estado da Saúde, neste ato representando o excelentíssimo senhor Luiz Henrique da Silveira, governador do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora Yara Maria Rauh Müller, pró-reitora, neste ato representando o magnífico reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Prata;

(Palmas)

Senhora enfermeira Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, chefe do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor doutor enfermeiro Gelson Luiz de Albuquerque, conselheiro federal, neste ato representando o Conselho Federal de Enfermagem;

(Palmas)

Professora doutora enfermeira Angela Maria Alvarez, neste ato representando a Associação Brasileira de Enfermagem, a Aben;

(Palmas)

Senhora enfermeira Helga Regina Bresciani, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, seção Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora doutora enfermeira Denise Pires de Pires, presidente do Conselho Regional de Enfermagem, seção Santa Catarina;

(Palmas)

Senhora doutora Sayonara de Fátima Barbosa, coordenadora do curso de graduação em Enfermagem;

(Palmas)

Senhora doutora enfermeira Eloita Pereira Neves, primeira chefe do Departamento de Enfermagem e idealizadora do curso no estado de Santa Catarina.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores homenageados, é muito bom que estejam no Parlamento catarinense.

Sejam muito bem-vindos alunos e professores da Universidade Federal de Santa Catarina.

A presente sessão foi convocada por solicitação desta deputada, com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, na passagem dos seus 40 anos de história, e também pela abertura da 70ª Semana Brasileira de Enfermagem, tendo como lema Enfermagem Vale a Vida.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

Eu gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor Cláudio José Amante, pró-reitor da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Cilene Fernandes Soares, responsável técnica de Enfermagem, neste ato representando o secretário municipal de Saúde;

Senhor Carlos Gilberto Crippa, chefe do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Universidade Federal de Santa Catarina;

Senhora Francine Lima Gelbcke, diretora de Enfermagem do Hospital Universitário;

Senhora Giselda Adamis Bercanitch, gerente de Enfermagem do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina;

Senhora Marina Cadore Coutinho, representando a Coordenadoria de Saúde e Assistência da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Carinhosamente, registro a presença e a nossa admiração pelo doutor Henrique Manoel Prisco Paraíso, ex-secretário de Saúde do estado de Santa Catarina, como também a nossa admiração por todos os seus filhos.

A seguir, senhoras e senhores, teremos a apresentação de um vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

Neste momento, faço uso da palavra na qualidade de autora do requerimento que ensejou a presente sessão especial.

(Passa a ler.)

"Senhoras e senhores, é com muita honra que a Assembleia Legislativa realiza nesta noite esta sessão especial para prestigiar a comemoração dos 40 anos do Departamento de Enfermagem da UFSC."

Quero dizer que essa ideia foi construída há dois anos, quando a professora e enfermeira, dra. Evangelia, numa formatura do Curso de Enfermagem, já comentava sobre esse assunto.

Eu fiquei, inclusive, emocionada quando assisti a esse vídeo institucional, pois como enfermeira sei que a nossa luta não é fácil, mas vi também que há 40 anos, dr. Prisco, era muito mais difícil. Por isso, algumas coisas temos que comemorar, sim, mas certamente há outros obstáculos para transpor.

(Continua lendo.)

"Pioneira na formação profissional, com 72 turmas já graduadas e oferecendo 70 vagas por ano, o departamento se destaca no investimento do ensino e da pesquisa, oferecendo aos acadêmicos melhor qualificação. Isso possibilita que cheguem ao mercado de trabalho profissionais mais preparados.

A Universidade Federal de Santa Catarina conta com a soma de talentos profissionais que fizeram e fazem a história do Curso de Enfermagem. São esses valiosos profissionais que também queremos parabenizar e homenagear nesta noite. São pessoas, cada uma com o seu talento, com a sua dedicação, com os seus valores individuais, que constroem essa história de sucesso e de respeito.

A UFSC começou os seus trabalhos em relação à Enfermagem no dia 24 de janeiro de 1969, tendo à frente dessa iniciativa a professora dra. Eloita Pereira Neves. Essa enfermeira ajudou a transformar o departamento numa referência de qualidade, tanto na graduação quanto nos posteriores níveis de formação.

Esta sessão especial marca também a abertura da Semana da Enfermagem Brasileira, tendo como lema 'Enfermagem Vale a Vida'. Momentos como este são espaços que oportunizam a ampliação de discussões sobre a identidade e a valorização profissional.

Sabemos que apesar dos avanços obtidos, ainda há muito a ser conquistado, principalmente o reconhecimento merecido da nossa sociedade quanto à profissão de enfermeiro, de técnicos e de auxiliares de enfermagem. Um exemplo é a luta pela jornada de 30 horas semanais, sem a redução salarial, melhorando, sim, as condições de trabalho e de assistência ao usuário."

Hoje confesso a vocês que conheci mais um pedacinho da história da Enfermagem no estado de Santa Catarina. A Enfermagem fez muita história, mas nós também temos que aprender, como profissionais, que temos que escrever a nossa história e falar sobre o nosso trabalho.

(Continua lendo.)

"Relembrar a história da Enfermagem, senhoras e senhores, reporta-nos às ações e evoluções dessa profissão, desde que uma mulher chamada Florence Nightingale prestou cuidado aos soldados feridos na Guerra da Crimeia, que durou três anos, de 1853 a 1856. Ela foi a pioneira num ofício que se transformaria nessa bela profissão que orgulha todos nós e que auxilia diariamente no cuidado e na recuperação de usuários em todo o mundo.

Ficava evidente a necessidade de um profissional que atuasse com a visão ambientalista, organizacional e atenta às condições salubres, proporcionando um qualificado segmento dos seus cuidados sem maiores riscos para a comunidade.

Mais perto de nós, no Brasil, Ana Neri foi a representante brasileira que tivemos na Enfermagem. Ela rompeu as barreiras culturais e preconceituosas. Essa extraordinária mulher colocou-se à disposição de sua pátria, prestando seus serviços de enfermagem aos feridos em combate em 1864.

Após diversos marcos históricos que somaram na construção da Enfermagem como profissão, atualmente temos que levar em consideração que para atuar na Enfermagem devemos ter um olhar mais complexo, compreendendo o meio social, cultural, econômico e político em que vivemos.

É preciso, senhoras e senhores, estimular que os profissionais da Enfermagem coloquem em prática seus conhecimentos, habilidades e atitudes, proporcionando um atendimento qualificado e tornando-o resolutivo, integral.

A ampliação e a diversificação do mercado de trabalho da Enfermagem requerem a reflexão da necessidade de formação de profissionais competentes e comprometidos para responder com eficácia e eficiência as demandas existentes.

Dessa forma, nada mais justo do que, nesta homenagem, registrarmos os nossos agradecimentos com a nossa profunda admiração.

Quero deixar aqui registrado o meu orgulho por fazer parte dessa profissão. Escolhi como formação ser enfermeira, hoje na missão de ser a representante do povo catarinense na Assembleia Legislativa. E pela consciência que tenho do dia a dia dos que atuam na área de Enfermagem, reitero, mais uma vez, o apoio do nosso mandato a todas as reivindicações da categoria, para que a nossa profissão tenha, enfim, o respeito e o reconhecimento que merece!

Por fim, parabenizamos o Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina pelos seus 40 anos de dedicação na formação de profissionais da Enfermagem." Ela foi a primeira escola no estado de Santa Catarina.

A pedido da enfermeira Evangelia e de toda a sua equipe, hoje abrimos as portas da Assembleia Legislativa para homenagear a UFSC, o Departamento de Enfermagem e principalmente esses profissionais que qualificaram para o mercado de trabalho 72 turmas e mais de 1.500 profissionais.

Dessa forma, também não poderia deixar de homenagear a secretária, sempre secretária de Saúde do estado de Santa Catarina, enfermeira Carmem Zanotto.

Então, parabéns a todos os profissionais da área de Enfermagem, que estão comemorando do dia 12 ao dia 20 de maio. Meus parabéns a todos eles!

Dando continuidade ao nosso evento, convido para fazer uso da palavra a sra. Denise Pires de Pires, que hoje preside o Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Santa Catarina.

A SRA. DENISE PIRES DE PIRES - Excelentíssima senhora enfermeira Ana Paula Lima, deputada estadual que solicitou esta sessão especial e que tem acolhido e fortalecido as lutas em defesa do direito à saúde e as lutas da Enfermagem;

Excelentíssima senhora enfermeira Carmem Zanotto, diretora-geral da secretaria de estado de Saúde, representando o governo do estado de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora professora Yara Maria Rauh Müller, representando o magnífico reitor da UFSC;

Excelentíssima senhora professora Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, chefe do Departamento de Enfermagem da UFSC, e em seu nome cumprimento todos os colegas e todos os alunos da graduação e pós-graduação e funcionários da Enfermagem aqui presentes;

Excelentíssima senhora professora Eloita Pereira Neves, primeira chefe do Departamento de Enfermagem;

Excelentíssimo senhor professor Gelson Luiz Albuquerque, representando o Conselho Federal de Enfermagem;

Excelentíssima senhora professora Angela Maria Alvarez, representando a Aben;

Excelentíssima senhora professora Sayonara de Fátima Barbosa, representando o curso de graduação em Enfermagem;

Excelentíssima senhora enfermeira Helga Regina Bresciani, presidente da Aben/SC, e em seu nome eu cumprimento

todos os profissionais de Enfermagem de Santa Catarina aqui presentes.

(Passa a ler.)

"Nesta sessão, na qualidade de presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina, represento os 38 mil trabalhadores de Enfermagem no estado, o que é uma honra e também uma grande responsabilidade. Neste dia 12 de maio, data em que se comemora o Dia Internacional das Enfermeiras e dos Enfermeiros, quero cumprimentar cada enfermeira, enfermeiro, técnico e auxiliar de enfermagem que integram essa profissão, que está presente nas instituições de saúde nas 24 horas dos 365 dias do ano cuidando de pessoas em defesa da vida e da saúde.

Esta sessão especial comemora, neste dia 12, de modo muito simbólico, os 40 anos de Enfermagem da UFSC, o que para mim tem um valor especial, porque é no Departamento de Enfermagem e na pós-graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina que desenvolvo as minhas atividades profissionais."

Os marcos que definiram a semana do Dia da Enfermagem como do dia 12 ao dia 20 de maio já foram mencionados pela deputada Ana Paula Lima, mostrando a importância de celebrar esse período e de fazer discussões significativas a respeito da prática profissional. É um período, no caso brasileiro, que foi definido a partir de 1938, com a definição do Dia do Enfermeiro, mas no planeta inteiro, em diversos países, também é celebrado esse dia como o dia dos profissionais de Enfermagem.

Este período é um momento que a profissão utiliza para fazer uma celebração das coisas importantes que são desenvolvidas naquele cotidiano assistencial para fazer uma divulgação das atividades desenvolvidas e também para estabelecer um diálogo com a sociedade sobre a importância social desse trabalho. É um espaço de reflexão sobre a dimensão técnica e ético-profissional da prática da Enfermagem. É também um espaço de reflexão sobre as condições de trabalho.

Em relação a esse último aspecto, gostaria de mais uma vez nesta Casa registrar a importância de conquistar uma lei que estabeleça uma jornada de trabalho especial - 30 horas de trabalho - para quem realiza um trabalho especial, ou seja, para os profissionais que cuidam de pessoas para promover a saúde, mas que cuidam especialmente nas situações de dor e sofrimento; assim como em todas as situações de risco coletivo o trabalho da enfermagem é decisivo.

A Enfermagem desempenha um papel central na vigilância epidemiológica, nos programas e campanhas de vacinação, em atividades educativas e no tratamento em situações de epidemias ou pandemias. Neste último caso, vale destacar o papel da Enfermagem no surto de meningite dos anos 70, no processo de controle vacinal para erradicação da poliomielite e da varíola, no controle do HIV/Aids desde os anos 80 e 90; e hoje com certeza caberá à Enfermagem um papel central no controle do atual surto da gripe causada pelo vírus H1N1, que está ameaçando o planeta.

O cuidado é essencial para a vida humana. E cuidar de seres humanos, do

nascimento até a morte, é o *cuore*, ou atividade central da profissão de Enfermagem. Não há vida sem cuidado! Portanto, a Enfermagem vale a vida, como diz o tema definido pela Associação Brasileira de Enfermagem para esta 70ª Semana Brasileira de Enfermagem.

Em Santa Catarina, a abertura da Semana de Enfermagem deste ano registra a comemoração da criação da primeira escola de formação de enfermeiras/os no estado - a escola-mãe das atuais 26 escolas/cursos de formação de enfermeiros em Santa Catarina. Esta escola deu as ferramentas para a mudança no perfil da força de trabalho em Enfermagem no estado; contribuiu para mudar um quadro onde, praticamente, não havia enfermeiros/as na equipe de enfermagem, em 1969, para o cenário atual de uma equipe composta por 19,08% de enfermeiros, 52,58% de técnicos e 28,33% de auxiliares de enfermagem.

A escola-mãe dos cursos de mestrado e doutorado do estado e da região sul do Brasil, o programa de pós-graduação em Enfermagem da UFSC já formou até hoje 487 mestres e 157 doutores em Enfermagem. Assim, a UFSC contribuiu para qualificar ainda mais a força de trabalho em Enfermagem no estado, estimando-se que hoje Santa Catarina dispõe de cerca de 300 enfermeiros/as com titulação de mestres (200 formados pelo PEN/UFSC) e de 40 com título de doutor (35 formados pelo PEN/UFSC), formados pela Enfermagem e outras pós-graduações da UFSC e também por outras universidades do país e do mundo.

Além do reconhecimento da Enfermagem do estado ao pioneirismo e competência do trabalho desenvolvido pela Enfermagem da UFSC, o nosso agradecimento e homenagem tem o importante valor de destacar o papel fundamental de produção e reprodução de conhecimentos que têm as escolas para a estruturação das profissões.

Em nome da Enfermagem catarinense, os nossos cumprimentos aos homenageados, aos atuais e ex-chefes e subchefes do Departamento de Enfermagem e coordenadores do curso de graduação e do programa de pós-graduação em Enfermagem da UFSC; cumprimentamos também os alunos e funcionários da graduação e pós-graduação, que constroem, com os professores e as lideranças, o cotidiano da formação profissional.

Parabéns à Enfermagem pelos dias 12 a 20 de maio, e à Enfermagem da UFSC pelos 40 anos."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Agradeço à professora Denise.

Passo a palavra, agora, à sra. Helga Regina Bresciani, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, seção Santa Catarina.

A SRA. HELGA REGINA BRESCIANI - (Passa a ler.)

"Abrindo a 70ª Semana Brasileira de Enfermagem, aqui representando a Associação Brasileira de Enfermagem, seção Santa Catarina, entidade representativa de cunho científico, cultural e político em

prol da organização da Enfermagem brasileira, quero saudar as autoridades presentes, cumprimentando a deputada Ana Paula Lima;

Ao cumprimentar a senhora Yara Maria Rauh Müller, pró-reitora, neste ato representando o magnífico reitor da UFSC, cumprimento os dirigentes, servidores e alunos da UFSC;

Ao saudar a enfermeira Carmem Zanotto, quero cumprimentar os servidores e usuários do Sistema Único de Saúde do estado de Santa Catarina;

Ao saudar Denise Pires de Pires, cumprimento toda a Enfermagem catarinense;

Ao cumprimentar Evangelia Kotzius Atherino dos Santos, cumprimento toda a Enfermagem da UFSC;

Quero cumprimentar o professor Gelson Albuquerque e a Angela Maria Alvarez, cumprimentando toda Enfermagem brasileira;

Felicito os amigos e as amigas, aqui presentes.

É com muita alegria que nos reunimos nesta noite para festejar a abertura da Semana Brasileira de Enfermagem e os 40 anos de Enfermagem da UFSC. Num cenário social onde a globalização econômica e a introdução acelerada de novas tecnologias passam a exigir aprendizagens imprescindíveis para o desenvolvimento e a melhoria da vida da população, hoje marcada por elevados níveis de pobreza, verifica-se que poucos cidadãos são contemplados com a possibilidade de ingressar e estudar numa universidade pública e de qualidade.

A Associação Brasileira de Enfermagem, na sua 70ª edição da Semana Brasileira de Enfermagem, ao eleger como tema: Enfermagem Vale a Vida, permite-nos refletir sobre a nossa prática e os fatores reguladores do processo de produção em saúde. Prática profissional que precisa ser exercida num processo de ação - reflexão cooperativa construindo, assim, espaços de solidariedade e cooperação, onde o diálogo e o respeito são fundamentos das relações interpessoais, que buscam estratégias de inclusão e valorização coletiva. Recentemente a Enfermagem catarinense teve conquistas a comemorar. Lutamos juntos e mudamos a história com a nova diretoria que assumiu o Coren em Santa Catarina e com a participação de companheiros, como Gelson Albuquerque, na diretoria que assumiu no Conselho Federal de Enfermagem - Cofen - no último dia 22 de abril. Mas ainda temos muito que lutar: lutar pela regulamentação da jornada de trabalho de 30 horas semanais, melhores salários, melhores condições de trabalho na defesa da vida.

Ao se fazer uma linha de tempo da história de lutas da Aben/SC, lá está a participação efetiva da Enfermagem da UFSC. Foram muitos encontros... E encontrar é verbo transitivo, que no cotidiano queríamos definitivo. Para a vida nascemos de um encontro. E de incontáveis encontros e vivências levamos marcas que norteiam e estruturam a Enfermagem catarinense."

Quando comecei a amar a Enfermagem e a Aben/SC e a Aben como associação, ainda nos bancos da escola, na

UFSC, lá aprendi que precisamos participar para mudar, e isso nós conseguimos com o nosso encontro coletivo.

Quero convidá-los a participar das atividades da Semana Brasileira de Enfermagem. Dia 13 de maio, amanhã, teremos a conferência do professor Gelson Albuquerque, às 8h30, no Auditório Antonieta de Barros, aqui na Assembleia Legislativa, numa atividade fruto da parceria da Aben/Coren e secretaria municipal de Saúde.

Parabéns à Enfermagem catarinense pelos 40 anos de UFSC, e à Enfermagem brasileira pelas suas grandes lutas.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, enfermeira Helga Regina Bresciani.

Com a palavra, para fazer a sua saudação, a professora doutora Angela Maria Alvarez, neste ato representando a Associação Brasileira de Enfermagem - Aben.

A SRA. ANGELA MARIA ALVAREZ - Cumprimento todas as autoridades aqui presentes, os companheiros, os professores, os estudantes e os convidados.

É uma honra estar aqui, neste momento histórico para a Enfermagem catarinense, representando a ilustre enfermeira Maria Goretti Davi Lopes, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem. A Associação Brasileira de Enfermagem festeja com a Enfermagem da UFSC e mutuamente constroem e contribuem para o desenvolvimento da Enfermagem brasileira.

A Associação Brasileira de Enfermagem parabeniza neste momento também os fundadores do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina e aqueles que lutaram e lutam pela qualidade do ensino na Enfermagem. Continuem acreditando na profissão, pois a nossa população merece qualidade na assistência à saúde.

Muito obrigada e parabéns a todos nós!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, enfermeira Angela Maria Alvarez.

Com a palavra o enfermeiro dr. Gelson Luiz de Albuquerque, conselheiro federal, neste ato representado o Conselho Federal de Enfermagem.

O SR. GELSON LUIZ DE ALBUQUERQUE - Quero cumprimentar e agradecer à deputada Ana Paula Lima pelo brilhante trabalho que faz nesta Casa enfrentando certamente muitas ações adversas, inclusive a nossa própria profissão ou a própria saúde pública do nosso estado.

Quero cumprimentar também várias personalidades aqui presentes: a professora Yara Maria Rauh Müller, nossa pró-reitora da Universidade Federal de Santa Catarina, onde tenho muito orgulho de ser professor;

Senhora Carmen Zanotto, nossa velha e estimada companheira de tantas lutas da Enfermagem do estado, aqui representando o governo do estado, e nossa sempre secretária estadual de Saúde;

Professora Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, aqui fazendo, junto com a Sayonara Barbosa, nossa coordenadora do curso de graduação de Enfermagem, essa grande demonstração de ato cívico da comemoração dos 40 anos da Enfermagem da UFSC;

Companheiras Angela Maria Alvarez, Denise Pires e Pires e Helga Regina Bresciani, que representam aqui as nossas organizações.

Gostaria de dizer que esse é um ato muito importante porque, na realidade, há quantos anos nós não víamos um alinhamento do ponto de vista de ações das grandes organizações da Enfermagem brasileira, e nós temos que saudar isso também. E esse momento dos 40 anos do nosso curso, do nosso Departamento de Enfermagem, é um marco histórico que certamente foi muito bem articulado do ponto de vista das nossas lideranças nacionais, do Manoel, da Maria Goretti David Lopes, como presidente da Aben, e nós traçamos um novo rumo para a Enfermagem brasileira.

O ato das 30 horas que nós fizemos em Brasília foi a demonstração clara de que sem essa unidade não é possível mudar, não é possível transformar. Infelizmente, nós vivemos um período, nesses 40 anos, em que houve uma separação da Enfermagem com relação à autarquia, ao órgão que na realidade regula o exercício profissional - e todos aqui sabem do que falamos. Mas essa é uma página virada e certamente vamos mostrar outra forma de fazer política profissional.

Portanto, queremos agradecer o convite para estar aqui e dizer do nosso orgulho, como Conselho Federal de Enfermagem de aqui estar, conselho este que hoje tem 1,3 milhões de trabalhadores inscritos.

Gostaria de dedicar aqui uma especial homenagem à professora Eloita Pereira Neves, que, assim como todos os outros professores, ex-chefes de departamento e a chefe atual, conduziu e construiu esse curso tão sólido que, na pós-graduação, na graduação, na formação de técnicos, na formação de auxiliares de Enfermagem e de especialistas, faz a diferença no Brasil e na América Latina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, enfermeiro Gelson Albuquerque.

É muito bom ter nesta mesa o Conselho Regional, o Conselho Federal, a Aben-SC e a Aben Nacional, juntamente com a Universidade Federal de Santa Catarina. Ficamos muito felizes de reunir as forças para a nossa luta conjunta.

Eu convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo catarinense.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite! Só queria lembrar a todos que esta sessão solene está sendo transmitida pela TVAL e será repetida ao longo desta semana, bem como transmitida pela Rádio Alesc Digital.

Neste momento, o Poder Legislativo presta homenagem às pessoas que muito contribuíram para o fortalecimento e o engrandecimento nesses 40 anos da história da Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

A seguir, o Poder Legislativo presta homenagem aos chefes do Departamento de Enfermagem e coordenadores dos cursos de graduação em Enfermagem.

Eu chamo à frente a deputada Ana Paula Lima e também a sra. Carmen Zanotto, diretora-geral da secretaria de Saúde do estado de Santa Catarina, representando aqui o governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira.

A homenagem será prestada à sra. Eloita Pereira Neves, idealizadora do curso, primeira chefe do departamento e primeira coordenadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A entrega agora será feita à sra. Lydia Ignes Rossi, chefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem será prestada agora à sra. Maria Tereza Leopardi, chefe e subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido o sr. Jorge Lorenzetti, chefe do departamento, para receber a homenagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à sra. Carmen Zanotto e convido a sra. Yara Maria Müller, pró-reitora, representando o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Tubes Prata, para, junto com a sra. deputada Ana Paula Lima, fazer a entrega das homenagens.

A homenagem agora será prestada à sra. Marisa Monticelli, chefe e subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenageada agora será a sra. Nelcy Terezinha Coutinho Mendes, chefe do departamento e coordenadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Ana Palma de Souza Camargo, chefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao sr. Jonas Salomão Spricigo, chefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço a presença da professora Yara Maria Müller, que representa o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, professor Álvaro Tubes Prata.

Chamo à frente a sra. Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, chefe do

Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, para, junto com a deputada Ana Paula Lima, proceder à entrega das homenagens.

A homenagem agora será prestada à sra. Kennya Schmidt Reibnitz, chefe e subchefe do departamento e coordenadora do curso, aqui representada pelo sr. Acicio Treitinger.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido agora para receber a homenagem a sra. Francine Lima Gelbke, chefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Marta Lenise do Prado, aqui representada pela sra. Rosângela Fenille.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenageada agora será a sra. Alacoque Lorenzini Erdmann, chefe e subchefe do departamento, aqui representada pela sra. Lúcia Takaze Gonçalves.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço à sra. Evangelia Kotzias Atherino dos Santos e chamo à frente o sr. Gelson Luiz de Albuquerque, conselheiro federal de Enfermagem, para, junto com a deputada Ana Paula Lima, proceder à entrega das homenagens.

Convido agora para receber a homenagem a sra. Vera Radunz, chefe e subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora é prestada ao sr. Gelson Luiz de Albuquerque, chefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Denise Maria Guerreiro Vieira da Silva, chefe de departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, atual chefe do Departamento de Enfermagem da UFSC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço a presença do sr. Gelson Luiz de Albuquerque, conselheiro federal de Enfermagem, e chamo à frente a sra. Angela Maria Alvarez, representante da Associação Brasileira de Enfermagem.

Convido para receber a homenagem a sra. Flávia Regina Ramos, coordenadora do curso e subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Leony Claudino dos Santos, coordenadora do curso e subcoordenadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Tânia Mara Xavier Scoz, coordenadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Olga Regina Ziguelli Garcia, coordenadora e subcoordenadora do curso e subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço a sra. Angela Maria Alvarez e chamo à frente a sra. Helga Regina Bresciani, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem, seção Santa Catarina, para, juntamente com a deputada Ana Paula Lima, fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem agora o sr. Wilson Kraemer de Paula, coordenador do curso e subchefe do departamento de Enfermagem.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Sayonara de Fátima Barbosa, coordenadora de curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo homenageia os idealizadores do curso.

Convido para receber a homenagem o dr. Henrique Manoel Prisco Paraíso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Aloisio Blasi, aqui representado por sua filha, Helena Ferro Blasi.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço a presença da sra. Helga Bresciani e chamo à frente a sra. Denise Pires de Pires, presidente do Conselho Regional de Enfermagem.

Convido a sra. Denise Pires de Pires para, juntamente com a deputada Ana Paula Lima, proceder à entrega da homenagem à sra. Helga Regina Bresciani.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Tânia Maria Gomes do Amaral, primeira secretária do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento serão homenageados os subchefes do departamento e os subcoordenadores do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem a sra. Lidvina Horr, subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Lorena Machado e Silva, subchefe do departamento, representada aqui pela sra. Miriam Borenstein.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Eu agradeço à sra. Denise Pires de Pires, presidente do Conselho Regional de Enfermagem, e chamo à frente a sra. Sayonara de Fátima Barbosa, coordenadora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

Convido a deputada Ana Paula Lima e a sra. Sayonara de Fátima Barbosa para fazerem a entrega da homenagem à sra. Maria Albertina Braglia Pacheco, subchefe do departamento e subcoordenadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Sílvia Maria Azevedo dos Santos, subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Eliane Nascimento, subchefe do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada à sra. Ana Isabel Jatobá de Souza, subcoordenadora do departamento.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenageada agora será prestada à sra. Astrid Eggert Boehs, subcoordenadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A seguir o Poder Legislativo de Santa Catarina prestará homenagem aos técnicos administrativos.

A homenagem agora será entregue à sra. Neide Maria Pereira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

O Poder Legislativo presta homenagem à sra. Lucia Hisako Takase, neste ato representando os docentes do departamento e curso de graduação pela sua efetiva contribuição ao ensino, à pesquisa e à extensão da Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina e da Enfermagem brasileira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradecemos à sra. Sayonara Fátima Barbosa e chamamos à frente a sra. Eloita Pereira Neves, que é a primeira chefe do Departamento de Enfermagem da UFSC e idealizadora do curso.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao Conselho Regional de Enfermagem, neste ato representado pela sra. Denise Pires de Pires.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao Centro Acadêmico Livre de Enfermagem, neste ato representado pela sra. Paula Brinhol.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à sra. deputada Ana Paula Lima e à sra. Eloita Pereira Neves, primeira chefe do Departamento de Enfermagem e idealizadora do curso.

(Palmas)

Neste momento o grande coral da Assembleia Legislativa de Santa Catarina brindará todos os presentes com a música *Nos Campos do Mundo*, de autoria do maestro José Acácio Santana.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Em nome do maestro Reginaldo da Silva, agradeço a todo o coral.

Neste momento convido para fazer uso da palavra o dr. Henrique Manuel Prisco Paraíso.

O SR. HENRIQUE MANUEL PRISCO PARAÍSO - Excelentíssima sra. deputada Ana Paula Lima, que preside a presente sessão, ilustres membros da mesa, senhoras, senhores, companheiros e convidados.

(Passa a ler.)

"Ao agradecer sensibilizado a significativa homenagem, peço permissão para curto depoimento.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, criada no ano de 1960, em um dos habituais rasgos de luminosidade do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, mereceu a indicação do eminente professor João David Ferreira Lima para ser seu primeiro reitor, encarregado da missão de organizá-la e implantá-la, conduzindo-a com destaque por um período de 12 anos.

Por esclarecida decisão de política educacional, o magnífico reitor, em 1969, cria o Curso de Enfermagem, designando a comissão organizadora composta pelo vice-reitor Roberto Mündell Lacerda, recentemente falecido; pela professora Eloita Pereira Neves e cabendo-me também integrá-la.

Ao vice-reitor competiria dar toda cobertura institucional necessária aos trabalhos de organização do curso, executados pela professora Eloita Pereira Neves, com o apoio de seletos grupos por ela escolhidos.

Esse núcleo desempenhou com esmero a tarefa indicando as disciplinas a serem lecionadas, seus conteúdos, créditos, incluindo-as na grade curricular e selecionando o corpo docente. A estrutura arquitetada viria a ser submetida à apreciação da diretoria de ensino superior do ministério da Educação, encarregada de examinar, autorizar o funcionamento do curso e posteriormente registrar o devido reconhecimento.

A mim coube dupla missão. A primeira, pela experiência adquirida uma década antes, quando em companhia de Roldão Consoni e Isaac Lobato Filho organizamos e colocamos em funcionamento a Faculdade de Medicina de Santa Catarina.

Era, portanto, conhecedor dos caminhos a seguir no âmbito do ministério para a concretização do objetivo, podendo ser, portanto, de alguma utilidade para sugestões e encaminhamentos.

A outra incumbência, desde que tinha exercido a presidência da Associação Catarinense de Medicina e com livre trânsito entre os colegas, seria concorrer para uma boa receptividade dos mesmos a um novo empreendimento, em ambiente de cooperação, harmonia e integração, sabido que por vezes o relacionamento médico-enfermagem apresenta certo grau de suave conflito.

O resultado desse trabalho conjunto tem sido expresso pelo amplo e sólido conceito adquirido pelo curso, internacional inclusive, dada à capacitação de uma legião de pós-graduação, tornando a instituição reconhecida como centro de referência e excelência.

Por último, reafirmo minha admiração pela Enfermagem, a qual, solidária e em igual nível de valor com os médicos, presta assistência à saúde e recuperação dos enfermos.

Na pessoa da ilustre chefe do Departamento de Enfermagem, extensivo a todos os seus integrantes, encerro apresentando minhas cordiais congratulações."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, dr. Henrique Manuel Prisco Paraíso, que faz parte, sim, da história maravilhosa da Universidade Federal de Santa Catarina.

Também não poderia deixar de cumprimentar o nosso amigo, jornalista Cláudio Prisco Paraíso, que se faz presente, e os seus dois filhos, o Paulo e o Mauro José.

Sejam muito bem-vindos.

Com a palavra a sra. Eloita Pereira Neves, primeira chefe do Departamento de Enfermagem da UFSC e idealizadora do Curso de Enfermagem.

A SRA. ELOITA PEREIRA NEVES - Excelentíssima deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão, e demais autoridades já mencionadas.

(Passa a ler.)

"Senhores e senhoras, amigos e colegas profissionais de Enfermagem, este momento muito especial para a Enfermagem de Santa Catarina foi captado e compreendido pela sensibilidade da ilustre deputada Ana Paula Lima e tornado realidade pela aprovação unânime dos srs. deputados integrantes desta augusta Assembleia Legislativa, representante do povo catarinense.

Nós, homenageados, estamos sensibilizados e muito gratos por essa manifestação de reconhecimento público. Esta homenagem se agiganta na medida em que traduz o reconhecimento a tantas pessoas que ao longo desses 40 anos de vida da Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina se envolveram de coração, dando o melhor de si no desempenho de atividades de apoio técnico-administrativas e de ensino/aprendizagem.

Muitas foram as instituições parceiras da comunidade florianopolitana e

de outras regiões do estado, do país e até do exterior que ofertaram a sua contribuição. Incontável a quantidade de pessoas que permitiram ser cuidadas e confortadas por professores e alunos no exercício da prática em situações de saúde/doença. Isso fez com que essa obra se concretizasse e se tornasse do tamanho do sonho sonhado por alguns dos aqui presentes, para receberem o abraço carinhoso, bem como por aqueles que certamente o estão recebendo espiritualmente.

Sendo a Enfermagem uma das profissões que se dedicam à vida e à saúde das pessoas, escolhi lembrar a história institucional da Enfermagem na UFSC a partir de uma analogia com os ciclos do desenvolvimento humano.

A concepção da ideia da criação de uma faculdade de Enfermagem em Florianópolis surgiu dentro do Hospital Infantil Edith Gama Ramos, hospital pioneiro em Santa Catarina na constituição de um serviço de enfermagem, organizado segundo os modernos padrões e conceitos da administração hospitalar.

Naquela época, 1966, estavam em organização e construção o Hospital Governador Celso Ramos e o Hospital Universitário e, portanto, era imperativa a necessidade de formar profissionais de Enfermagem para esses serviços, além da necessidade de atendimento às demandas de melhoria da atenção à população nos serviços de saúde pública. Era necessário também formar enfermeiras e enfermeiros qualificados para o ensino nos cursos de auxiliares e de técnicos de enfermagem, já que havia um predomínio do número de práticos de enfermagem e de atendentes treinados nos próprios serviços.

Um memorial elaborado pelas enfermeiras da Associação Brasileira de Enfermagem/SC justificando a criação de uma faculdade de Enfermagem foi apresentado, em novembro de 1966, à Universidade Federal de Santa Catarina. O acolhimento do documento por parte do magnífico reitor resultou na designação de uma comissão, também já citada aqui, com o objetivo de estudar as possibilidades e propor medidas necessárias para sua implantação.

Iniciou-se um intenso trabalho de parceria que se prolongou até julho de 1968, com a conclusão do relatório. Durante esse período tentou-se recrutar uma professora com experiência no ensino de Enfermagem para assumir o futuro cargo de diretora da faculdade, mas não se encontrou alguém que pudesse deslocar-se até Florianópolis. Não tínhamos, então, pessoas com experiência e aí vocês podem imaginar por que sobrou para mim.

No entanto, em novembro de 1967 o magnífico reitor decidiu contratar-me para o cargo de coordenadora do curso, bem como uma secretária, que foi aqui homenageada, para que fosse possível a agilização da efetivação do processo a ser submetido às instâncias superiores, a fim de se obter a autorização do funcionamento, fato que ocorreu no final de 1968.

Após esse longo período de gestação, a criança nasceu, no início do ano de 1969, muito saudável, cuja data já nos foi dada pelo nosso querido dr. Prisco Paraíso; foi calorosamente acolhida no seio da

universidade e da comunidade catarinense; firmou sua cabeça, levantou-se e deu os passos iniciais acolhendo os alunos aprovados no primeiro vestibular. Seguiu firme a caminhada e já com alguma experiência enfrentou a primeira reforma universitária participando ativamente das reuniões da equipe de sua implantação, ajustando-se ao novo modelo de ensino que a universidade passou a oferecer, servindo de parâmetro para outras universidades no país.

A ênfase passou a ser o ensino integrado entre as profissões de áreas afins, evitando-se a setorização e o isolamento. As especificidades de formação profissional foram consideradas, valorizadas e respeitadas. Cada professor, funcionário, aluno passou a dar o seu melhor no sentido de que essa criança crescesse saudável e enfrentasse os períodos seguintes do seu processo de viver com coragem, força e competência, procurando manter a harmonia na diversidade e nas adversidades.

Um período de turbulência com características próprias e peculiares da idade e do momento histórico foi enfrentado no período da adolescência, em face das mudanças políticas do contexto brasileiro. No entanto, foi essa turbulência que desafiou e incentivou o crescimento e o desenvolvimento.

Era preciso continuar a andar cada vez mais firme, apesar das mudanças no contexto social e dos desafios das constantes reformas curriculares. Sua evolução, apesar das adversidades, foi ininterrupta e gradativa, obedecendo certa ordem, regularidade e disciplina. Foram implantados projetos para a formação da massa crítica docente e assistencial necessária para fazer face às demandas crescentes no contínuo desenvolvimento da Enfermagem como arte e ciência.

A passagem bem-sucedida para o início da fase adulta teve relação com a resolução satisfatória das crises da infância e da adolescência. Como jovem adulta, a Enfermagem da UFSC entrou em sua fase reprodutiva e produtiva porque, considerando apenas dois indicadores, foi alcançada a meta proposta no documento inicial de criação. O número de enfermeiros em Santa Catarina aumentou de 42, em 1968, para 7.407 cadastrados no Coren até abril de 2009. A proporção de enfermeiros para cada 100 leitos em Santa Catarina, que em 1968 era de 0,3, aumentou para 15,3, conforme dados do ministério da Saúde em 2005.

Portanto, fica comprovada a contribuição da Enfermagem da UFSC no desenvolvimento da Enfermagem e das instituições de saúde de Santa Catarina.

A Enfermagem da UFSC vive atualmente sua fase adulta, acelera seus passos no desenvolvimento cognitivo e formação da personalidade institucional. Consequentemente, o potencial para sua satisfação está em curso, tornando-a capaz de se adaptar às constantes demandas da sociedade e às grandes mudanças que estão por vir. Finalmente, precisamos agradecer a Deus por nos ter possibilitado a oportunidade de viver esse processo e estarmos aqui para celebrar o 40º aniversário.

Transitórios somos nós, mas perene é a instituição Enfermagem da UFSC,

a qual certamente continuará crescendo, desenvolvendo-se e tocando nossos corações com o carinho, o amor e o respeito pelos seres humanos. Permita Deus que possamos estar juntos novamente um dia para celebrar a idade da sabedoria com força, prazer, alegria, segurança e proteção, esperança e sensação de dever cumprido."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, professora e enfermeira Eloita Pereira Neves.

A seguir, fará uso da palavra a sra. enfermeira Evangelia Kotzias Atherino dos Santos, chefe do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

A SRA. EVANGELIA KOTZIAS ATHERINO DOS SANTOS - (Passa a ler.)

"Ao cumprimentar a excelentíssima deputada e nobre colega deputada Ana Paula Lima, proponente desta sessão especial, cumprimento as demais autoridades presentes ou representadas, os homenageados e homenageadas e seus queridos familiares, demais colegas docentes, servidores técnico-administrativos, acadêmicos de Enfermagem, mestrandos e doutorandos da sede e de outras localidades, como da Universidade Federal do Pará, aqui representada por algumas delas, bem como das demais escolas, serviços e instituições. A presença aqui de todos e de todas confere a esta solenidade o realce que deve e merece ter.

Arnaldo Córdova, em seu texto 'A história, professora da política', relata que a história é, antes de tudo, a memória do passado no presente. É uma recriação coletiva. Também diz que a história é consciência coletiva, indicando que o presente não constitui um corte no tempo, mas sim uma época histórica que surge e funde-se, por sua vez, em um passado imediato do qual forma parte e do qual é o resultado. O presente é, portanto, dimensão histórica e não um momento na história. Nesse sentido, Córdova ressalta que 'nós respondemos a urgências atuais, mas pensamos e atuamos de acordo com paradigmas ideais que resumem e expressam os valores de toda uma época histórica e não deste ou daquele momento em particular'. Para nós esse é o significado deste momento.

A Enfermagem da UFSC está comemorando o seu 40º aniversário. Quarenta anos de trabalho e de luta incessante na busca de um objetivo maior, qual seja, promover atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da Enfermagem, visando contribuir para a promoção da saúde da população brasileira em geral e da população catarinense, em particular.

Em relação ao ensino, tem como objetivo primordial graduar enfermeiros(as), com formação generalista, crítico-reflexiva, criativa e humanista, capazes de enfrentar os desafios de um mundo globalizado e influenciar na construção de novos paradigmas de saúde, através de um corpo de conhecimento próprio e interpluri-transdisciplinar, sustentado num pensar integral do cuidado humano, para atuar nas áreas de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos, famílias e

comunidades no contexto onde se insere, comprometidos com o contínuo desenvolvimento pessoal e social, na busca constante da melhoria do *status* de saúde da população, com base no rigor científico e intelectual, pautados por princípios técnico-científicos, ético-políticos e jurídico-legais, mediados por competências e habilidades gerais e específicas requeridas. Mas para atingir tal objetivo cada um contribuiu ao seu modo com a tarefa que lhe competia."

E aqui eu me lembro da professora Eloita, ao resgatar os documentos históricos, em que ela fala sobre o memorial descritivo. E quando fui ler o memorial descritivo, vi que aquele que era o dispositivo legal - um deles - no qual nos baseávamos, é agora o nosso chamado projeto político-pedagógico. Ou seja, o que no início do curso era chamado de memorial descritivo, hoje, de acordo com as leis e diretrizes nacionais, é chamado de projeto político-pedagógico.

(Continua lendo.)

"A união de esforços e o compromisso coletivo fizeram com que a Enfermagem da UFSC viesse a ocupar a posição de destaque entre as demais escolas de Enfermagem existentes no país, conseguindo consolidar amplo reconhecimento pela comunidade acadêmica local, regional, nacional e internacional, destacando-se pela dedicação, espírito de luta, compromisso científico e social e empreendedorismo do seu corpo diretivo, docente e funcional.

Vale ressaltar que até o presente ingressaram 72 turmas, totalizando a formação de 1.786 enfermeiras e enfermeiros. Anualmente, são oferecidos 72 vagas/ano, divididas em duas turmas, com ingresso em março e agosto, respectivamente.

O Departamento de Enfermagem no seu quadro de pessoal conta, atualmente, com 48 docentes altamente qualificados, sendo 44 com título de doutor e desses, oito possuem pós-doutoramento realizados no exterior, em países como Canadá, Estados Unidos, Espanha, Holanda e Portugal. Também possui em seu quadro 28 professores substitutos e três servidoras técnico-administrativas. No transcurso de sua existência já passaram um total de 94 docentes efetivos e 37 servidores técnico-administrativos.

Na sua trajetória de construção e fortalecimento cria, em 1976, o curso de mestrado em Enfermagem e, em 1992, o curso de doutorado em Enfermagem, que integram hoje o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, que atua na formação de enfermeiros e enfermeiras, bem como profissionais da área da saúde altamente qualificados para a produção de conhecimentos em saúde e para assumir papel de liderança no campo educacional, assistencial e político da área defendendo o direito universal à saúde, a uma vida digna e a assistência de qualidade.

No que diz respeito à sua amplitude, o programa tem uma forte inserção regional - destaque para a oferta de cursos de mestrado interinstitucional em convênio com diversas instituições de ensino superior da região sul e centro-oeste -, ao mesmo tempo em que se destaca no cenário nacional e internacional, destaque para as

atividades de assessoria na implantação de cursos de doutorado em Enfermagem na Venezuela, na Argentina e as cooperações com o Canadá e Portugal.

A pesquisa ganha lugar de destaque e é desenvolvida no interior dos 14 grupos de pesquisa. Recentemente foi criado mais um, somando 15 grupos de pesquisa. Até a presente data titulouse 157 doutores e 487 mestres. Analisando a situação sob uma ótica retrospectiva, pode-se afirmar que todos os servidores dessa unidade, nos exercícios dessas funções docentes, técnicas e administrativas, deram as suas contribuições, e todos nós hoje nos regozijamos interiormente e sentimo-nos ativos, porque de alguma maneira contribuímos para a construção da Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

Neste momento, há muito de alegria para ser comemorado e registrado: em primeiro lugar por pertencermos à Universidade Federal de Santa Catarina, ao Departamento de Enfermagem, ao curso de graduação e ao programa de pós-graduação em Enfermagem (cursos *lato sensu* e *stricto sensu*) e, em segundo lugar, por sermos enfermeiros e enfermeiras. É dever de consciência agradecer o apoio que veio de todos os lados, acima de tudo da UFSC, da qual nos orgulhamos fazer parte, uma vez que está classificada entre as dez melhores dentre as 2.300 instituições de ensino superior no Brasil e ser reconhecida pela sua forte inserção social.

Aos nossos docentes de hoje, de ontem e do passado mais remoto, que dedicaram as suas juventudes e suas maturidades em prol do ensino da Enfermagem nos vários campos do saber; aos demais servidores que igualmente deram o melhor de si para que o nosso departamento/corso de graduação se tornassem fortes, sem seus apoios e trabalhos provavelmente não estaríamos nesta sessão especial; aos nossos parceiros, à Associação Brasileira de Enfermagem Nacional e seção Santa Catarina, pelas lutas e conquistas da profissão, ao Conselho Regional de Enfermagem, seção Santa Catarina, e Conselho Federal de Enfermagem, em especial às suas diretorias atuais, ao parceiro Hospital Universitário da UFSC, à secretaria de estado da Saúde de Santa Catarina, através de suas unidades hospitalares: Hospital Infantil Joana de Gusmão, Hospital Governador Celso Ramos, Maternidade Carmela Dutra, Hospital Nereu Ramos, Instituto de Psiquiatria e Hospital Santa Tereza; à secretaria municipal de Saúde, através dos seus 48 centros de saúde, UPAs e policlínicas, de modo especial à rede docente assistencial e à parceira no desenvolvimento de projetos com o apoio do ministério da Saúde (também nosso grande parceiro), tais como Pró-Saúde, PET-Saúde e Unasus, entre outras, gostaria de expressar meus agradecimentos, assim como a todos os colegas do Departamento de Enfermagem, aos ativos e não-ativos, a todos aqui presentes, de modo especial à deputada Ana Paula Lima, pela bela homenagem que hoje presta à Enfermagem da UFSC e pela sua valiosa contribuição e incentivo às nossas lutas e conquistas."

Ela fez aqui menção ao dia em que se cogitou pela primeira vez sobre a possibilidade de haver esta sessão. E quero registrar que prontamente ela acatou e até nos cobrou para que essa sessão realmente estivesse sendo realizada da forma que está ocorrendo aqui.

Também gostaríamos de agradecer ao presidente desta Casa e aos demais deputados e deputadas que acataram e aprovaram por unanimidade a proposta apresentada pela deputada Ana Paula Lima,

aos homenageados e homenageadas, ao corpo docente e discente da UFSC, ao coral da AleSC, por tornar público esse reconhecimento, desde os primórdios do curso, na sua concepção, como muito bem colocou a professora Eloita, até os dias atuais.

É muito emocionante ver aqui pessoas como o dr. Henrique Manoel Prisco Paraíso, que deu a sua belíssima contribuição no início do curso e que mesmo tendo se afastado dos nossos caminhos, mesmo assim, continuamos a admirá-lo pela sua postura, ética profissional. Que ele então receba a nossa homenagem também muito especial.

Agradecemos à professora Eloita Pereira Neves, que também nos proporcionou muitas emoções até chegar aqui. Quando escuto Roberto Carlos, lembro desta sessão, desde os preparativos são muitas as emoções mesmo, porque é uma coisa que nos orgulha muito, eis que queríamos tornar realidade o sonho de estarmos aqui hoje.

Agradecemos a todos os outros, à nossa decana professora Vera Radünz. Eu sou a decana, e nós temos muito orgulho de ela ser a nossa decana.

O nosso programa de pós-graduação é guerreiro, é competente e está sempre lutando para o engrandecimento da nossa profissão.

Agradecemos ao corpo docente e discente da Universidade Federal de Santa Catarina, aos nossos queridos acadêmicos aqui presentes, aos 274 acadêmicos.

Não poderíamos também deixar de agradecer ao querido coral da Assembleia Legislativa, que nos presenteou com belas músicas, dando um toque de sensibilidade a esta sessão especial.

Gostaríamos também de agradecer à sra. Elizabete Silveira Brandalise, à Bruna, ao Gabriel, à Magda e à Rosângela, pela maneira competente e cuidadosa com que prepararam esta sessão.

Agradecemos também aos membros da comissão dos 40 anos da Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, presidida pela nossa querida colega dra. Maria Emília de Oliveira, aos demais integrantes, às professoras dras. Vera Radünz, Miriam Borenstein, Lúcia Takase, Dalva Irany Grutdner e Maria de Fátima Zampieri.

A todas e a todos o nosso muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Neste momento, gostaríamos de chamar a nossa querida e nobre deputada Ana Paula Lima para receber uma homenagem.

Chamo também a professora dra. Maria Emília de Oliveira, presidente da comissão comemorativa aos 40 anos, para entregar uma placa à deputada Ana Paula Lima.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens prestadas à deputada Ana Paula Lima, eu convido a professora dra. Denise Pires de Pires, presidente do Conselho Regional de Enfermagem, seção de Santa Catarina, para fazer a sua homenagem à deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DENISE PIRES E PIRES - Chamo a professora Evangelina Kotzias Atherino dos Santos, porque a homenagem é para a deputada Ana Paula Lima e para o Departamento de Enfermagem, simbolizando a professora Evangelina os 40 anos da UFSC.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA -

Isso não estava no *script*.

Muito obrigada à Universidade Federal de Santa Catarina e ao Conselho Regional de Enfermagem por esta homenagem. A homenagem é para todos vocês. Nós apenas abrimos a Casa, este espaço democrático, para fazer uma justa homenagem a esses profissionais da saúde.

Com a palavra a professora Yara Maria Müller, pró-reitora, neste ato representando magnífico reitor professor Álvaro Prates.

A SRA. YARA MARIA RAUH MÜLLER - Boa-noite a todos. Vou cumprimentar a deputada e enfermeira Ana Paula Lima e em seu nome cumprimentar todos os presentes.

O nosso reitor está numa missão de trabalho em Angola e é por isso que, neste momento, estou representando-o nesta maravilhosa solenidade. Em nome do reitor, do vice-reitor e de todos os pró-reitores da UFSC gostaria de parabenizar todos os nossos colegas e reconhecer o brilhante trabalho que fazem.

Como pró-reitora de ensino de graduação da UFSC, gostaria de dar um abraço muito caloroso a todos vocês, porque sem dúvida a Enfermagem é um dos departamentos que faz diferença em função da qualidade do trabalho que desenvolve. Se nós somos envolvidas com pesquisa, com extensão, com pós-graduação, também estamos muito preocupadas com a formação dos nossos enfermeiros, que estão espalhados pelo Brasil inteiro.

A história da Enfermagem se confunde com a história da UFSC, porque assim como nós estamos comemorando 40 anos, a UFSC comemorou 48 anos em dezembro de 2008. Então, praticamente contar e rever a história da Enfermagem é rever a história da própria UFSC, porque ninguém vive sem modelo, sem símbolos. É importante ter isso sempre presente em nossa trajetória.

Particularmente, trabalho há 30 anos na UFSC como professora de embriologia humana; sempre trabalhei com as professoras dos cursos do CCS. O curso com o qual mais trabalhei sempre foi a Enfermagem. Conheço muitos de vocês por reformas, por currículos integrados, por discussões de estágio. Então, sinto-me muita honrada de estar nesta solenidade representando a UFSC. E gostaria de parabenizar todos vocês e a Assembleia pela belíssima homenagem.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Com a palavra a enfermeira Carmem Zanotto, neste ato representando o sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira.

A SRA. CARMEM EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO - Quero, em nome do governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, cumprimentar a minha colega, a enfermeira e deputada Ana Paula Lima, autora do requerimento, e em nome dela agradecer a todos os deputados desta Casa que aprovaram a realização desta sessão especial na noite de hoje.

Quero cumprimentar a professora Yara Maria Müller, que neste ato representa o magnífico reitor da UFSC, e todas as demais autoridades já nominadas anteriormente.

Quero cumprimentar a professora doutora Eloita Pereira Neves, lagueana como eu, e em nome dela quero cumprimentar todas as chefes de departamento e agradecer por ter sido idealizadora do primeiro curso de Enfermagem no estado de Santa Catarina. Só estamos aqui porque há mais de 40 anos

alguém cuidou para que este momento fosse possível. Parabéns à senhora e aos demais membros que participaram da implantação do Curso de Enfermagem da UFSC.

Quero cumprimentar o dr. Henrique Manoel Prisco Paraíso e em nome dele, todos os homenageados e familiares.

Meus cumprimentos aos alunos do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina e a todos os demais colegas enfermeiros.

Quero dizer que estar aqui, representando o governador na condição de diretora-geral da secretaria de estado da Saúde e na condição de enfermeira, traz-me muito orgulho porque quando eu fiz a minha graduação em Enfermagem, no interior do estado de Santa Catarina, no município de Concórdia, eu olhava para a Universidade Federal de Santa Catarina e para os professores vendo aquilo que queríamos da Enfermagem em nosso estado. E as senhoras e os senhores com certeza são responsáveis por muitos e muitos profissionais, enfermeiros e enfermeiras, que fazem a diferença na saúde pública e nos serviços privados do nosso estado. Com certeza, a enfermagem faz parte da equipe e faz a diferença tanto na assistência, quanto na educação.

Gostaria de dizer que nesta noite aprendi muito, e com pouquíssimos minutos de

fala, com o dr. Prisco e com a professora enfermeira Eloita Pereira Neves. Eu quero agradecer ao dr. Prisco, como ex-secretário de estado da Saúde, que foi pioneiro em começar a levar enfermeiros para a secretaria de estado da Saúde. Muito obrigada, dr. Prisco! Nós estamos, hoje, em grande número de profissionais na secretaria de estado e isso só foi possível porque o senhor, como secretário, teve esse cuidado.

A todos o meu muito obrigada, e também o muito obrigado do governador Luiz Henrique por fazerem a diferença na saúde de Santa Catarina.

Parabéns a vocês pela nossa Semana da Enfermagem; parabéns, Universidade Federal de Santa Catarina, pelos 40 anos do efetivo ensinar da enfermagem, do cuidar, que esse é o nosso grande desafio como categoria profissional.

A todos o meu muito obrigada também em nome do nosso secretário de estado da Saúde, deputado Dado Cherm.

Boa-noite, sucesso e muito obrigada, deputada Ana Paula Lima, por este momento! (Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, enfermeira Carmen Zanotto, é sempre muito bom ouvi-la.

Gostaria também de dar os parabéns à Universidade Federal de Santa Catarina e,

em especial, ao Departamento de Enfermagem, aos senhores e às senhoras que foram homenageados, aos acadêmicos e futuros colegas de profissão que estiveram presentes no Parlamento catarinense.

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com sua presença, convidando-os para a exposição dos 40 anos de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina, que está exposta no *hall* da Assembleia Legislativa, e também para um coquetel de confraternização. Nós precisamos, depois de um dia extenso de trabalho, conversar, confraternizar e, principalmente, celebrar essa semana que é tão importante para nós, que somos temos como profissão a Enfermagem.

Antes de encerrar a presente sessão, convidamos todos para ouvirem o Hino do Estado de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 823, de 30/04/2009 comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 013/2009, referente à aquisição de conjunto placas de aço escovado em alto relevo com letreiros na fachada principal do palácio barriga-verde, incluindo confecção e instalação, obteve o seguinte resultado:

Item 1 -

Vencedora: SUPORTE COMERCIO E SERVIÇO LTDA
Valor do Último Lance: R\$ 50.980,00
Florianópolis, 13 de maio de 2009.

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE
PREGOEIRA
*** X X X ***

MENSAGEM GOVERNAMENTAL

GABINETE DO GOVERNADOR

MESSAGEM Nº 956

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do projeto de lei que "Dispõe sobre a proibição da circulação e da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense", por ser inconstitucional.

Florianópolis, 11 de maio de 2009

LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 13/05/09

ESTADO E SANTA CATARINA

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER: PAR 0168/09

PROCESSO: PPG 3461/09-2

ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DE

COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

ASSUNTO: ANÁLISE DO AUTÓGRAFO APROVADO

PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, DE ORIGEM

PARLAMENTAR QUE "DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA CIRCULAÇÃO E DA ENTRADA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS EM RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, SUPERMERCADOS, SIMILARES E NAS PRAIAS DO LITORAL CATARINENSE". AMPLIAÇÃO DE ATRIBUIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL. CRIAÇÃO DE CARGOS. AUMENTO DE DESPESA. INICIATIVA DO GOVERNADOR. INCONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI.

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Coordenação e Articulação solicitou à Procuradoria Geral do Estado o exame e a manifestação a respeito da matéria tratada no autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "Dispõe sobre proibição da circulação e da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense."

projeto de lei em análise tem seguinte redação:

"Art. 1º - Fica proibida a circulação e a entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense.

Parágrafo único. Somente cães guias serão excluídos dos efeitos desta Lei.

Art. 2º - É obrigatória a fixação, nos estabelecimentos de que trata o art. 1º, de cartaz em local visível e de fácil leitura, contendo referência a esta Lei e os seguintes dizeres: "Proibida a entrada de animais neste estabelecimento".

Art. 3º - o Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias(...)."

Da leitura do texto aprovado pela Assembleia Legislativa, constata-se que o Poder Legislativo cria novas atribuições para o Poder Executivo estadual ou melhor, para Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Vigilância Sanitária.

Para a execução da lei será necessário organizar equipe técnica voltada a fiscalizar e exigir o cumprimento dos dispositivos, com ampla abrangência no Estado (estabelecimentos como restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados e similares), além das praias do litoral catarinense, o que significa criar cargos públicos, nomear pessoal, estruturar órgãos em todo o Estado, além de exigir a destinação de recursos financeiros para cumprimento material da norma.

Em assunto semelhante ao caso concreto, foi emitido nesta PGE o Parecer nº 412/07, nos autos do Processo PPG 6765/076, da lavra do Procurador, Dr. Silvio Varela Júnior, o que peço vênia para transcrever, aproveitando para adotá-lo como razões de meu entendimento:

"O que caracteriza um órgão público da Administração Direta é a existência de agentes públicos e de certas competências administrativas a serem exercidas.

Nesse sentido é a definição de Hely Lopes Meirelles. Para ele os órgãos públicos "São centros de competência instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem. São unidades de ação com atribuições específicas na organização estatal" (Direito Administrativo Brasileiro, Malheiros Editores, 25ª ed., ano 2000, pág. 62/63).

O órgão público é tanto a parcela mais abrangente da administração, que são as Secretarias de Estado, quanto os seus segmentos menos expressivos, tais como as diretorias, gerências, setores e serviços.

Então, quando se cria um serviço, que é a menor parcela de um órgão, este procedimento equivale ao processo de criação de órgão público, cuja iniciativa de lei é da competência exclusiva do Governador do Estado, nos termos do art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estadual (art. 61, § 1º, inciso II, alínea "c", da CF).

As atribuições que decorrem do Autógrafo do Projeto de Lei nº 067/07 representa a criação de parte de um serviço, que irá se incorporar ao órgão existente, de sorte que essa ampliação tem por consequência o surgimento de nova unidade de ação do órgão.

Nesse contexto, a medida legislativa ora aprovada, por ter criado uma parte das atribuições de órgão público, deveria ter observado a regra inscrita no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado, que reproduz as disposições do art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Federal, que assim dispõe:

"Art. 61

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República

as leis que:

II - disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI".

O art. 84, inciso VI, a sua vez, estabelece o seguinte:

"Art. 84 - Compete privativamente ao Presidente da República:

VI - dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

A matéria já foi objeto de deliberação pelo Supremo Tribunal Federal, que reafirma a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos, conforme se verifica dos seguintes excertos:

"Segundo a Carta da República, incumbe ao chefe do Poder Executivo delimitar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal" (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado. (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Mauricio Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

"É indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente à estrutura administrativa de determinada unidade da Federação" (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, DJ de 21-2-06).

Ademais, a medida legislativa proposta implica na modificação da estrutura de funcionamento do órgão e na mobilização de servidores para a realização das novas atividades, que exige a destinação de recursos financeiros, gerando aumento de despesa pública, o que constitui afronta ao art. 63, "caput" e inciso I, da Constituição Federal, e art. 52, inciso I, da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Observa-se ainda que o projeto, no ponto referente à geração de despesa para o Poder Executivo, incorre em desrespeito ao princípio orçamentário de que trata o art. 167, inciso II, da Constituição Federal, o qual veda a realização de despesas superiores aos créditos orçamentários ou adicionais.

Nesse aspecto, os recursos do orçamento já possuem uma destinação específica, sendo que a criação de novas despesas estaria na dependência de uma suplementação da dotação do orçamento do Poder Executivo, o que não afasta o defeito de inconstitucionalidade, porquanto haverá despesas que superam os atuais créditos orçamentários.

Em suma, O projeto contém vício de inconstitucionalidade pelo simples fato de criar despesa pública não contemplada na lei orçamentária, afrontando as disposições do art. 167, inciso II, da Constituição da República, e art. 123, inciso III, da Carta Estadual.

Portanto, além da instituição de despesa, a proposição também incorre em vício de inconstitucionalidade, uma vez que: iniciativa para propor leis que discorram sobre a criação de órgãos públicos ou parcela de suas atribuições está afeta exclusivamente ao Governador do Estado, conforme se depreende do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Carta Magna, e no art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição Estadual.

Por menor e mais simples que seja tarefa criada pela lei, não há se negar a ocorrência de ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da Constituição Estadual (art. 2º, da C.F.), porquanto houve a criação de um encargo novo, cuja execução foi incumbida aos Órgãos do Poder Executivo por meio de lei de iniciativa parlamentar.

Em que pesem a relevância da matéria, aliado aos bons propósitos do autor da proposição, a mera constatação da existência de dispositivo de lei que estabeleçam conflito com as disposições constitucionais impõe a adoção de providências no sentido de afastar tal vício de inconstitucionalidade, que compromete a eficácia da norma legal."

Com efeito, tendo em vista a violação do texto em comento a normas constitucionais, recomenda-se o veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 590/07, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

Estas são as considerações de ordem jurídica que submeto a deliberação de Vossa Excelência.

Florianópolis, 29 de abril de 2009.

Ana Cláudia Allet Aguiar

Procuradora do Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CONSULTORIA JURÍDICA
PROCESSO: PPGE nº 3461/092

INTERESSADO: Secretaria de Coordenação e Articulação
Senhor Procurador-Geral do Estado.

De acordo com a manifestação do Procurador do Estado Ana Cláudia Allet Aguiar às fls. 52 a 56

A vossa consideração.

Florianópolis, 29 de abril de 2009.

Ivan S. Thiago de Carvalho

Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
PPGE nº 3461/092

Assunto: Análise do autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "dispõe sobre a proibição da circulação e da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense". Ampliação de atribuições da administração pública estadual. Criação de cargos. Aumento de despesas. Iniciativa do Governador. Inconstitucionalidade do Projeto de Lei.

Interessado: Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

DESPACHO

Acolho o **Parecer nº 0168/09**, de fls. 52/56, da lavra da Procuradora de Estado, Ana Cláudia Allet Aguiar, referendado pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Ivan S. Thiago de Carvalho.

Encaminhe-se à Secretaria de Estado da Coordenação e Articulação.

Florianópolis, 29 de abril de 2009.

SADI LIMA

Procurador-Geral do Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 590/07

Dispõe sobre a proibição da circulação e da entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados, similares e nas praias do litoral catarinense.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a circulação e a entrada de animais domésticos em restaurantes, bares, lanchonetes, supermercados,

similares e nas praias do litoral catarinense.

Parágrafo único. Somente cães guias serão excluídos dos efeitos desta Lei.

Art. 2º É obrigatória a fixação, nos estabelecimentos de que trata o art. 1º, de cartaz em local visível e de fácil leitura, contendo referência a esta Lei e os seguintes dizeres: "Proibida a entrada de animais neste estabelecimento".

Art. 3º O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de sessenta dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de trinta dias de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de abril de 2009

Deputado JORGINHO MELLO - Presidente

Deputado Dagomar Carneiro - 2º Secretário

Deputada Ada Faraco De Luca - 4º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 882, de 13 de maio de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARILÚ BERETA CARDOSO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-36, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep José Cardozo). Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 883, de 13/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **SINARA REGINA LANDT**, matrícula nº 4365, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 11 de maio de 2009 (Deputado Gelson Merisio). Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 884, de 13/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **MAURO DE NADAL**, matrícula nº 3310, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-61, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Herneus de Nadal). Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 885, de 13/05/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR **MAURO DE NADAL**, matrícula nº 3310 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de maio de 2009 (Deputado Herneus de Nadal). Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DE MEDIDA PROVISÓRIA

PROJETO DE CONVERSÃO EM LEI DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 00149/2009

Autoriza o Poder Executivo a reestruturar o saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2001, e a prestar as necessárias garantias.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à reestruturação do saldo da dívida do Estado de Santa Catarina com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculada ao Contrato nº 080/PGFN/CAF, de 27 de setembro de 2002, que apresenta, em 31 de março de 2009 o saldo de R\$ 882.744.797,38 (oitocentos e oitenta e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), correspondente a cento e quarenta prestações mensais remanescentes, de um total de duzentas e dezesseis prestações anteriormente pactuadas.

Art. 2º A reestruturação do saldo da dívida de que trata esta Lei dar-se-á da seguinte forma:

I - no prazo de doze meses, contados da data da publicação da Medida Provisória nº 149, de 15 de abril de 2009, o pagamento do serviço da dívida corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do serviço devido;

II - nos seis meses subsequentes, o pagamento do serviço mensal será correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor devido;

III - após o prazo assinalado no inciso anterior o saldo atualizado será reestruturado, de forma que as prestações devidas sejam iguais ou mais próximas dos valores atualmente desembolsados.

Art. 3º Deverão permanecer inalterados a forma de cálculo pela Tabela Price, a atualização pelo INPC e os juros do contrato original, fixados em 6,828% (seis vírgula oitocentos e vinte e oito por cento) ao ano.

Art. 4º Para os efeitos do que determina o art. 115, § 2º, da Constituição Estadual, as dotações orçamentárias já existentes no Orçamento do Estado para atender ao serviço dessa dívida serão readequadas de acordo com os novos valores reestruturados no Plano Plurianual de 2008/2011, nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias subsequentes, até a efetiva quitação da dívida de que trata esta Lei.

Art. 5º Em conformidade com o disposto no art. 167, § 4º, da Constituição Federal, fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155 da Constituição Federal.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 13 de maio de 2009

Deputado Sílvio Dreveak

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI 155/09

Declara de utilidade pública a Associação do Colégio São Paulo de Ascurra, com sede no município de Ascurra.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação do Colégio São Paulo de Ascurra, com sede no município de Ascurra.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Dagomar Carneiro

Lido no Expediente

Sessão de 13/05/09

JUSTIFICATIVA

Apresento aos nobres Pares o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública a Associação do Colégio São Paulo de Ascurra, com sede no município de Ascurra.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos, com caráter educacional, beneficente, cultural e de assistência social, estando organizada conforme a legislação vigente. Dentre outras atividades inseridas em seu Estatuto, consta a promoção e amparo a crianças e à família, promoção humana, e preocupação social no que concerne à cultura, à pesquisa e ao meio ambiente, dedicando-se a obras filantrópicas e de assistência social a todos os que necessitarem, de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Destarte, consta em seu estatuto que, para o desenvolvimento de suas atividades, não fará qualquer discriminação de clientela e, dentro de suas possibilidades, prestará serviços gratuitos de forma permanente.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública ensejará incentivo ao desenvolvimento educacional, cultural, e à assistência social, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 156/09

Declara de utilidade pública a Associação Maria Rosa - AMAR, com sede no município de Caçador.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Maria Rosa - AMAR, com sede no município de Caçador.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Reno Caramori

Lido no Expediente

Sessão de 13/05/05

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o projeto de lei com o objetivo de declarar de utilidade pública a Associação Maria Rosa - AMAR, com sede no município de Caçador.

Trata-se de uma associação fraternal, beneficente e sem fins lucrativos, fundada em 06/08/2000, que visa entre seus relevantes objetivos, prestar atendimento as mulheres vítimas de violência doméstica, proporcionando juntamente com seus filhos menores, acolhimento em casas de abrigo, atendimento social, psicológico e acesso aos serviços públicos para garantia de seus direitos.

Assim, para dar continuidade a essas dignas ações de interesse público, faz-se necessário que a Associação Maria Rosa, seja beneficiada com a declaração de utilidade pública estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 157/09

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Salto do Norte, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Salto do Norte, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

- I - relatório anual de atividades;
- II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;
- III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 13/05/09

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Moradores e Amigos do Salto do Norte, com sede no município de Blumenau, pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a defesa das liberdades individuais e coletivas, o respeito à justiça e aos direitos fundamentais do homem, a cidadania e a luta associativa por melhores condições de vida, visando o interesse de todos, congregando os moradores, cultivando, orientando e organizando movimentos comunitários na formulação das políticas públicas e no controle de suas ações.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 020/09

Veda os benefícios do art. 170 da Constituição do Estado aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem trote contra calouros nas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre a proibição de concessão dos benefícios do art. 170 da Constituição do Estado aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem trote contra calouros nas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Considera-se trote, para os fins desta Lei Complementar, dentre outras práticas, condutas promovidas contra calouros que:

- I - ofendam sua integridade física, moral ou psicológica;
- II - importem em seu constrangimento;
- III - os exponham de forma vexatória; e
- IV - impliquem pedido de doação de bens ou dinheiro.

Art. 3º O aluno que constar da lista de praticantes de trote não poderá receber os benefícios do art. 170 da Constituição do Estado por dez anos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar será regulamentada por ato do Chefe do Poder Executivo, no prazo de sessenta dias após sua publicação.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 13/05/09

JUSTIFICATIVA

Pelo presente projeto de lei complementar proponho a esta Casa de Leis que seja vedada a concessão dos benefícios previstos no art. 170 da Constituição do Estado aos alunos que coordenarem, incentivarem ou praticarem o trote nas instituições de ensino superior do Estado de Santa Catarina, além de outras providências, visando a coibir a violência de toda natureza perpetrada contra os calouros universitários.

Assim rege o art. 170 da Constituição Estadual:

Art. 170. O Estado prestará anualmente, na forma da lei complementar, assistência financeira aos alunos matriculados nas instituições de educação superior legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Os recursos relativos à assistência financeira não serão inferiores a cinco por cento do mínimo constitucional que o Estado tem o dever de aplicar na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Note-se que, em atendimento ao *caput* do art. 170 da CE, foi editada a Lei Complementar nº 281, de 20 de janeiro de 2005, regulamentando o citado dispositivo constitucional, bem como os arts. 46 e 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, também da CE, e estabelecendo outras providências, sem, contudo, abordar a causa em referência.

Com efeito, por meio do texto legal ora apresentado, os alunos do ensino superior, ao praticarem atos contra calouros ofensivos à sua integridade física, moral ou psicológica, ou que importem em seu constrangimento, ou que os exponham de forma vexatória, ou, ainda, que impliquem em pedido de doação de bens ou direito, ficarão inabilitados a gozarem dos benefícios a que aludem as normas constitucionais e legais aludidas.

Sendo assim, solicito aos nobres Pares a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***